

Caderno de Deliberações



CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA

O Impacto Psicossocial da Pandemia:
Desafios e Compromissos para
a Psicologia Brasileira Frente às
Desigualdades Sociais

2 a 5 de junho de 2022



Conselho
Federal de
Psicologia

Conselhos
Regionais de
Psicologia



60
ANOS

COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL DO 11º CNP

Allan Diego Ricarte De Araújo
Conselho Regional de Psicologia
da 11ª Região – Ceará

Eliana Sardi Bortolon
Conselho Regional de Psicologia
da 7ª Região – Rio Grande do Sul

Julia Horta Nasser
Conselho Regional de Psicologia
da 5ª Região – Rio de Janeiro

Jureuda Duarte Guerra
Conselho Regional de Psicologia
da 10ª Região – Pará/Amapá

Marisa Helena Alves
Conselho Federal de Psicologia

Neuza Guareschi
Conselho Federal de Psicologia

Rafael Gonçalves
Conselho Regional de Psicologia
da 1ª Região – Distrito Federal

Washington Luan
Gonçalves De Oliveira

Conselho Regional de Psicologia
da 3ª Região – Bahia

MESA DIRETORA DO 11º CNP

Ana Sandra Fernandes Arcoverde
Nóbrega (CFP)
Presidente

Pedro Paulo Gastalho Bicalho
(CRP-05/RJ)
Secretário

Ivani Francisco De Oliveira
(CRP-06/SP)
Secretária

Maria De Jesus Moura (CFP)
Relatora

Céu Cavalcanti (CRP-05/RJ)
Relatora

**SUPLENTES PARA A MESA
DIRETORA DO 11º CNP**

Célia Zenaide Da Silva (CFP)

Gabriel Henrique Pereira De
Figueiredo (CRP-18/MT)

Vanessa Terena (CRP-14/MS)

XVIII Plenário – Gestão 2019/2022**DIRETORIA****Presidente**

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega

Vice-Presidente

Anna Carolina Lo Bianco Clementino

Secretária

Losiley Alves Pinheiro -
(a partir de 20 de maio de 2022)

Tesoureira

Norma Celiane Cosmo

CONSELHEIROS EFETIVOS

Robenilson Moura Barreto - *Secretário Região Norte*

Alessandra Santos De Almeida - *Secretária Região Nordeste*

Marisa Helena Alves - *Secretária Região Centro Oeste*

Dalcira Pereira Ferrão (até 11 de setembro de 2021) - *Secretária Região Sudeste*

Neuza Maria De Fátima Guareschi - *Secretária Região Sul*

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos - *Conselheiro 1*

Maria Juracy Filgueiras Toneli (até 11 de setembro de 2021) - *Conselheiro 2*

Fabián Javier Marin Rueda (até 5 de fevereiro de 2021) - *Secretário*

Izabel Augusta Hazin Pires (*Secretária de 6 de fevereiro de 2021 até 19 de maio de 2022*)

CONSELHEIROS SUPLENTES

Katya Luciane De Oliveira

Izabel Augusta Hazin Pires

Rodrigo Acioli Moura

Adinete Souza Da Costa Mezzalira - *Região Norte*

Maria De Jesus Moura - *Região Nordeste*

Tahina Khan Lima Vianey - *Região Centro Oeste*

Célia Zenaide Da Silva - *Região Sudeste*

Marina De Pol Poniwas - *Região Sul*

Ana Paula Soares Da Silva

Isabela Saraiva De Queiroz - (até 11 de setembro de 2021)

Equipe Responsável**Coordenação CFP:**

Emanuelle Santos Silva
(Coordenadora Geral Estratégica)
Rafael Menegassi Taniguchi
(Coordenador Geral Executivo)

Organização Geral do CNP:

Fabíola Borges Corrêa

Assessoria da Comorg Nacional:

Ana Clara de Medeiros Araújo
Carolina Pereira Barbosa
Fabíola Borges Corrêa

Gerência de Comunicação**(GCom):**

Marília Mundim (Gerente)
André Almeida (Analista Técnico)

Diagramação:

Diego Soares

Desenvolvimento do E-CNP:

Leomar Santana (Gerente de TI)
Augusto Beraldi Guedes de Moura
Rafael Pereira Perdigão

Revisão de conteúdo**das propostas:**

Fabíola Borges Corrêa
Sara Guadanhim Gonçalves
Carolina Pereira Barbosa
Leandro Nascimento

Sistematização (Flacso):

Kathia Dudyk
Carolina Albuquerque Silva
Fábio André Diniz Merladet
Lucas Macedo Almeida
Marcela Araujo Moraes Ribeiro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
TEXTO ORIENTADOR DO 11º CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA – 11º CNP 2022	6

Eixo 1

Organização Democrática e Participativa do Sistema Conselhos no Enfrentamento da Pandemia	9
---	---

Eixo 2

Defesa do Estado Democrático e dos Direitos Humanos via Políticas Públicas.....	28
---	----

Eixo 3

O Fazer Ético e Científico da Psicologia no Trabalho em Saúde Mental.....	50
---	----

Moções.....	66
ANEXO 1: DELEGAÇÕES PRESENTES NO 11º CNP	82
ANEXO 2: LISTA DE PARTICIPANTES POR GRUPOS	96
ANEXO 3: LISTA DE CONVIDADOS E REPRESENTANTES NA ABERTURA DO 11º CNP.....	111

APRESENTAÇÃO

O Congresso Nacional da Psicologia (CNP) é a instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia. No CNP são definidas as diretrizes e ações políticas que devem ser priorizadas para o triênio subsequente, ou seja, para a próxima gestão dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia. Ele ocorre a cada três anos e é fruto de um amplo processo democrático, em que todas as psicólogas podem contribuir para o projeto coletivo da profissão.

Assim, o CNP tem o papel de promover a organização e a mobilização das psicólogas do país, possibilitando a definição da contribuição do Sistema Conselhos para o desenvolvimento da Psicologia como Ciência e Profissão. Ele também define as políticas nacionais a serem implementadas pelos Conselhos de Psicologia na próxima gestão e busca garantir o espaço de articulação para composição, inscrição e apresentação de chapas que concorrerão aos mandatos dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia no triênio subsequente.

A organização desta 11ª edição teve início em maio de 2021, quando foi criada a Comissão Organizadora Nacional (Comorg), composta por membros de seis Conselhos Regionais de Psicologia e membros do Conselho Federal.

Mesmo com a pandemia, foram realizados eventos presenciais, on-line e híbridos. A partir disso, na etapa regional foram realizados 208 eventos preparatórios, 383 Pré-Congressos Regionais e 24 Congressos Regionais em todo o Brasil.

A etapa nacional contou com a presença de 374 psicólogas eleitas delegadas que apreciaram as 308 propostas formuladas, sistematizadas e aprovadas nas etapas regionais, que foram eleitas nos Congressos Regionais de Psicologia (Coreps). No evento também estiveram presentes 47 estudantes.

Chegaram aos Coreps 2.499 propostas nacionais. Dessas, 632 foram encaminhadas para a etapa nacional do CNP, que, após sistematização, foram compiladas em 308 propostas nacionais a serem apreciadas no evento.

O 11º Congresso Nacional da Psicologia realizou-se em Brasília, de 2 a 5 de junho de 2022, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB) discutindo o tema: “O Impacto Psicossocial da Pandemia: Desafios e Compromissos para a Psicologia Brasileira Frente às Desigualdades Sociais”. O tema foi abordado em três eixos: 1) Organização Democrática e Participativa do Sistema Conselhos no Enfrentamento da Pandemia; 2) Defesa do Estado Democrático e dos Direitos Humanos via Políticas Públicas; e 3) O Fazer Ético e Científico da Psicologia no Trabalho em Saúde Mental.

Foram quatro dias de trabalho, o primeiro dia foi de abertura e apreciação de regimento interno; o segundo dia, de trabalho em grupos, com três grupos para cada eixo; e o terceiro e quarto dias, de plenária.

Este Caderno de Deliberações é o resultado de todo esse processo de trabalho e deverá ser considerado como diretriz para elaboração dos planos do trabalho e orçamentário das gestões dos Plenários do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Psicologia para o triênio 2023-2025.

TEXTO ORIENTADOR DO 11º CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA – 11º CNP 2022

O CNP

Realizado a cada três anos, desde 1994, o Congresso Nacional de Psicologia (CNP) é a instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia. O CNP tem por objetivo a construção da agenda política da Psicologia Brasileira. Não se trata de um congresso científico-acadêmico. O CNP é um amplo processo de participação democrática em que todas as psicólogas são convidadas a sugerir as diretrizes para a profissão, as quais serão referências das gestões que serão eleitas para a direção dos Conselhos Federal (CFP) e Regionais de Psicologia (CRPs) nas próximas eleições dos conselhos, em agosto de 2022.

Na prática, as psicólogas podem participar de eventos organizados pelos CRPs para sugerir ações para os CRPs e o CFP realizarem no próximo triênio. Os eventos acontecem primeiro nas etapas regionais e depois em uma etapa nacional. Assim, as propostas aprovadas pelas participantes são levadas à etapa seguinte, até culminarem nos Cadernos de Deliberações dos Coreps e do CNP. da mesma forma, as psicólogas que participam dos eventos regionais podem ser eleitas delegadas para representarem o seu regional na etapa seguinte, defendendo as propostas aprovadas no evento de sua região.

O processo do CNP teve início em maio de 2021 a partir dos Eventos Preparatórios e foi concluído em junho de 2022, com o CNP. Ao longo desse processo, ocorreram também os Pré-Congressos Regionais (Pré-Coreps) e os Congressos Regionais (Coreps). A agenda de eventos foi disponibilizada no sítio virtual do 11º CNP: <https://cnp.cfp.org.br/>

O Tema do 11º CNP

O tema do 11º CNP, “O Impacto Psicossocial da Pandemia: desafios e compromissos para a Psicologia Brasileira frente às desigualdades sociais”, reflete os desafios que a Psicologia enfrenta diariamente, principalmente diante da pandemia, que traz no seu bojo o agravamento das desigualdades sociais, produzindo mais fome, desemprego, pobreza, doença, perdas, luto, isolamento, solidão, sofrimento, medo, ansiedade, insegurança. Percebem-se grandes repercussões, especialmente na saúde mental.

Essas demandas sempre fizeram parte do trabalho da Psicologia, mas as peculiaridades do momento atual levam a categoria a rever sua práxis, desafiando e ao mesmo tempo fazendo uso de novas tecnologias disponíveis, sem perder a garantia da cientificidade e da legitimidade do seu trabalho.

Com este tema, as psicólogas são convidadas a pensar em como essa conjuntura impacta na constituição da subjetividade da população e qual é o papel da Psicologia. Sabe-se, também, que os impactos da pandemia permanecerão na sociedade, convocando a Psicologia a reconfigurar suas práticas, seus espaços e suas normativas. É possível propor uma nova sociedade se construindo, com subjetividades e realidades diferentes, que exigem uma Psicologia ativa, presente e atualizada.

OS EIXOS DO 11º CNP

Eixo 1) Organização Democrática e Participativa do Sistema Conselhos no Enfrentamento da Pandemia

Este eixo convoca as psicólogas a protagonizarem a organização da profissão. É importante entender que somos nós, a categoria, que fazemos o nosso conselho profissional. É preciso pensar em novas formas de incluir a categoria nas decisões dos Conselhos, refletindo de que maneira as psicólogas podem trazer as suas pautas para se tornarem as prioridades para o CFP e os CRPs. Conselhos e categoria são corresponsáveis pelo sucesso da profissão! O nosso fazer é também político!

Nesse sentido, este eixo fala das relações e do funcionamento do Sistema Conselhos de Psicologia. No Eixo 1 devem ser incluídas as propostas que indiquem a necessidade de aperfeiçoamento na organização democrática e representativa do Sistema, sendo este constituído pelo Conselho Federal de Psicologia e os vinte e quatro conselhos regionais. A estrutura democrática que o Sistema Conselhos possui hoje conta com eleições diretas, Assembleia de Políticas Administrativas e Financeiras (Apaf), Congresso Nacional de Psicologia (CNP), Assembleia Geral e Orçamentária, Portal Transparência. Cabem, neste eixo, as propostas que se relacionam com o assunto e que questionam se essas estruturas são eficazes e suficientes.

Cabem também neste eixo as propostas relacionadas às instâncias representativas, sejam elas a participação do Sistema Conselhos no controle social (conselhos, conferências, fóruns); nas relações interinstitucionais e diálogo com as três esferas do governo (Executivo, Legislativo e Judiciário), com as entidades regionais, nacionais e internacionais de Psicologia e de outras profissões, com vistas a um projeto que contemple o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência e profissão, bem como as necessidades da sociedade brasileira.

Essa forma de funcionamento do Sistema Conselhos também vem sendo influenciada pelo contexto da pandemia, e isso deve ser considerado na formulação das propostas. Enfrentar é mais que combater, é ter prevenção, é garantir o acesso, é fazer algo mais integral. Nesse sentido, a Psicologia precisa se colocar no gerenciamento das crises que estamos vivenciando, e isso é feito nas escolas, nos serviços de saúde, nas emergências e em desastres. As propostas deste eixo devem trazer orientações para o Sistema Conselhos construir esse enfrentamento, promovendo uma reflexão sobre a organização da profissão nessa nova realidade, incluindo, inclusive, a realidade virtual.

Rol exemplificativo de palavras-chave para o Eixo 1: participação, sistema, acessibilidade, corresponsabilidade, gestão participativa, democracia, eleição, votação.

Eixo 2) Defesa do Estado Democrático e dos Direitos Humanos via Políticas Públicas

As profundas desigualdades que caracterizam o processo histórico de formação da sociedade brasileira, desde a colonização, se assentam em um conjunto de práticas e valores sociais relacionados à naturalização das injustiças ligadas às condições de classe, etnia, raça, gênero, orientação sexual, entre outras intolerâncias, que justificam e perpetuam a violação de direitos indispensáveis ao desenvolvimento humano e produzem sofrimento psíquico. Desta maneira, este eixo tem como objetivo dialogar com a sociedade na proposição de contribuições éticas, políticas e técnicas da psicologia voltadas para a defesa da democracia e da garantia de direitos, condição necessária para o alcance dos objetivos do exercício profissional.

Este eixo se relaciona com as necessidades da sociedade no que tange à educação, à saúde, à assistência social, à segurança, à mobilidade, ao direito à cidade, ao desencarceramento, às relações com a justiça e outras.

Cabem aqui as propostas que falam da dimensão da democracia, pensando em ações do Sistema Conselhos de Psicologia com as populações que estão tendo seus direitos vilipendiados, especialmente no contexto da pandemia. Muitos desses direitos poderiam ser providos por meio das políticas públicas, que têm importante papel para a atuação da Psicologia nas diversas áreas. As propostas deste eixo poderão trazer reflexões sobre a pobreza (de dimensão biopsicossocial), a invisibilidade de alguns povos, a importância das políticas públicas, a necessidade de promoção da equidade, o acesso e o direito à terra, a distribuição de recursos, a concentração da renda e suas consequências. Enfim, neste eixo caberão as propostas que buscam a efetivação dos direitos humanos.

Rol exemplificativo de palavras-chave para o Eixo 2: equidade, direitos humanos, garantia de direitos, invisibilidades, pobreza, desigualdade social, público, saúde, assistência social, justiça, segurança, trânsito, mobilidade.

Eixo 3) O Fazer Ético e Científico da Psicologia no Trabalho em Saúde Mental

Por último, mas não menos importante, este é o eixo do exercício profissional. Ele trata da prática das psicólogas! Aqui devem ser pensadas as diretrizes que enfatizam reflexões críticas sobre a formação profissional acadêmica e continuada, a precarização do trabalho, a laicidade da psicologia e os impactos para o exercício profissional na clínica, na educação, na justiça, na saúde, na assistência social, nas áreas emergentes, nas organizações, entre outras.

A perspectiva deve ser de avanço e com respeito à pluralidade das práticas e técnicas psicológicas com foco na produção de cuidado e garantia dos direitos dos usuários.

A tônica neste momento de pandemia exige: atenção para as questões da formação e da responsabilidade das psicólogas supervisoras de estágio; atenção para as novas configurações de trabalho, incluindo ambientes virtuais; novos modelos de trabalho;

questões relacionadas à psicoterapia; questões relacionadas à avaliação psicológica; novos fazeres psicológicos pelo cuidado em saúde mental, que não devem dispensar a ética e o devido respaldo técnico e científico.

Rol exemplificativo de palavras-chave para o Eixo 3: formação, atendimento on-line, estágio, atendimento, supervisão, orientação, psicoterapia, avaliação psicológica.



CONGRESSO NACIONAL
DA PSICOLOGIA

Eixo 1

Organização
Democrática e
Participativa do
Sistema Conselhos
no Enfrentamento
da Pandemia

Eixo #1 Organização Democrática e Participativa do Sistema Conselhos no Enfrentamento da Pandemia

Quantidade de propostas: 93

Proposta 001 (CN-00-000094)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-07-000002, CR-02-000033 | Palavras-chave: Acessibilidade; Participação e representação; Pessoas com deficiência

Que o Sistema Conselhos de Psicologia discuta e aprofunde sua compreensão acerca do modelo biopsicossocial da deficiência e reflita sobre as barreiras existentes no Sistema, com o objetivo de promover as práticas e transformações necessárias para a superação das barreiras físicas, arquitetônicas, tecnológicas, atitudinais e comunicacionais, de modo a garantir acessibilidade e inclusão e a fortalecer a autonomia, participação e protagonismo de psicólogas com deficiência e das psicólogas surdas.

Proposta 002 (CN-00-000095)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-16-000010, CR-03-000104, CR-03-000233, CR-17-000034 | Palavras-chave: Acessibilidade; Atendimento; Comunicação; Deficiência; Finanças; Gestão

Que o Sistema Conselhos de Psicologia garanta em seu orçamento verba para a aquisição de bens e serviços direcionados à acessibilidade (Libras, Braile, rampas, piso tátil, audiovisual etc.) nos eventos, meios de comunicação, canais institucionais tradicionais e virtuais e nos espaços físicos da autarquia (sedes e subsedes), bem como para a tradução das legislações e normativas do Sistema em formato de vídeo para Libras e com legenda em português, e também a assegurar às pessoas com deficiências e pessoas surdas prioridade no atendimento e nos processos administrativos.

Proposta 003 (CN-00-000096)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-05-000016 | Palavras-chave: Acessibilidade; Comunicação; Pessoas com deficiência

Promover políticas de acessibilidade a pessoas com deficiências no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia, desde o fomento à criação de testes e métodos de avaliação psicológica e ao debate sobre a inserção de intérpretes de Libras no ensino superior, até a adaptação de materiais informativos e normativos e dos meios de acesso às plataformas institucionais do Sistema, conforme a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiências (LBI) e da Lei nº 10.436/2002.

Proposta 004 (CN-00-000097)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-03-000179, CR-18-000019 | Palavras-chave: Acessibilidade; Atendimento on-line; Atuação profissional

Que o Sistema Conselhos de Psicologia identifique as profissionais que realizam psicoterapia em língua brasileira de sinais e construa uma base de dados com tais informações, além de promover formação do seu quadro de funcionários para atendimento em Libras, considerando a Lei do Intérprete (Lei nº 12.319/2010).

Proposta 007 (CN-00-000100)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-08-000089, CR-03-000123, CR-09-000012, CR-05-000005, CR-13-000019, CR-20-000066 |
Palavras-chave: Cadastro nacional de psicólogas; Estudantes/Alunos; Finanças; Gestão; Impostos, taxas e emolumentos; Pandemia; Parcerias

Que o Sistema Conselhos de Psicologia promova ações de incentivo e crie parâmetros, com vistas à reestruturação da forma de pagamento da taxa de anuidade das profissionais de Psicologia, de modo a regulamentar os critérios para parcelamento, desconto e isenção da anuidade para profissionais com deficiências, recém-formadas, bem como ativar e manter ações afirmativas relacionadas ao pagamento e definição das taxas de inscrição e anuidades, com vistas à equidade e à correção de desigualdades acumuladas historicamente.

Proposta 010 (CN-00-000103)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-12-000018, CR-12-000045 |
Palavras-chave: Valorização profissional

Que o Sistema Conselhos de Psicologia desenvolva ações objetivando o fortalecimento do diálogo com as instituições públicas e privadas que empregam profissionais de Psicologia, em todas as áreas de atuação, em que haja conflitos e necessidade de evidenciamentos sobre as áreas de atuação da psicóloga, a fim de orientar a prática profissional e fortalecer áreas de atuação pouco exploradas.

Proposta 011 (CN-00-000105)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-14-000047 |
Palavras-chave: Articulação; Democracia; Gestão participativa; Participação

Que o Sistema Conselhos de Psicologia desenvolva ações de incentivo à outras entidades locais e internacionais da Psicologia em suas diversas áreas da produção de conhecimento, prática profissional e Direitos Humanos (ou nas quais a Psicologia esteja inserida de forma interdisciplinar e/ou multidisciplinar), de modo a expandir a participação da categoria com estas entidades.

Proposta 012 (CN-00-000106)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-08-000008, CR-20-000050 |
Palavras-chave: Avaliação psicológica; Orientação

Estabelecer diálogos e intensificar a incidência do Sistema Conselhos de Psicologia nos órgãos regulamentadores das avaliações psicológicas compulsórias, como Detran, Polícia Federal, Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Ministério da Saúde, Sistema de Justiça e Normas Regulamentadoras (NRs), de forma a orientar a conduta técnica e ética da prática das profissionais psicólogas, com base na regulamentação vigente do Sistema Conselhos de Psicologia e na pesquisa científica.

Proposta 013 (CN-00-000107)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-01-000009 |
Palavras-chave: Condições de trabalho; Garantia de direitos

Que o Sistema Conselhos de Psicologia em conjunto com a FENAPSI intensifique a atuação nos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) para analisar impactos da perda de direitos humanos e trabalhistas na atuação da categoria, denunciando estratégias de sucateamento e precarização na oferta de serviços à população, bem como realizar a defesa de direitos das Psicólogas e da sociedade.

Proposta 014 (CN-00-000108)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-04-000200 | Palavras-chave: Políticas públicas; Saúde mental

Os Conselhos deverão instituir e/ou incrementar relações institucionais com entidades formadoras, sindicais, estudantis e demais entidades da sociedade civil, movimentos sociais e partidos políticos, efetivando a proposição, o planejamento e a operacionalização de projetos integrados como estratégias de enfrentamento às políticas neoliberais, no que tange às repercussões de tal política na saúde mental da população brasileira e na Psicologia na função de ciência e profissão e efetivando, ainda, o processo do fazer ético e qualificado da categoria, fortalecendo a luta por até 30 horas e o piso salarial.

Proposta 015 (CN-00-000109)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-07-000003, CR-13-000045, CR-10-000013 | Palavras-chave: ABEP; Articulação; Atuação profissional; Código de ética; Formação; Relações interinstitucionais

Que o Sistema Conselhos de Psicologia planeje ações de aproximação com o Ministério da Educação (MEC), Instituições de Ensino Superior e centros acadêmicos, bem como crie/amplie espaços de debates e ações estratégicas com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e outras organizações e entidades da Psicologia, visando contribuir/intervir em aspectos fundamentais relacionados à formação em Psicologia, de modo coerente e articulando com as questões sociais, éticas e políticas emergentes, sempre se posicionando contrário à formação em Psicologia de modo EAD.

Proposta 017 (CN-00-000111)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-02-000032 | Palavras-chave: Avaliação psicológica

Que o Sistema Conselhos de Psicologia atue com as entidades nacionais da avaliação psicológica e articule com o poder legislativo um projeto de lei que reconheça os testes psicológicos como tecnologia profissional e instrumento de uso exclusivo das profissionais da Psicologia.

Proposta 018 (CN-00-000112)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-04-000075, CR-10-000078, CR-24-000051 | Palavras-chave: Direitos humanos; Gestão; Gestão participativa; Participação e representação

Fomentar e ampliar a atuação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) com o Poder Legislativo, aumentando a quantidade de representantes na articulação política de assessoria parlamentar, com vistas a ocupar e criar espaços de defesa das pautas relacionadas à Psicologia; acompanhar e debater os projetos ligados à Psicologia que estão em tramitação no Congresso Nacional; articular diálogos com parlamentares das comissões de Direitos Humanos e outras de interesse da Psicologia e monitorar as ações políticas que permeiam as práticas psicológicas na sua diversidade de ações.

Proposta 019 (CN-00-000113)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-05-000049 | Palavras-chave: Articulação; Psicologia em saúde; Relações interinstitucionais

Que o Sistema Conselhos de Psicologia faça articulação parlamentar para garantir financiamento para a ampliação e maior estruturação de dispositivos de atenção psicossocial, na perspectiva antimanicomial, nos três níveis de atenção no Sistema Único de Saúde (SUS).

Proposta 020 (CN-00-000114)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-08-000010, CR-06-000092, CR-21-000008, CR-03-000193, CR-18-000010, CR-05-000043, CR-02-000022, CR-13-000067, CR-23-000030, CR-11-000016, CR-11-000027, CR-04-000162, CR-01-000024, CR-07-000040, CR-22-000009 | Palavras-chave: Articulação; Condições de trabalho; Democracia; Exercício profissional; Fiscalização; Garantia de direitos; Gestão participativa; Legislação e normas; Parcerias; Piso salarial; Relações interinstitucionais; Sindicato; Valorização profissional

Que o Sistema Conselhos de Psicologia fortaleça a articulação com a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), sindicatos estaduais e associações de Psicologia em defesa de melhores condições de trabalho e combate à precarização do trabalho da psicóloga, com foco na incidência com o Congresso Nacional para a aprovação dos Projetos de Lei que estabelecem piso salarial e jornada de até 30 horas para a categoria, de modo a garantir condições dignas de trabalho às psicólogas e considerando, em especial, as necessidades específicas causadas por períodos pandêmicos, de calamidade pública, emergências, desastres, agravamento das desigualdades sociais e exposição a maiores riscos.

Proposta 021 (CN-00-000115)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-21-000009 | Palavras-chave: Condições de trabalho

Que a assessoria parlamentar do Conselho Federal de Psicologia, faça gestão com o Congresso Nacional para aprovação do Projeto de Lei nº 2.079/2019, que institui o piso salarial de R\$ 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais) para as psicólogas, observando a necessidade de remunerar a insalubridade e outros direitos trabalhistas frente ao agravamento das desigualdades sociais e exposição a maiores riscos.

Proposta 022 (CN-00-000116)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-07-000014 | Palavras-chave: Condições de trabalho; Legislação e normas; Saúde do trabalhador

Que o Sistema Conselhos de Psicologia subsidie com fundamentos para proposição legal com o Congresso Nacional para reconhecimento e regulamentação da atuação da Psicologia nas áreas de diagnóstico, promoção à saúde mental e reabilitação, com o sistema previdenciário público e privado, nas perícias e nas varas de trabalho; e para a validação do atestado psicológico para fins de afastamento do trabalho por sofrimento psíquico.

Proposta 023 (CN-00-000117)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-08-000049, CR-03-000185, CR-22-000008 | Palavras-chave: Atuação profissional; Exercício profissional; Legislação e normas; Psicoterapia

Que o Conselho Federal de Psicologia promova a articulação com o Legislativo com vistas à alteração da lei regulamentadora da profissão, de modo a garantir uma definição mais precisa das atividades da psicóloga, com o objetivo de fomentar a atuação ética e a construção de parâmetros destas práticas.

Proposta 024 (CN-00-000118)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-05-000165 | Palavras-chave: Articulação; Legislação e normas; Psicologia do esporte

Criar espaços de debate e mobilização que tenham como referência as alterações na Lei Pelé que prevejam a obrigatoriedade de clubes, confederações, comitês olímpicos, paraolímpicos, surdolímpicos e outros, prestarem assistência psicológica no contexto esportivo para além do futebol.

Proposta 025 (CN-00-000119)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-16-000042 | Palavras-chave: Articulação; Corresponsabilidade

Instituir uma rede de Assessoramento parlamentar no Sistema Conselhos de Psicologia para apoio aos Conselhos Regionais de Psicologia, principalmente os de pequeno e médio porte, com o cofinanciamento do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Proposta 026 (CN-00-000120)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-18-000040, CR-09-000028 | Palavras-chave: Atendimento on-line; Atualização cadastral; Cadastro nacional de psicólogas; Exercício profissional; Novas práticas; Orientação

Atualizar o formato de aprovação do cadastro de profissionais para prestação de serviços psicológicos mediados pelas tecnologias da informação dando celeridade ao processo, orientações sobre o atendimento por meio das TICs e melhorar a ferramenta E-Psi de forma a assegurar uma interface mais intuitiva no preenchimento do formulário.

Proposta 027 (CN-00-000121)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-01-000029 | Palavras-chave: Diversidade; Inclusão; Minoria

O registro profissional das psicólogas indígenas deve incluir seus nomes indígenas e povo ao qual pertencem, tanto no campo raça/etnia do registro profissional quanto nos demais levantamentos realizados pelo Sistema Conselhos de Psicologia.

Proposta 028 (CN-00-000122)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-03-000014, CR-07-000001, CR-17-000044, CR-13-000017, CR-11-000013, CR-24-000014 | Palavras-chave: Atuação profissional; Atualização cadastral; Cadastro nacional de psicólogas; COF e COE; Comunicação; Equidade; Gestão

Que o Sistema Conselhos de Psicologia amplie as estratégias de divulgação direcionadas por meio do Cadastro Nacional de Psicólogas a promover a contínua atualização cadastral da profissional, além de definir obrigações quanto à atualização desses dados, incluindo no cadastro, além de nome completo, número do CRP, cidade/estado, nacionalidade, raça/cor/etnia e identidades de gênero, informações opcionais: relacionadas à orientação sexual e deficiências, dados de contato, bem como formação profissional e áreas de atuação; de modo a permitir o levantamento das necessidades das psicólogas em relação às condições do exercício profissional e o desenvolvimento do diálogo com a categoria, bem como a definição de estratégias de apoio para grupos de profissionais em situação de vulnerabilidade.

Proposta 030 (CN-00-000124)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-23-000059 | Palavras-chave: Carteira de identidade profissional; Valorização profissional

Garantir a implementação da fabricação e distribuição da CIP, no modelo com foto digitalizada e microchip.

Proposta 031 (CN-00-000125)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-21-000003, CR-20-000037, CR-10-000084 | Palavras-chave: APAF; Democracia; Gestão participativa

Reavaliar, discutir e reformular os parâmetros de classificação do porte – pequeno, médio e grande – dos Conselhos Regionais de Psicologia e realizar estudo sobre outras formas de classificação, levando em consideração o número de inscritos ativos e as especificidades territoriais e regionais, com vistas a contemplar as distintas realidades dos CRPs em termos de votações e proposições, de forma equitativa, em regimento, incluindo as decisões da Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) e a sustentabilidade financeira que atenda à complexidade das demandas atuais.

Proposta 033 (CN-00-000127)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-05-000021, CR-15-000012 | Palavras-chave: Código de ética; COF e COE; Fiscalização; Legislação e normas; Normas e orientações

Reestruturar a Secretaria de Orientação e Ética (SOE-CFP) para que possa dar suporte efetivo às Comissões de Orientação e Fiscalização (COF) e Comissões de Ética (COE) dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), respeitando as diversidades regionais das comissões e garantindo: a realização de encontros anuais entre as presidentes e equipes técnicas das COEs e COFs dos CRPs, o alinhamento dos procedimentos e a formação continuada, incluindo as Referências Técnicas produzidas pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

Proposta 036 (CN-00-000130)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-04-000206 | Palavras-chave: Articulação; comunicação; Gestão participativa

Ampliar e fomentar maior comunicação e intercessão das comissões e grupos de trabalho com o Sistema Conselhos de Psicologia mantendo uma posição contundente de defesa da democracia.

Proposta 039 (CN-00-000133)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-19-000015 | Palavras-chave: Direitos sexuais e reprodutivos; Mulher; Participação e representação

Que as Comissões de Direitos Humanos do CFP e CRPs direcionem ações estratégicas acerca das condições das mulheres brasileiras, estado democrático e liderança política com a função de levantar episódios de discriminação, pensar estratégias de enfrentamento social de tais situações, ampliar o diálogo da Psicologia com a luta democrática empreendida em relação à violência contra as mulheres em diversos espaços da sociedade, considerando especialmente os direitos sexuais e direitos reprodutivos e suas manifestações específicas, por exemplo, na violência obstétrica e violação do direito ao aborto e à assistência humanizada em saúde, levando em consideração os recortes de raça, classe, deficiências, identidade de gênero, orientação sexual e nacionalidades.

Proposta 040 (CN-00-000134)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-01-000014, CR-01-000035 | Palavras-chave: Atuação profissional; capacitação; Direitos humanos; Garantia de direitos; inclusão; Orientação

Implementar processos de formação continuada para as Comissões de Orientação e Fiscalização (COFs), com foco na identificação, atuação e acionamento dos órgãos competentes em casos de denúncias de violação de direitos humanos em locais de trabalho da Psicologia, tais como: comunidades terapêuticas, clínicas, hospitais psiquiátricos e demais instituições de isolamento e outros serviços das diversas políticas públicas, produzindo a elaboração de material e orientação para a categoria.

Proposta 041 (CN-00-000135)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-04-000192, CR-10-000043 | Palavras-chave: Articulação; Código de ética; Migrante; Referências técnicas

Intensificar e articular nacionalmente a discussão sobre os impactos e as implicações psicossociais dos fenômenos migratórios, bem como dialogar e propor ações sobre as práticas das psicólogas com pessoas em situação de migração, deslocamento forçado, apátrida, retorno em situação de vulnerabilidade.

Proposta 043 (CN-00-000137)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-13-000028, CR-10-000064 | Palavras-chave: Monitoramento; Pandemia

Instituir, no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia, um "Observatório dos Efeitos da Pandemia e outras Calamidades Públicas" para análise das necessidades éticas e técnicas da profissão nesta conjuntura na perspectiva de apoiar ações de prevenção e mitigação de desastres e calamidades.

Proposta 044 (CN-00-000138)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-23-000031 | Palavras-chave: Articulação; Urgência e emergência

Fomentar, com o Sistema Conselhos de Psicologia, a manutenção da comissão especial de enfrentamento de pandemias, endemias, emergências e desastres, em articulação com os CRPs, órgãos públicos responsáveis, associações, comunidades e conselhos do controle social.

Proposta 045 (CN-00-000139)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-21-000032 | Palavras-chave: Desigualdade social

Debater dentro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia os saberes e fazeres da psicóloga que trabalha com a população em situação de rua.

Proposta 046 (CN-00-000140)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-12-000061 | Palavras-chave: Psicologia do trânsito

Que os plenários dos CRs e do CFP comprometam-se com a discussão de propostas de criação e atualização de resoluções e/ou normas técnicas específicas para o contexto de avaliação psicológica do tráfego, com a participação de convidados técnicos e pesquisadores do assunto.

Proposta 047 (CN-00-000141)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-14-000015, CR-16-000083, CR-10-000059 | Palavras-chave: Atendimento on-line; Atendimento remoto; Atuação profissional; Comunicação; Legislação e normas; Mídias; redes sociais; Resoluções do CFP

Fomentar debates sobre Psicologia, ética, publicidade e atuação em redes sociais com o objetivo de analisar este novo cenário tecnológico e construir resoluções e orientações éticas instruindo sobre as publicações de profissionais de Psicologia em redes sociais e outras mídias.

Proposta 048 (CN-00-000142)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-08-000076 | Palavras-chave: Gestão

Que o Sistema Conselhos de Psicologia promova ações de incentivo e crie parâmetros para a constituição de Comissões Étnico-Raciais com caráter permanente, com vistas ao exercício do compromisso social com os grupos Étnico-Raciais, povos indígenas, negros, tradicionais e quilombolas, principalmente com as questões relacionadas ao combate ao racismo estrutural decorrente da escravidão e invasão dos territórios dos povos originários.

Proposta 049 (CN-00-000143)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-23-000001, CR-23-000002 | Palavras-chave: Atuação profissional; Normas e orientações; Parcerias; Políticas públicas; Saúde mental

Que o Sistema Conselhos de Psicologia fomente espaços de debate e a criação de uma rede nacional de pesquisa sobre o suicídio, de caráter consultivo, com o objetivo de favorecer o fortalecimento da rede e sua formação, com vistas a ações estratégicas de valorização da vida, considerando os atravessamentos do suicídio como um problema social.

Proposta 050 (CN-00-000145)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-21-000023 | Palavras-chave: Direitos humanos; Sistema prisional

Fomentar ações de debate e orientação sobre o fazer da psicóloga no sistema prisional brasileiro entendendo a prisão como resultado das formas de organização da sociedade pautada em relações de opressão que geram seletividade penal.

Proposta 052 (CN-00-000147)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-22-000046, CR-24-000008 | Palavras-chave: Acessibilidade; Comunicação

Criar, fortalecer e aperfeiçoar os canais de comunicação entre o Sistema Conselhos de Psicologia e a categoria, garantindo acessibilidade na comunicação por meio de libras, legendas em português (para material audiovisual e audiodescrição e/ou descrição de imagem), para promover informações sobre serviços e eventos, considerando as especificidades de cada estado, com ênfase na dificuldade de acesso à internet e suas implicações.

Proposta 053 (CN-00-000148)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-09-000009 | Palavras-chave: Cadastro nacional de psicólogas; Comunidades terapêuticas

Fomentar o debate acerca do registro/cadastro de pessoa jurídica classificada como comunidade terapêutica, com vistas à reformulação das legislações do Sistema Conselhos e à futura proibição do registro, fundamentada pela defesa irrefutável dos Direitos Humanos e dos princípios do Código de Ética Profissional da psicóloga.

Proposta 054 (CN-00-000149)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-03-000127 | Palavras-chave: Planos de saúde; Saúde

Que o Sistema Conselhos de Psicologia, em parceria com a FENAPSI, dialogue com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e planos de saúde sobre as condições de atuação das psicólogas, com vistas às melhores condições de trabalho para a categoria.

Proposta 055 (CN-00-000150)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-14-000067 | Palavras-chave: Condições de trabalho; Saúde do trabalhador; Saúde mental

Promover orientações e discussões com psicólogas e com a sociedade, por meio de material audiovisual (libras, legendas em audiodescrição) e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), referente à temática da saúde mental das trabalhadoras, com ênfase no assédio moral e sexual, considerando os marcadores sociais de gênero, classe, étnico-racial, idade, diversidade sexual e deficiências.

Proposta 056 (CN-00-000151)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-13-000035 | Palavras-chave: Atendimento on-line; Cadastro nacional de psicólogas; Legislação e normas; Novas práticas

Fomentar debates, discussões, alicerçando ações estratégicas para a orientação da categoria a respeito das temáticas de trabalhos on-line, como TICs, dialogando com as possibilidades de melhorias do E-Psi.

Proposta 057 (CN-00-000152)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-10-000124 | Palavras-chave: Sistema conselhos

Apoiar os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) na digitalização de arquivos e processos.

Proposta 060 (CN-00-000156)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-12-000007 | Palavras-chave: Comunicação com o estado

Que o Sistema Conselhos de Psicologia promova eventos para discutir a inserção e ampliação da participação de psicólogas nas esferas municipal, estadual e federal dos órgãos de controle social.

Proposta 061 (CN-00-000157)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-08-000035 | Palavras-chave: Políticas públicas

Que o Sistema Conselhos de Psicologia se posicione e amplie participação nos espaços de construção, monitoramento e avaliação de políticas públicas primando pelo cumprimento da legislação especialmente quanto aos povos tradicionais, população das florestas, das águas, do campo e povos indígenas, pessoas com deficiências, pessoas surdas, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, extrativistas, pomeranos, retireiros de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população defensoras dos direitos humanos, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/aids, pessoas privadas de liberdade, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de migração, deslocamento forçado, apátrida, retorno em situação de vulnerabilidade, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI+, identidades cis dissidentes, mulheres, profissionais do sexo, vítimas de tráfico humano, pessoas em situação de violência sexual, paneleiras, crianças e adolescentes em acolhimento e pessoas ameaçadas de morte, entre outras, em articulação com os órgãos institucionais.

Proposta 062 (CN-00-000158)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-18-000074, CR-19-000046 | Palavras-chave: Articulação; Comunicação; Controle social; Saúde mental

Fomentar debate com a categoria sobre a importância de participar de espaços de mobilização e controle social dentro da perspectiva temática da saúde mental, com intuito de fortalecer as políticas públicas antimanicomiais, na perspectiva interseccional e realizar gestão com o Conselho Nacional de Saúde (CNS) para que o regimento relativo à periodicidade das conferências temáticas de saúde mental seja cumprido, nas três esferas de governo.

Proposta 063 (CN-00-000159)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-22-000010 | Palavras-chave: Controle social; CREPOP; Referências técnicas

Fortalecer e manter a construção de referências técnicas no âmbito do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) sobre a participação das psicólogas no controle social das políticas públicas, com vistas a ampliar a atuação da categoria neste contexto, para que possa defender as políticas públicas no fazer psicológico.

Proposta 064 (CN-00-000160)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-08-000023, CR-18-000024, CR-05-000039, CR-05-000147, CR-17-000002, CR-10-000077, CR-24-000009, CR-19-000038 | Palavras-chave: Articulação; Comunicação; CREPOP; Interiorização; Normas e orientações; Políticas públicas; Prática profissional; Resoluções do CFP

Que o Sistema Conselhos de Psicologia assegure o financiamento para a continuidade e ampliação do trabalho do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), aumentando a divulgação das publicações por ele produzidas e confirmando-o como um instrumento fundamental de orientação das práticas profissionais da Psicologia no âmbito do Sistema, de modo a fortalecer seu papel na produção e atualização de referências técnicas relativas à prática profissional, tanto na esfera das políticas públicas quanto no que se refere a Direitos Humanos e a temas específicos/transversais, atuais e emergentes, pautando-se na escuta das profissionais que estão na prática, bem como no diálogo com a sociedade e os gestores públicos, na perspectiva da intersetorialidade.

Proposta 065 (CN-00-000161)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-16-000041 | Palavras-chave: CREPOP

Realizar a atualização do documento que estabelece a metodologia do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), a fim de promover melhorias nos procedimentos de pesquisa, buscando incluir, por exemplo, a utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como instrumento de coleta.

Proposta 066 (CN-00-000162)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-12-000026 | Palavras-chave: Direitos humanos

Que o Sistema Conselhos de Psicologia se posicione em defesa do Estado Democrático de Direito e dos princípios constitucionais brasileiros, considerando os povos tradicionais, população das florestas, das águas, do campo e povos indígenas, pessoas com deficiências, pessoas surdas, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, extrativistas, pomeranos, retireiros de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população defensoras dos direitos humanos, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/aids, pessoas privadas de liberdade, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de migração, deslocamento forçado, apátrida, retorno em situação de vulnerabilidade, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI+, identidades cis dissidentes, mulheres, profissionais do sexo, vítimas de tráfico humano, pessoas em situação de violência sexual, paneleiras, crianças e adolescentes em acolhimento e pessoas ameaçadas de morte.

Proposta 067 (CN-00-000163)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-23-000044, CR-16-000136, CR-01-000018, CR-24-000058 | Palavras-chave: Atuação profissional; Comunicação; Gestão; Gestão participativa; Participação; Sistema conselhos; Valorização profissional

Garantir os recursos necessários para a realização de campanhas massivas e permanentes de comunicação e marketing sobre o papel da Psicologia, utilizando as mídias tradicionais, mídias sociais, e-mail e outros instrumentos, com informações objetivas e acessíveis voltadas para as psicólogas, os gestores e a sociedade em geral, tendo como temas a atuação, atribuições e compromisso social do Sistema Conselhos de Psicologia, reafirmando os princípios éticos que norteiam a profissão e divulgando as legislações, resoluções e notas técnicas do Sistema, com destaque para a distinção regulatória entre profissionais fiscalizadas e pessoas não psicólogas com atuação na área e para a atuação profissional qualificada, ética e científica.

Proposta 068 (CN-00-000164)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-06-000182, CR-18-000004, CR-23-000045, CR-10-000026 | Palavras-chave: Articulação; Código de ética; Comunicação; Educação; Estudantes/ Alunos; Formação; Gestão; Normas e orientações; Valorização profissional

Que o Sistema Conselhos de Psicologia, com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), realize interlocução com as Instituições de Ensino Superior, com o objetivo de promover campanhas de divulgação, por exemplo por meio da gravação de vídeos, referentes ao funcionamento do Sistema Conselhos de Psicologia, suas funções precípuas e suas comissões, bem como para orientar sobre práticas de estágio, tanto para estudantes quanto para supervisoras, a partir das referências técnicas produzidas pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

Proposta 070 (CN-00-000166)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-15-000008 | Palavras-chave: Acessibilidade; Deficiência; Diversidade

Garantir e promover a presença permanente de psicólogas com deficiências, negras, indígenas, povos originários, povos tradicionais, trans e travestis, não só na inscrição das chapas para as eleições do Sistema Conselhos de Psicologia, mas também nos trabalhos efetivos das gestões.

Proposta 071 (CN-00-000167)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-19-000053 | Palavras-chave: Direitos humanos

Promover ações de incidência da categoria provocando a sociedade para o enfrentamento aos desafios atuais relacionados ao discurso de ódio e às práticas fascistas, racistas, capacitistas e LGBTQIA+fóbicas, machistas, misóginas, xenófobas posicionando-se contrariamente a essas práticas.

Proposta 072 (CN-00-000168)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-12-000004, CR-16-000087 | Palavras-chave: Articulação; Gestão; Valorização profissional

Que o Sistema Conselhos de Psicologia estruture estratégias, de modo democrático, com o sindicato e outras entidades, para defender e ampliar os espaços de atuação da Psicologia, sejam os já consolidados como privativos à categoria, sejam os em consolidação.

Proposta 073 (CN-00-000169)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-04-000003 | Palavras-chave: Orientação; SUAS; SUS

Garantir aporte financeiro para a realização de encontros descentralizados em todo o Sistema Conselhos de Psicologia, para escuta e debate de psicólogas que atuam em políticas públicas, tais como Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), educação, emergências e desastres, entre outras áreas e usuárias, fortalecendo as ações do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) na construção de materiais e documentos orientativos.

Proposta 074 (CN-00-000170)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-13-000024 | Palavras-chave: Normas e orientações; Orientação

Ampliar espaços de discussão no Sistema Conselhos de Psicologia sobre as implicações na atuação da psicóloga no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e Educação após a Lei nº 13.431/2017 e o Decreto nº 9.603/2018/ sobre Escuta Especializada, construindo orientações técnicas para a categoria tendo como referência os documentos orientadores do Sistema Conselhos de Psicologia.

Proposta 075 (CN-00-000171)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-23-000041 | Palavras-chave: Finanças; Gestão participativa

Que o Conselho Federal de Psicologia crie estratégias financeiras por meio de programas dentro do seu orçamento, que apoie a subsistência administrativa de regionais pequenos e médios.

Proposta 076 (CN-00-000172)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-24-000025 | Palavras-chave: Condições de trabalho; Corresponsabilidade; CREPOP

Reorganizar a disponibilização de recursos financeiros para as atividades do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), considerando as necessidades demográficas de cada regional, principalmente os da região Norte.

Proposta 079 (CN-00-000175)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-10-000042 | Palavras-chave: Fiscalização

Criar agendas temáticas de inspeções integradas no Sistema Conselhos de Psicologia.

Proposta 080 (CN-00-000176)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-05-000042 | Palavras-chave: APAF; COF e COE; Racismo

No ato de protocolar denúncias éticas, coletar a autodeclaração de raça/cor, etnia e gênero no momento do cadastro pelas partes denunciante e denunciada, para fins de estudo estatístico e uso exclusivo do Sistema Conselhos de Psicologia.

Proposta 081 (CN-00-000177)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-11-000064 | Palavras-chave: Direitos humanos

Intensificar o diálogo com o Ministério Público e outras entidades no processo de orientação e de fiscalização em instituições que infringem os Direitos Humanos.

Proposta 082 (CN-00-000178)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-16-000120, CR-16-000130 | Palavras-chave: Estágio; Fiscalização; Formação

Formular estratégias e promover orientação e fiscalização nas Instituições de Ensino Superior no que se refere aos estágios em Psicologia (em avaliação psicológica ou estágios em psicologia clínica), quanto ao funcionamento dos núcleos de práticas psicológicas e quanto à responsabilidade ética das supervisões de estágio. Fomentar, ainda, o debate sobre a presença de profissionais de referência, com CRP ativo, durante o tempo em que houver atendimento nos núcleos de práticas psicológicas.

Proposta 084 (CN-00-000180)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-13-000086 | Palavras-chave: Exercício profissional; Normas e orientações; Saúde mental

Estimular os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) a se aproximar dos serviços que compõe a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), a partir de um cronograma de visitas aos serviços em cada Região de Saúde, não apenas para a fiscalização do exercício profissional, mas também para a orientação às psicólogas que atuam na RAPS e gestores dos serviços, fortalecendo o espaço de atuação da psicóloga e sua prática.

Proposta 085 (CN-00-000181)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-12-000012, CR-18-000031, CR-01-000032 | Palavras-chave: Atendimento on-line; Atendimento remoto; Atuação profissional; Fiscalização; mapeamento

Criar, atualizar e aprimorar as medidas de fiscalização dos serviços psicológicos por meio das TICs, inclusive com desenvolvimento de estratégias específicas para executar a fiscalização e mapeamento de plataformas on-line de atendimento, garantindo a elaboração de nova resolução que verse sobre serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Proposta 086 (CN-00-000182)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-17-000033 | Palavras-chave: COF e COE; Exercício profissional; Fiscalização

Atualizar a Política de Orientação e Fiscalização (POF) para que essas atividades também possam ser realizadas por meio das Tecnologias Digitais da informação e comunicação (TICs).

Proposta 088 (CN-00-000184)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-17-000006, CR-17-000015, CR-24-000057 | Palavras-chave: Branquitude; Capacitação; COF e COE; Desigualdade social; Enfrentamento ao racismo; Fiscalização; Gênero; Gestão participativa; LGBTQIA+; Racismo; Sistema conselhos

Garantir a oferta de formação continuada para conselheiras, servidoras e colaboradoras do Sistema Conselhos de Psicologia, com vistas à formação permanente para a execução de seus trabalhos no âmbito do Sistema, incluindo conteúdo formativo sobre questões étnico-raciais, de gênero e orientações sexuais e deficiências, pautadas na perspectiva antirracista, antissexista e anticapacitista e nos direitos humanos.

Proposta 090 (CN-00-000187)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-16-000071, CR-24-000001 | Palavras-chave: Articulação; Atuação profissional; Exercício profissional; Fiscalização; Interiorização; Orientação

Estimular o fortalecimento do vínculo dos Conselhos Regionais e Conselho Federal de Psicologia (CRPs e CFP) com as profissionais que atuam no interior dos estados, por meio de estratégias para a descentralização.

Proposta 091 (CN-00-000188)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-03-000024 | Palavras-chave: Interiorização

Construir estratégias de Interiorização pautando a descentralização e a aproximação do Sistema Conselhos de Psicologia com a categoria, conforme já deliberado em Congressos Nacionais de Psicologia (CNP) anteriores.

Proposta 092 (CN-00-000189)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-02-000021 | Palavras-chave: Laicidade

Defender a laicidade como princípio da Psicologia.

Proposta 093 (CN-00-000190)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-06-000041 | Palavras-chave: Comunicação; Direitos humanos; Diversidade; Equidade; Legislação e normas; Público

Promover discussões sobre a utilização da linguagem neutra ou não gendrada, a fim de adotá-la em todas as suas publicações, notas e posicionamentos, reconhecendo a não binariedade, a diversidade de identidade de gênero e a autodeclaração em suas comunicações.

Proposta 095 (CN-00-000192)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-08-000092 | Palavras-chave: Gestão

Promover discussões com os órgãos públicos e organizações privadas, sobretudo órgãos de Justiça, quanto à obrigatoriedade do registro e situação ativa, no Conselho Regional de Psicologia (CRP) para exercer a profissão de psicóloga, conforme Lei nº 5.766/1971.

Proposta 097 (CN-00-000194)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-06-000048, CR-14-000003 | Palavras-chave: Articulação; CNP; Democracia; Gestão participativa; Prestação de contas

Garantir a manutenção dos processos democráticos e participativos na construção coletiva de propostas para o Sistema Conselhos de Psicologia por meio das instâncias dos Congressos Regionais de Psicologia (COREPs) e Congresso Nacional da Psicologia (CNP), realizados a cada três anos, e criar mecanismos de monitoramento e instrumentos de comunicação para acompanhar a execução das deliberações do CNP, finalizando a gestão com a apresentação da prestação de contas a partir das propostas.

Proposta 098 (CN-00-000195)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-13-000039 | Palavras-chave: Controle Social; Democracia; Garantia de direitos

Defender a reativação dos conselhos de direitos, comitês e fóruns nacionais, assim como as conferências nacionais de direitos e políticas públicas, diante da extinção e desmonte de conselhos de direitos e políticas públicas da administração pública federal, previstos na Constituição Federativa de 1988, pelo Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que tem afetado o direito à participação no controle social, imprescindível numa democracia.

Proposta 099 (CN-00-000196)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-16-000035, CR-01-000002, CR-14-000071, CR-24-000038, CR-15-000007 | Palavras-chave: Atuação profissional; CNP; COREP; Estágio; Formação; Participação; Participação e representação

Promover ações de apoio sobre a importância das pautas desenvolvidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia, garantindo a participação e ampliação de estudantes nos espaços democráticos ofertados pelo Sistema, por meio de ações e instâncias próprias de representatividade e diálogo, a serem construídos com a participação estudantil.

Proposta 100 (CN-00-000197)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-12-000014, CR-14-000046, CR-24-000019 | Palavras-chave: Comunicação; Democracia; Gestão participativa; Interiorização; Participação; Participação e representação; Sistema conselhos; Votação

Ampliar a participação da categoria por meio das Tecnologias da informação e comunicação (TICs), considerando continuidade do funcionamento híbrido, com vistas também à viabilidade para maior aproximação, articulação e participação das profissionais do interior, garantindo acessibilidade a todas as pessoas com deficiências, principalmente com intermédio de intérprete de libras, além de garantir um processo contínuo de avaliação da participação no regime híbrido, com vistas ao aprimoramento na qualidade deste regime.

Proposta 101 (CN-00-000199)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-11-000020 | Palavras-chave: Comunicação; Parcerias

Criar canais de diálogos institucionais com as pessoas jurídicas e sistematizar formas para o compartilhamento de informações de acordo com a LGPD, eventos e atividades afins.

Proposta 102 (CN-00-000200)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-05-000018, CR-13-000070 | Palavras-chave: Democracia; Equidade; Garantia de direitos; Gestão participativa; Participação e representação

Criar ferramentas administrativas para garantir a participação de psicólogas (mães, pais e responsáveis) com crianças, filhas ou dependentes nas atividades e espaços deliberativos no âmbito do Sistema, com a implementação de políticas e estrutura para a inserção plena no processo democrático.

Proposta 103 (CN-00-000201)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-07-000006, CR-01-000003 | Palavras-chave: Gestão participativa; Participação e representação

Que o Sistema Conselhos de Psicologia adote estratégias de ampliação de sua relação com a categoria, promovendo espaços para escuta e discussão das pautas das psicólogas e a realização de consultas públicas sobre temas sensíveis ao exercício profissional e sobre os debates em andamento na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), com vistas a mobilizar, aproximar a categoria e dar maior evidência aos processos, projetos e decisões do Sistema; intensificando a divulgação, durante os três anos de cada gestão, do Congresso Nacional de Psicologia (CNP) e de seus eventos preparatórios, com vistas à ampliação da participação democrática da categoria e estudantes.

Proposta 104 (CN-00-000202)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-17-000042, CR-02-000014 | Palavras-chave: Diversidade; Enfrentamento ao racismo; LGBTQIA+; Participação e representação; Pessoas com deficiência

Ampliar a participação de pessoas não brancas, povos tradicionais, povos indígenas, pessoas com deficiência, travestis e transexuais nas comissões e grupos de trabalho do Sistema Conselhos de Psicologia, garantindo reservas de vagas para essa participação,

Proposta 105 (CN-00-000203)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-03-000096 | Palavras-chave: Pessoas com deficiência

Que o Sistema Conselhos de Psicologia passe a registrar expressivamente em posicionamentos políticos e em seus discursos orais e escritos os termos capacitismo e corponormatividade e criar referências para atuação profissional, com participação e consulta das pessoas com deficiências garantindo seu protagonismo.

Proposta 106 (CN-00-000204)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-19-000049 | Palavras-chave: CNP; COREP; Políticas públicas

Reforçar o princípio laico da psicologia brasileira nos diálogos com gestores das políticas públicas, instituições filantrópicas e/ou religiosas sobre a importância de tratar o tema da saúde mental.

Proposta 110 (CN-00-000208)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-12-000010, CR-03-000258, CR-02-000090, CR-17-000078 | Palavras-chave: Articulação; Psicologia organizacional e do trabalho; Saúde do trabalhador; SESMT

Fomentar a articulação entre o Sistema Conselhos de Psicologia e o Poder Público, em especial o Legislativo e o Ministério da Economia, com o intuito de garantir a atuação da profissional psicóloga no espaço da saúde ocupacional, sobretudo na saúde de trabalhadoras que atuam em áreas de risco, assegurando a presença de psicólogas no Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), fomentando sua obrigatoriedade no quadro 2 da Norma Regulamentadora nº 4.

Proposta 111 (CN-00-000209)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-18-000096 | Palavras-chave: Atuação profissional; Finanças; SUS

Que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) faça gestão com o Ministério da Saúde no que tange ao rol de procedimentos da Tabela SAI/SUS, de modo a atualizar os procedimentos nas mais variadas áreas de atuação no Sistema Único de Saúde (SUS) e nos seus diversos níveis de atuação na saúde.

Proposta 112 (CN-00-000210)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-06-000007, CR-02-000020, CR-07-000080 | Palavras-chave: Enfrentamento ao racismo; Normas e orientações; Novas práticas; Racismo

Fortalecer as iniciativas de identificação e enfrentamento do racismo estrutural e institucional, promovendo e garantindo a psicologia antirracista como compromisso social da Psicologia e potencializando práticas e saberes que interseccionem classe, raça etnia, deficiências, gênero e orientações sexuais, abrangendo também as especificidades das vivências das pessoas em situação de migração, deslocamento forçado, apatridia, retorno em situação de vulnerabilidades, em todas as áreas de atuação, tais como: implantação e manutenção do programa de combate ao racismo institucional com elaboração de subsídios para os procedimentos de orientação e fiscalização e para a formação continuada de psicólogas fiscais e conselheiras, e estímulo à criação de Comissões de Relações Raciais em cada Conselho Regional de Psicologia (CRP).

Proposta 118 (CN-00-000216)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-05-000007 | Palavras-chave: Avaliação psicológica; Relações interinstitucionais; Saúde do trabalhador

Que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) defenda com o Legislativo a inclusão do termo "atestado psicológico" nas leis de trabalho e previdência social no que se refere ao afastamento das atividades laborais por sofrimento psíquico.

Proposta 119 (CN-00-000217)

| Âmbito Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-16-000025 | Palavras-chave: Corresponsabilidade; Gestão

Desenvolver um Sistema Integrado de Gestão dos Processos de Trabalho e das relações trabalhistas para o Sistema Conselhos de Psicologia.

Proposta 121 (CN-00-000219)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-06-000062, CR-23-000040, CR-22-000063 | Palavras-chave: Direitos humanos; Emergências e desastres; Finanças; Políticas públicas; Temas emergentes da psicologia

Adotar práticas sustentáveis, em conformidade com as políticas públicas ambientais nacionais e marcos normativos internacionais relacionados à sustentabilidade, minimizando os impactos ambientais de suas ações.

Proposta 122 (CN-00-000220)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-12-000009, CR-23-000049, CR-22-000082 | Palavras-chave: Articulação; Atuação profissional; Gestão participativa; Participação e representação; Valorização profissional

Que o Sistema Conselhos de Psicologia implemente ações de valorização da profissão perante a sociedade, trabalhando em articulação com os sindicatos de psicólogas e demais entidades da Psicologia, a fim de fortalecer a profissão e a ação das profissionais da psicologia que atuam nas políticas de saúde, assistência social, educação e demais políticas públicas.

Proposta 123 (CN-00-000221)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-06-000025 | Palavras-chave: Articulação; Emergências e desastres; Gestão

Fomentar debates quanto à atuação da psicóloga na gestão integral de riscos e de desastres.

Proposta 124 (CN-00-000243)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-02-000101 | Palavras-chave: Enfrentamento ao racismo

Fomentar o debate sobre “Epistemologias Decoloniais indígenas e negras” com participação preferencial de profissionais da Psicologia negras, indígenas e de comunidades tradicionais, promovendo a construção de práticas e produzindo materiais informativos para a categoria.

Proposta 126 (CN-00-000312)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #1 | Origem: CR-18-000044, CR-05-000047, CR-17-000003, CR-02-000056, CR-20-000028, CR-20-000041, CR-11-000021, CR-07-000016, CR-19-000055, CR-15-000009 | Palavras-chave: Articulação; Assistência social; Atuação profissional; Controle social; Formação; Gestão participativa; Participação e representação; Políticas públicas; Público; Relações interinstitucionais

Que o Sistema Conselhos de Psicologia promova a ampliação da participação da categoria nas instâncias de controle social, tais como conselhos, conferências e demais espaços de construção, monitoramento e avaliação de políticas públicas, inclusive por meio de ações formativas e plano estratégico de participação na definição de políticas públicas e conselhos de direitos, fomentando a mobilização da categoria na defesa dos direitos humanos e no enfrentamento das desigualdades e da fragilização da proteção social no país.



CONGRESSO NACIONAL
DA PSICOLOGIA

Eixo 2

Defesa do Estado
Democrático
e dos Direitos
Humanos via
Políticas Públicas

Eixo #2 Defesa do Estado Democrático e dos Direitos Humanos via Políticas Públicas

Quantidade de propostas: 83

Proposta 129 (CN-00-000222)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-04-000199 | Palavras-chave: Direitos humanos; Educação; Formação

Que o Sistema Conselhos de Psicologia, em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), fomente a inserção de equipes interprofissionais de saúde mental como uma das ações de assistência estudantil do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), como atenção à saúde, com vistas ao cuidado psicossocial para as discentes de todas as Instituições de Ensino Superior públicas e privadas.

Proposta 131 (CN-00-000224)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-20-000046 | Palavras-chave: Articulação; Exercício profissional

Apresentar a resolução CFP nº 6/2019, que orienta sobre a elaboração de documentos escritos ao Ministério do Trabalho e Previdência e Congresso Nacional para discutir sobre o reconhecimento do atestado psicológico para garantir ampla proteção no contexto do trabalho.

Proposta 132 (CN-00-000225)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-08-000041, CR-16-000016, CR-22-000012 | Palavras-chave: Atuação profissional; Condições de trabalho; Exercício profissional; Fiscalização; Orientação; Relações interinstitucionais; Sistema de justiça; Valorização profissional

Atuar com o Poder Público (Legislativo, Executivo e Judiciário) para discutir, combater e coibir abusos e interferências à prática profissional de psicólogas no Sistema de Justiça e nas Políticas Públicas (em especial Sistema Único de Assistência Social [SUAS] e Sistema Único de Saúde [SUS]), articulando também com conselhos Federal e Regionais de Medicina (CFM/CRMs), de Enfermagem (COFEN/CORENs), de Serviço Social (CFESS/CRESS), entre outros conselhos pertinentes, sobre a necessidade da autonomia da psicóloga quanto à abordagem teórico-metodológica a ser adotada, a fim de garantir autonomia profissional e condições técnicas e éticas de trabalho.

Proposta 133 (CN-00-000226)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-06-000058 | Palavras-chave: Políticas públicas; Saúde mental; Supervisão

Que o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) possa produzir materiais de referência e fomento à política de supervisão técnica institucional nas políticas públicas da saúde, educação, assistência social e demais políticas públicas.

Proposta 134 (CN-00-000227)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-18-000017 | Palavras-chave: Público; Referências técnicas; Segurança

Discutir a inserção da psicóloga no âmbito da segurança pública, incluindo as delegacias e todos os serviços da segurança pública, e departamentos especializados da política nacional de segurança pública a exemplo dos setores da polícia civil, revisando, ampliando e criando referências técnicas para a atuação da psicóloga frente às violações de direitos.

Proposta 135 (CN-00-000228)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-20-000051, CR-20-000056 | Palavras-chave: Condições de trabalho; Sistema socioeducativo; SUAS; SUS; Valorização profissional

Fortalecer o diálogo com as entidades do Sistema de Justiça no intuito de prevenir, combater e coibir a prática da judicialização das demandas da justiça para as profissionais de psicologia que atuam nos Sistemas Único de Assistência Social (SUAS) e de Saúde (SUS), bem como do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), mantendo e ampliando espaços de discussão sobre as implicações na atuação da psicóloga no SUAS, SUS e SINASE, além de articular pela ampliação e qualificação do quadro efetivo das profissionais de Psicologia.

Proposta 136 (CN-00-000229)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-11-000037, CR-10-000094 | Palavras-chave: Gestão; Pandemia; Políticas públicas

Promover debates com representantes da sociedade civil organizada e da gestão pública (municipal, estadual e federal) quanto ao papel da Psicologia e a importância das políticas públicas no enfrentamento aos impactos causados pela pandemia na saúde mental da sociedade, valorizando, ampliando e reconhecendo o trabalho das psicólogas em tempos pandêmicos.

Proposta 137 (CN-00-000230)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-03-000237, CR-24-000010, CR-24-000040, CR-19-000032 | Palavras-chave: Articulação; Direitos humanos; Equidade; Garantia de direitos; Gestão; Mercado de trabalho; Políticas públicas

Intensificar a mobilização com os poderes públicos para ampliação da categoria profissional na composição das equipes das políticas públicas (de assistência social, saúde, educação, direitos humanos, segurança pública e justiça), destacando a necessidade de contratação de profissionais da Psicologia, de modo geral e nas equipes multiprofissionais, para discussão do enfrentamento às necessidades urgentes e emergentes em políticas públicas.

Proposta 138 (CN-00-000231)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-20-000067, CR-14-000055, CR-01-000033, CR-01-000034, CR-24-000075 | Palavras-chave: Articulação; Atuação profissional; Direitos humanos; Equidade; Garantia de direitos; Participação e representação; Políticas públicas; Povos tradicionais; Saúde; SUS

Que o Sistema Conselhos de Psicologia intensifique sua articulação com as instituições que definem as políticas públicas sobre a saúde dos povos indígenas, fiscalizando a implementação por meio do controle social e promoção do incentivo às políticas públicas de saúde mental e atenção psicossocial, estabelecendo parcerias com instâncias públicas como a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) e o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS), bem como com os movimentos sociais representativos desses grupos populacionais, de modo a promover o diálogo entre a Psicologia e os saberes e práticas tradicionais em sua pluralidade, posicionando-se contra o desmonte das políticas voltadas a estes povos (demarcação de terra, serviços de saúde, etc.).

Proposta 139 (CN-00-000232)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-08-000001 | Palavras-chave: Assistência social

Realizar interlocução com o Fórum de Gestores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social (FONACEAS), Fórum Nacional dos Secretários de Assistência Social (FONSEAS), Colegiado Nacional dos Gestores de Assistência Social (CONGEMAS), sindicatos das psicólogas e outras instituições pertinentes sobre a atuação profissional no SUAS, fazendo incidência sobre: a efetivação da constituição das equipes de referência no SUAS; a relevância da atuação ético-política na proteção social de pessoas, povos e comunidades historicamente em situação de desigualdades e injustiças sociais; os procedimentos técnico-operativos relacionados à concessão de benefícios eventuais e à incidência das demandas indevidas do INSS e Sistema de Justiça; além de atualizar os documentos no âmbito do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) sobre a atuação da psicóloga no SUAS, sem prejuízo de outras orientações técnicas produzidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia.

Proposta 140 (CN-00-000233)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-04-000091, CR-02-000046, CR-24-000084, CR-19-000016 | Palavras-chave: Assistência social; Concursos públicos; Condições de trabalho; CRAS; CREAS; Direitos humanos; Normas e orientações; Políticas públicas; Resoluções do CFP; SUAS

Reafirmar a posição em defesa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), legitimando a autonomia no processo de trabalho realizado pelas profissionais de Psicologia na proteção social básica e proteção social especial, de média e alta complexidade, em articulação entre CONPAS, CREPOP e COF garantir produções metodológicas sobre o assunto e orientando a categoria sobre a atuação na gestão e provimentos de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais na rede pública e privada complementar do SUAS, promovendo, ainda, os direitos da população mais vulnerável e em risco social e o controle social no âmbito do SUAS.

Proposta 141 (CN-00-000234)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-24-000054 | Palavras-chave: Atuação profissional; Psicologia do trânsito

Fazer gestão com o Senatran, Contran e outros órgãos correlatos para promover discussões e ações sobre o trabalho das psicólogas nas diversas possibilidades de atuação profissional na área do trânsito, fomentando o debate sobre a importância da inserção de psicólogas nas equipes de educação do trânsito, e não restringindo sua atuação à avaliação psicológica.

Proposta 142 (CN-00-000235)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-09-000015, CR-22-000076 | Palavras-chave: Assistência social; Educação; Fiscalização; Rede de atenção; Redes de apoio psicossocial; Saúde

Buscar o fortalecimento das redes de atenção psicossocial (Centros de Atenção Psicossocial [CAPS], Serviço Residencial Terapêutico, Centro de Referência Especializado de Assistência Social [CREAS], Centro de Referência da Assistência Social [CRAS], entre outras), na perspectiva do atendimento humanizado e da redução de danos por meio de campanhas e audiências públicas, cobrando dos gestores e do poder público investimento financeiro e educação permanente. Além disto, incidir com os gestores estaduais e municipais para a implementação de CAPS em territórios estratégicos, intensificar numa parceria COF-CREPOP a orientação e fiscalização com os centros já existentes, bem como reforçar a luta contra as instituições asilares e manicomiais,

Proposta 143 (CN-00-000236)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-21-000033 | Palavras-chave: Desigualdade social

Que o Sistema Conselhos realize mapeamentos de perfis sócio/étnico-racial/demográficos, de gênero e das deficiências das psicólogas em frequência média de uma vez por gestão (reiterando a importância e relevância do Censo já existente) e mobilize campanhas para que haja uma autoidentificação de psicólogas indígenas, negras e quaisquer outras racialidades e nacionalidades possíveis.

Proposta 144 (CN-00-000237)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-13-000002, CR-13-000007, CR-19-000047 | Palavras-chave: Articulação; Direitos humanos; Diversidade; Garantia de direitos; Minorias; Pessoas com deficiência; Racismo

Promover debates com a categoria e com a população em geral, além de realizar ampla divulgação nas mídias, sobre o papel da Psicologia na ampliação da liberdade e transformações sociais dos sujeitos e no enfrentamento ao racismo, contra povos negros e indígenas, capacitismo, xenofobia, misoginia, feminicídio, LGBTQIPA+fobia, fascismo, genocídio da população negra e indígena, precarização do Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aos retrocessos nas políticas de saúde mental, obstáculos ao uso do nome social e outras formas de violação de direitos humanos, considerando os princípios éticos da profissão.

Proposta 145 (CN-00-000238)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-13-000088 | Palavras-chave: Código de ética; Comunicação; Direitos humanos

Dialogar com setores de regulação dos meios de comunicação sob "e "discurso e produção de subjetividades", por meio de campanhas e/ou debates que auxiliem na reflexão sobre o papel da mídia dentro e fora do Sistema Conselhos na reafirmação ou produção de sofrimento psíquico: racismo, contra povos negros e indígenas, capacitismo, xenofobia, misoginia, feminicídio, LGBTQIPA+fobia, criminalização da pobreza e da juventude, racismo religioso.

Proposta 146 (CN-00-000239)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-06-000116 | Palavras-chave: Direitos humanos; Racismo

Que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) mantenha e amplie a agenda de estratégias e ações de combate e enfrentamento ao racismo, garantindo que o Prêmio Virginia Leone Bicudo permaneça com foco étnico-racial, tanto na temática quanto no protagonismo de suas autoras.

Proposta 147 (CN-00-000240)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-05-000136 | Palavras-chave: Branquitude; Equidade; Garantia de direitos

Fortalecer a campanha de divulgação da Resolução nº 18/2002, que estabelece normas de atuação para as psicólogas em relação ao preconceito e à discriminação racial, em parceria com a Articulação Nacional de Psicólogas Negras e Pesquisadoras (ANPSINEP) e Articulação Brasileira das Indígenas Psicólogas (ABIPSI), garantindo a divulgação da referida resolução nas diferentes iniciativas do Sistema Conselhos de Psicologia.

Proposta 148 (CN-00-000241)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-08-000121, CR-02-000065, CR-02-000066, CR-13-000055 | Palavras-chave: Direitos humanos; Enfrentamento ao racismo; Garantia de direitos; Racismo

Qualificar o exercício da Psicologia com vistas ao enfrentamento do racismo estrutural e institucional contra pessoas negras e indígenas, por meio de programa específico, expansão de ações afirmativas e priorização do enfrentamento da violência estrutural do Estado, fomentando, nos diversos espaços institucionais, a discussão sobre respeito e reconhecimento da ancestralidade e subjetividade das crianças e adolescentes negras e indígenas e sobre o encarceramento em massa da juventude negra e indígena, promovendo a reflexão sobre os impactos decorrentes do racismo no desenvolvimento humano e reafirmando a participação do Sistema Conselhos de Psicologia na garantia dos direitos humanos e da democracia.

Proposta 149 (CN-00-000242)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-11-000033 | Palavras-chave: Direitos humanos

Fazer gestão com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e outras instâncias que compõem o Sistema Nacional de Combate à Tortura, com vistas a articular e apoiar demais entidades e movimentos sociais em ações que garantam o combate à tortura.

Proposta 150 (CN-00-000244)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-04-000155 | Palavras-chave: Condições de trabalho; Garantia de direitos; Saúde do trabalhador; Valorização profissional

Que o Sistema Conselhos de Psicologia assuma o compromisso de enfrentamento ao trabalho análogo ao escravo com evidência as questões étnico-raciais (negros e indígenas) e de mobilidade humana internacional, lutando pela participação da categoria e da autarquia na Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) e nas Comissões Estaduais de Erradicação ao Trabalho Escravo (COETRAEs), além de contribuir e articular pela implementação das COETRAEs nos estados que ainda não assumiram tal compromisso.

Proposta 151 (CN-00-000245)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-18-000045, CR-18-000046 | Palavras-chave: Articulação; Concursos públicos; Condições de trabalho; Políticas públicas

Fortalecer com a categoria, Sistema Conselhos de Psicologia, sindicatos, associações e instâncias de poder (Executivo, Legislativo e Judiciário), o diálogo sobre a importância da defesa dos direitos humanos e políticas públicas e da luta contra a precarização do trabalho da psicóloga nas políticas públicas e em outros contextos de atuação, problematizando os vínculos trabalhistas que mais propriamente atendem a essas demandas – a exemplo do concurso público – e identificando quais representam riscos de fragilização, como o credenciamento, contratos temporários, estágios de pós-graduação, terceirizações entre outras.

Proposta 152 (CN-00-000246)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-08-000046, CR-12-000034, CR-11-000035 | Palavras-chave: Garantia de direitos; Orientação; Sistema prisional

Promover, em articulação com os movimentos sociais, os órgãos do Sistema de Justiça e de Segurança Pública e os espaços de formação em Psicologia, a discussão em torno ao feminicídio, a violência policial e a criminalização, encarceramento e genocídio das populações negras e indígenas nos territórios, nas retomadas e nas cidades, e das pessoas com deficiências criando e implementando campanhas e iniciativas voltadas ao enfrentamento dos diferentes tipos de violências sofridas por populações diversas, com ênfase para: povos tradicionais, população das florestas, das águas, do campo e povos indígenas, pessoas com deficiências, pessoas surdas, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, extrativistas, pomeranos, retireiros de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população defensoras dos direitos humanos, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/aids, pessoas privadas de liberdade, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de migração, deslocamento forçado, apatridia, retorno em situação de vulnerabilidade, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI+, identidades cis dissidentes, mulheres, profissionais do sexo, vítimas de tráfico humano, pessoas em situação de violência sexual, paneleiras, crianças e adolescentes em acolhimento e pessoas ameaçadas de morte, assentadas e assentados de Reforma Agrária, povos de matriz africana, comunidades tradicionais, LGBTQIA+, pessoas em sofrimento psíquico. Elaborar orientações relativas à atenção a pessoas nesses contextos, envolvendo ações no âmbito da saúde, assistência social, educação, conhecimento científico, arte e cultura, tendo em vista a prevenção das violências, a reparação dos

danos ocasionados por situações violadoras e a promoção da saúde e bem-estar e combatendo, ainda, a violência institucional e a revitimização dessa população nos atendimentos.

Proposta 153 (CN-00-000247)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-03-000095, CR-05-000133, CR-13-000105, CR-17-000032 | Palavras-chave: Atuação profissional; Controle social; Direitos humanos; Garantia de direitos; Gênero; Mulher; Políticas públicas; Psicologia social; SUAS; SUS; violência; Violência de gênero

Promover eventos e espaços de diálogo entre o Sistema Conselhos de Psicologia e os órgãos da saúde, assistência social, segurança pública e Sistema de Justiça para discutir as violências contra as mulheres cis, travestis e transsexuais, garantindo leis e políticas públicas de proteção voltadas às mulheres em situação de violência, dentre elas a violência doméstica, e implantando iniciativas com vistas a garantia de prestação de um atendimento acolhedor e cuidadoso a essas mulheres, de modo a estimular tanto a prevenção quanto a formalização de denúncias.

Proposta 154 (CN-00-000248)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-13-000052 | Palavras-chave: Direitos humanos; Diversidade; Garantia de direitos; Políticas públicas

Defender a continuidade e ampliação de políticas identitárias em todos os âmbitos da federação que possam prevenir a violência de gênero e baseada na orientação sexual, bem como políticas de educação em direitos humanos que promovam o direito à diferença sexual e de gênero (a pandemia tem impactado na violência contra a mulher e população LGBTQIA+, com perda de vidas e sofrimento psíquico, demandando delegacias especializadas e uma rede de cuidados das vítimas da violência).

Proposta 155 (CN-00-000249)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-06-000106 | Palavras-chave: Direitos humanos; Diversidade; Invisibilidades

Fomentar e garantir ações sobre a visibilidade lésbica, abordando racialidades e questões de gênero como o machismo e o patriarcado e suas implicações na sociedade, com a participação das diversas lesbianidades, mulheres transgêneras, travestis e pessoas não binárias, além de considerar os demais marcadores sociais.

Proposta 156 (CN-00-000250)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-17-000067, CR-24-000005 | Palavras-chave: Assistência social; Participação e representação; Saúde; Segurança; SUAS

Contribuir com a discussão sobre as condições de trabalho das profissionais que atuam nas políticas de saúde, assistência social, educação, segurança, entre outras, tanto nas capitais, como no interior, nos diferentes territórios rurais, tradicionais e originários, levando em consideração as políticas de orientação e fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia, considerando a luta pela carga horária máxima de 30h semanais, a isonomia entre profissionais e o combate à precarização dos serviços, baixos salários, ausência de concursos e/ou Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) e desmonte das políticas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entre outras.

Proposta 157 (CN-00-000251)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-10-000087 | Palavras-chave: Saúde mental; SUAS; SUS

Articular com parlamentares, instituições de controle social e a quem mais interessar estratégias de enfrentamento ao desmonte dos Sistemas Únicos de Saúde (SUS), Assistência Social (SUAS) e educação, para o fortalecimento das políticas e programas que façam a defesa intransigente dos direitos humanos e da luta antimanicomial.

Proposta 158 (CN-00-000252)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-12-000059, CR-03-000124, CR-09-000005, CR-16-000052, CR-13-000013, CR-23-000021, CR-23-000034, CR-21-000079, CR-04-000171, CR-19-000029 | Palavras-chave: Áreas de atuação; Atuação profissional; Campanhas; Comunicação; Exercício profissional; Papel da Psicologia; Participação; Pesquisa; Saúde mental; Valorização profissional

Que o Sistema Conselhos de Psicologia organize e promova campanhas educativas, utilizando os meios de comunicação tradicionais e as mídias sociais (TICs e TDICs), para informar, valorizar, sensibilizar, divulgar e desmistificar para a sociedade o fazer da Psicologia nas suas diversas áreas de atuação, seus limites, possibilidades e atribuições legais, éticas e técnicas.

Proposta 159 (CN-00-000253)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-14-000074, CR-10-000090, CR-24-000029 | Palavras-chave: Articulação; Atuação profissional; Emergências e desastres; Formação; Garantia de direitos; Pandemia

Fomentar o diálogo com as autoridades e atores sociais sobre o papel da Psicologia em contextos de emergências, desastres, crises migratórias, enchentes e pandemias, considerando a especificidade de cada região, tanto nos campos de atuação quanto da formação, utilizando os mecanismos previstos de formação continuada já demarcados no SUS e no SUAS além de promover a articulação para criação e efetivação de políticas públicas que prevejam a presença de psicólogas neste âmbito.

Proposta 160 (CN-00-000254)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-03-000090, CR-12-000037, CR-12-000041, CR-04-000223, CR-20-000054 | Palavras-chave: Assistência social; Controle social; Garantia de direitos; Políticas públicas; Saúde mental

Reafirmar a posição do Sistema Conselhos de Psicologia frente ao desmonte do Estado brasileiro e ao enfraquecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), denunciando o subfinanciamento histórico agravado pela Emenda Constitucional nº 95, defendendo a PEC nº 383/2017, resguardando, com os três poderes, a atuação da profissional da Psicologia nas diferentes políticas públicas, em áreas como: saúde mental, proteção à mulher, mobilidade humana, em atenção aos povos tradicionais, população das águas, população do campo e povos indígenas, pessoas com deficiências, pessoas surdas, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, extrativistas, pomeranos, retireiros de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população defensoras dos direitos humanos, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/ aids, pessoas privadas de liberdade, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, migrantes, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI+, cis dissidentes, profissionais do sexo, vítimas de tráfico humano, vítimas de violência sexual, povos refugiados, paneleiras, crianças e adolescentes em acolhimento e pessoas ameaçadas de morte.

Proposta 161 (CN-00-000255)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-22-000024 | Palavras-chave: Atuação profissional; Condições de trabalho; Público

Pautar o reconhecimento dos espaços para atendimento em Psicologia nos equipamentos públicos e requerer espaços de atendimento e trabalho das psicólogas que garantam privacidade para a atuação profissional, quando à escuta sigilosa seja necessária.

Proposta 162 (CN-00-000256)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-23-000063 | Palavras-chave: Educação; Formação; Saúde

Que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) promova o diálogo com o Ministério da Educação (MEC), com vistas a fortalecer a necessidade da inclusão de vagas para as psicólogas, como profissionais essenciais na participação da seleção nos programas de pós-graduação (lato e stricto sensu) relacionados à saúde coletiva.

Proposta 163 (CN-00-000257)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-24-000064 | Palavras-chave: Direitos humanos; Exercício profissional; Garantia de direitos; Público

Promover debates sobre a importância das políticas públicas em rede e a necessária formação continuada das psicólogas.

Proposta 164 (CN-00-000258)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-08-000109, CR-06-000125, CR-03-000102, CR-12-000028, CR-12-000029, CR-14-000005, CR-09-000013, CR-04-000039, CR-23-000020, CR-16-000098, CR-16-000100, CR-07-000020, CR-07-000022 | Palavras-chave: Articulação; Atuação profissional; campanhas; Código de ética; Democracia; Desigualdade social; Direitos humanos; Diversidade; Garantia de direitos; Invisibilidades; Laicidade; Participação; Políticas públicas; Povos tradicionais; Psicologia organizacional e do trabalho

Que o Sistema Conselhos de Psicologia, em articulação com a categoria e os movimentos sociais, e em consonância com o Código de Ética do Psicólogo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal do Brasil, promova resoluções e orientações técnicas, campanhas, ações, intervenções e estratégias permanentes de orientação da prática profissional da Psicologia na defesa intransigente dos direitos humanos, democracia, diversidade, laicidade, equidade social e proteção do meio ambiente, de modo a fortalecer o compromisso da Psicologia com o combate contra a fome, a miséria e as desigualdades sociais e com a defesa dos direitos dos grupos populacionais historicamente submetidos a condições de violência, como: povos tradicionais, população das águas, população do campo e povos indígenas, pessoas com deficiências, pessoas surdas, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, extrativistas, pomeranos, aposentados de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população defensoras dos direitos humanos, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, pessoas privadas de liberdade, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de migração, deslocamento forçado, apatridia, retorno em situação de vulnerabilidade, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI+, identidades

cis dissidentes, mulheres, profissionais do sexo, vítimas de tráfico humano, pessoas em situação de violência sexual, povos refugiados, paneleiras, crianças e adolescentes em acolhimento e pessoas ameaçadas de morte.

Proposta 165 (CN-00-000259)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-17-000008 | Palavras-chave: CRAS; CREAS; Crianças e adolescentes; Políticas públicas; SUAS

Intensificar a participação do Sistema Conselhos de Psicologia em espaços de deliberação e incidência política para criação e/ou fortalecimento de unidades ou serviços especializados de proteção a crianças e adolescentes, com equipe multiprofissional especializada.

Proposta 166 (CN-00-000260)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-13-000006 | Palavras-chave: Garantia de direitos; Sistema socioeducativo

Ampliar e fomentar discussões éticas, técnicas e políticas, por meio de novas referências, campanhas e resoluções, referente a garantia de direitos humanos para população de adolescentes autores de atos infracionais.

Proposta 167 (CN-00-000261)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-13-000004, CR-19-000017, CR-19-000036 | Palavras-chave: Crianças e adolescentes; Direitos humanos; Garantia de direitos; Justiça; Políticas públicas; Sistema socioeducativo

Promover a articulação com movimentos e instituições que possuem compromisso com a implementação efetiva do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e da Constituição Federal na defesa intransigente do princípio da proteção integral, da não redução da maioria penal e do não aumento do tempo de internação das adolescentes que cumprem medida socioeducativa.

Proposta 168 (CN-00-000262)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-05-000107 | Palavras-chave: Garantia de direitos; Saúde; Saúde mental

Que o Sistema Conselhos de Psicologia produza reflexões e fiscalizações conjuntas com outros órgãos de garantia de direitos em instituições de saúde, que ofereçam serviços de pré-natal, parto e pós-parto, com ênfase nas violências obstétricas e neonatais em atenção às mulheres negras, indígenas, homens trans, pessoas não binárias, intersexo, migrantes e pessoas com deficiência e suas consequências na integridade física e mental.

Proposta 169 (CN-00-000263)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-11-000057 | Palavras-chave: Garantia de direitos; Parcerias

Que o Sistema Conselhos discuta e defenda o cuidado às pessoas diagnosticadas com TEA (Transtorno do Espectro Autista), posicionando-se contrariamente às práticas patologizantes e medicalizantes e à adoção de abordagens teórico-metodológicas exclusivas em Psicologia, no âmbito do sistema de garantia de direitos e em alinhamento com os princípios fundamentais do código de ética profissional, realizando diálogo com órgãos competentes.

Proposta 170 (CN-00-000264)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-16-000014, CR-12-000027, CR-13-000050 | Palavras-chave: Articulação; Deficiência; Direitos humanos; Garantia de direitos; Pessoas com deficiência

Promover debates com a categoria, sociedade civil, poder público, conselhos de direito e Instituições de Ensino Superior para a promoção e garantia de direitos das pessoas com deficiência, de modo a combater a cultura capacitista e as abordagens psicopatológicas e reabilitativas, demarcando o posicionamento ético-político da Psicologia em favor da equidade, da acessibilidade e dos direitos humanos.

Proposta 171 (CN-00-000265)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-03-000076 | Palavras-chave: Psicologia escolar/educacional

Promover espaços de reflexão e discussão com as psicólogas escolares e profissionais de educação em uma perspectiva da desmedicalização e despatologização e criar campanhas educacionais em defesa da educação inclusiva e livre de preconceitos no sentido da inclusão e acolhimento das alunas LGBTI+, com deficiências, surdas, estudantes hospitalizados, pessoas no ciclo gravídico, bem como das(os) estudantes da educação da terra, educação do campo (Decreto nº 7.352/2010), pessoas em situação de rua, pessoas em situação de migração e em situação de refúgio, povos indígenas, quilombolas e pertencentes de populações tradicionais.

Proposta 172 (CN-00-000266)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-19-000037 | Palavras-chave: Assistência social; Pessoa em situação de rua

Apoiar e/ou reafirmar a importância da manutenção da Política Nacional, Estadual e Municipal para a População em Situação de Rua, por meio de campanhas sobre a abordagem e o cuidado dessas populações, em diálogo com outras categorias profissionais, instituições e áreas do conhecimento.

Proposta 173 (CN-00-000267)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-16-000024, CR-05-000102, CR-16-000046, CR-23-000009 | Palavras-chave: Articulação; Atuação profissional; Direitos humanos; Diversidade; Fiscalização; Gestão; Normas e orientações; Novas práticas; Relações interinstitucionais

Que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) articule-se com o poder público, as instituições de ensino e a sociedade em geral e fortaleça suas orientações técnicas, núcleos e comissões, objetivando a promoção de políticas públicas para as pessoas LGBTI+, reforçando o papel da Psicologia no combate à transfobia, homofobia, bifobia, lesfobia, e outras formas de “reorientações” sexuais e preconceitos; defendendo a despatologização (em especial das identidades trans), a proteção das diversidades sexuais e identidades de gênero e o uso do nome social e, ainda, realizando fiscalizações em comunidades terapêuticas, instituições de privação de liberdade, hospitais gerais, psiquiátricos e quaisquer instituições que possam violar os direitos dessa população.

Proposta 174 (CN-00-000268)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-05-000105 | Palavras-chave: Assistência social; Atendimento; Direitos humanos

Que o Sistema Conselhos de Psicologia permaneça fomentando discussões e reflexões sobre a interface entre a Psicologia e a Justiça, combatendo a alienação parental, a partir das questões de gênero, e também os casos de disputas de guarda pela população LGBTI+.

Proposta 175 (CN-00-000269)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-02-000041 | Palavras-chave: LGBTQIA+

Elaborar documentos com diretrizes éticas para a atuação/atendimento de pessoas não binárias e outras dissidências de gênero e sexualidades não contempladas em documentos oficiais do Sistema Conselhos de Psicologia, como assexuais, queers etc.

Proposta 176 (CN-00-000270)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-03-000187, CR-13-000097, CR-11-000042 | Palavras-chave: Direitos humanos; Diversidade; Normas e orientações; Resoluções do CFP

Ampliar a discussão e construção de ações de orientação à categoria sobre o atendimento à população LGBTI+, com base nas Resoluções CFP nº 1/1999, nº 1/2018, nº 8/2020 e nº 8/2022 e intensificar a defesa destas normativas contra as tentativas das esferas legislativa e judiciária de sustá-las de forma parcial ou integral.

Proposta 177 (CN-00-000271)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-08-000149, CR-24-000002 | Palavras-chave: Assistência social; Saúde; Saúde mental

Fomentar o debate contra a “nova política de drogas” e desenvolver estratégias para o fortalecimento das políticas públicas da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) voltadas ao atendimento de pessoas com problemas decorrentes do uso abusivo de álcool, crack e outras drogas, com ações que visem à redução de danos, recusando a criminalização do uso de drogas e a perspectiva proibicionista, bem como os desdobramentos nocivos dessas práticas para a saúde física e mental dos indivíduos, e o consequente encarceramento em massa e genocídio da juventude negra, população pobre e periférica, a judicialização, punibilidade e a internação involuntário e/ou compulsória, com base nos princípios dos direitos humanos e do movimento antimanicomial.

Proposta 178 (CN-00-000272)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-23-000005, CR-23-000006, CR-14-000029, CR-19-000030 | Palavras-chave: Articulação; Atuação profissional; Direitos humanos; Diversidade; Educação; Garantia de direitos; LGBTQIA+; Mercado de trabalho; Orientação; Políticas públicas; Sistema Conselhos

Que o Sistema Conselhos de Psicologia fomente a permanência, a manutenção e a ampliação dos debates em torno das pautas de diversidade sexual e de gênero no âmbito das políticas públicas estaduais e municipais, nos níveis de atuação, formação e organização estudantil, bem como desenvolva ações que promovam o reconhecimento social, cultural, ético e político da população LGBTI+ e seus marcadores sociais que potencializam a marginalização de seus indivíduos como raça, etnia, deficiência, pobreza e outros,

Proposta 179 (CN-00-000273)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-06-000086, CR-04-000193 | Palavras-chave: Atendimento; Direitos humanos; Migrante; Refugiado; Relações interinstitucionais; Saúde mental

Que o Sistema Conselhos de Psicologia, em articulação com a categoria, sociedade e demais parceiros, a partir da perspectiva da gestão integral de riscos, emergências e desastres, se posicione a favor de políticas inclusivas de migração, do fim das barreiras geográficas, culturais e sociais entre os povos, do respeito aos direitos humanos, independentemente do local de origem, e dos pactos internacionais em defesa dos processos migratórios, com vistas à garantia de direitos previstos por nossas políticas públicas, sem qualquer tipo de exclusão ou discriminação, ampliando o debate sobre a atuação da profissional da Psicologia em serviços de atendimento a refugiados, migrantes, asilados, exilados e apátridas levando em consideração processos de aporofobia e na perspectiva da interseccionalidade no contexto da migração que impactam diretamente na saúde mental e no respeito aos direitos humanos e promovendo o acesso desta população aos serviços de Psicologia, com informações plurilíngues, inclusive libras, e canais de denúncia em outros idiomas. Além disto, elaborar Referências Técnicas, por meio do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) para a atuação de profissionais da Psicologia com estas populações e fomentar campanhas e eventos com as três esferas de governo e com a sociedade sobre este tema.

Proposta 180 (CN-00-000274)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-24-000006 | Palavras-chave: Assistência social; Justiça; Saúde

Mobilizar dentro do Sistema Conselhos de Psicologia a participação efetiva de psicólogas nos conselhos de direito, nas conferências de políticas públicas e nas demais instâncias de participação e controle social articulados com a sociedade civil e os movimentos sociais.

Proposta 181 (CN-00-000275)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-06-000140, CR-21-000034, CR-18-000080, CR-02-000052, CR-20-000021, CR-01-000005, CR-24-000082, CR-19-000056 | Palavras-chave: Desigualdade social; Direitos humanos; Fiscalização; Garantia de direitos; Invisibilidades; Legislação e normas; Normas e orientações; Parcerias; Participação e representação; Políticas públicas; Relações interinstitucionais; SUAS; Valorização profissional

Fomentar a colaboração entre o Sistema Conselhos de Psicologia, os movimentos sociais, o Conselho Nacional de Saúde, outros conselhos de direitos e instâncias coletivas, em prol do fortalecimento do compromisso social da Psicologia em defesa das políticas públicas como direito e exercício da cidadania, sensibilizando a categoria acerca do seu papel no combate às desigualdades sociais e fortalecendo a atuação das psicólogas com grupos em contexto de vulnerabilidades psicossociais como: povos tradicionais, população das florestas, das águas, do campo e indígenas, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, extrativistas, pomeranos, retireiros de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população defensoras dos direitos humanos, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/ AIDS, pessoas privadas de liberdade, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, migrantes, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI+, identidades cis dissidentes, mulheres, profissionais do sexo, vítimas de tráfico humano, vítimas de violência sexual, povos refugiados, paneleiras, crianças e adolescentes em acolhimento e pessoas ameaçadas de morte .

Proposta 182 (CN-00-000276)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-05-000092 | Palavras-chave: Atendimento; Atuação profissional; Garantia de direitos

Promover debate ampliado por meio de audiências, fóruns e controle social sobre a necessidade de haver psicólogas fluentes em Libras e noções comunicativas em Braille no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), demais políticas públicas, sistema de justiça e nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), com vistas a assegurar atendimento inclusivo às mulheres vítimas de qualquer tipo de violência.

Proposta 183 (CN-00-000277)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-18-000013, CR-03-000246, CR-03-000069 | Palavras-chave: Articulação; Assistência social; Gestão participativa; Relações interinstitucionais

Que as Comissões de Psicologia na Assistência Social do Sistema Conselhos dialoguem com o poder público acerca da necessidade de fortalecimento das políticas de assistência social no pós-pandemia, considerando o aumento da demanda e a ampliação da rede de proteção e cuidados, fomentando o aumento dos investimentos em políticas socioassistenciais e em equipamentos públicos como o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), Casa Abrigo, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Proposta 184 (CN-00-000278)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-03-000081 | Palavras-chave: Educação

Organizar, em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e secretarias estaduais e municipais de educação, campanhas voltadas a temas como: garantia dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos (acordo de Cairo/1994, do qual o Brasil é signatário), promoção da diversidade sexual e do direito à entrega legal da criança para adoção, garantia da dignidade menstrual, autocuidado, relevância da promoção de saúde mental, cultura de gestão democrática e participativa nas escolas, práticas voltadas à inclusão, questões de gênero e sexualidade, pessoas com deficiências, pessoas surdas, identidade territorial, promoção da igualdade racial e laicidade, como formas de enfrentamento à evasão escolar e às múltiplas violências dentro das instituições de ensino na cidade e no campo, combatendo qualquer tipo de defesa do movimento escola sem partido e homeschooling.

Proposta 185 (CN-00-000279)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-19-000026 | Palavras-chave: Psicologia do esporte

Fomentar a importância da Psicologia do esporte e incentivar a presença da psicóloga em políticas ligadas a esporte, lazer, saúde e cultura, pautando o esporte e lazer como direito humano e articulando ações via políticas públicas com os órgãos públicos competentes, organizações e associações esportivas e demais representações, levando para debate, inclusive, temas como questões de gênero, violência e preconceito no esporte, situações de abuso e outros temas emergentes.

Proposta 186 (CN-00-000280)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-11-000045 | Palavras-chave: Trânsito

Promover, em parceria com o Fórum de Entidades da Psicologia Brasileira (FENPB) e demais entidades, fóruns e debates sobre as políticas públicas voltadas para o trânsito e mobilidade humana e sustentável, reconhecendo-a como necessidade política e social.

Proposta 187 (CN-00-000281)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-06-000151 | Palavras-chave: Desigualdade social; Parcerias; Relações interinstitucionais

Que o Sistema Conselhos de Psicologia se articule com movimentos sociais, grupos e instituições para realizar a incidência e mobilização necessárias pela implementação de uma renda básica de cidadania no Brasil.

Proposta 188 (CN-00-000282)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-17-000031, CR-10-000011 | Palavras-chave: Justiça; Políticas públicas; Segurança; Sistema de justiça

Incidir politicamente nas políticas de segurança, fomentando a inserção da categoria nas discussões da agenda nacional do sistema de justiça e segurança pública, em defesa de uma concepção de segurança pública popular e intersectorializada (assistência social, educação, saúde, trabalho e renda, lazer etc.), baseada em dados públicos e pesquisas científicas acerca das letalidades do Estado sobre a população vulnerabilizada.

Proposta 189 (CN-00-000283)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-17-000051 | Palavras-chave: Assistência social; Políticas públicas; SUAS

Articular, com os órgãos legislativos e conselhos de controle social na defesa das políticas públicas e manutenção de programas de transferência de renda, compreendendo que estes impactam diretamente nas condições de vida das populações em vulnerabilidade social.

Proposta 190 (CN-00-000284)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-08-000144, CR-22-000077 | Palavras-chave: Articulação; Concursos públicos; Saúde

Articular, com os órgãos legislativos e conselhos de controle social, a criação de projetos de lei que visem à criação de vagas, realização de concursos públicos e ampliação de vagas e números mínimos totais de profissionais de Psicologia nas políticas públicas, garantindo a inserção de psicólogas nas equipes de referência no trabalho em saúde mental, como obrigatoriedade do Estado.

Proposta 191 (CN-00-000285)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-12-000063, CR-02-000028 | Palavras-chave: Psicologia do trânsito; Relações interinstitucionais

Que o Sistema Conselhos faça articulação com os sindicatos, o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e os Departamentos Estaduais de Trânsito (Detrans) para garantir que os valores dos honorários da avaliação psicológica de condutores sejam cumpridos conforme sugerido na tabela da Federação Nacional das Psicólogas (FENAPSI), assegurando assim a adoção de um valor de referência nacional.

Proposta 192 (CN-00-000286)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-12-000031, CR-18-000089 | Palavras-chave: Comunicação; Psicologia do trânsito; Trânsito

Desenvolver campanhas relacionadas ao trânsito com objetivo de criar estratégias educativas e de enfrentamento a violência no trânsito, em prol do direito à cidade para todos, da responsabilidade com a vida e da mobilidade urbana e humana, evidenciando o papel dos fatores humanos na ocorrência de acidentes de trânsito e suas consequências.

Proposta 193 (CN-00-000287)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-09-000034, CR-15-000003 | Palavras-chave: Justiça; Legislação e normas; Psicologia Jurídica; Sistema de justiça; Valorização profissional

Estabelecer diálogo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a fim de garantir a instituição de equipes multiprofissionais, por meio de concurso público, no poder Judiciário, de modo a conquistar um espaço maior da Psicologia na atuação judiciária e fortalecer o diálogo entre a Justiça e a Psicologia baseado nos direitos humanos, cumprimento do ECA, Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e outras normativas vigentes.

Proposta 194 (CN-00-000288)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-20-000009 | Palavras-chave: Avaliação psicológica; SUS

Discutir a regulamentação da aquisição de materiais e instrumentos psicológicos pelas secretarias estaduais e municipais de saúde para serem utilizados por profissionais de Psicologia nos diferentes níveis de atenção.

Proposta 196 (CN-00-000290)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-17-000076 | Palavras-chave: Saúde; SUS

Fomentar o matriciamento como diretriz de atuação das equipes em atenção básica, por meio de campanhas e espaços de discussão, principalmente levando em consideração o presente período de desmonte de políticas e práticas, como o Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) e a Política Nacional de Redução de Danos,

Proposta 198 (CN-00-000292)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-17-000080 | Palavras-chave: Articulação; Saúde do trabalhador; Saúde mental

Dialogar com o executivo federal, apresentando a urgência de ampliar a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), com inclusão da psicóloga na equipe mínima dos Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), com foco na saúde mental e trabalho.

Proposta 199 (CN-00-000293)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-20-000004, CR-17-000027 | Palavras-chave: Atuação profissional; Saúde; Saúde suplementar

Fortalecer, com a Federação Nacional das Psicólogas (FENAPSI), SINPSI e outras entidades, o diálogo com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Conselho Nacional de Saúde (CNS) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) sobre a regulamentação da prestação de serviços psicológicos no âmbito da saúde suplementar, com ênfase em ampliar e qualificar o debate sobre precarização das condições de trabalho, jornada, salário e vínculo da psicóloga sobre tempo e qualidade do atendimento na saúde suplementar quando realizados por planos de saúde.

Proposta 200 (CN-00-000294)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-02-000029, CR-01-000011 | Palavras-chave: Garantia de direitos; Políticas públicas; Saúde mental; SUS

Que o Sistema Conselhos de Psicologia reforce a defesa das políticas públicas de saúde mental do Sistema Único de Saúde (SUS) de base comunitária e faça proposições que garantam o fortalecimento da rede de saúde mental na perspectiva da atenção psicossocial e do cuidado em liberdade, a partir da defesa de normativas que estão ameaçadas e/ou que já sofreram retrocessos, como o que ocorreu com a Portaria nº 3.588/2017, que alterou a rede de Atenção psicossocial e deve ser revogada.

Proposta 201 (CN-00-000295)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-18-000011, CR-12-000048, CR-03-000266, CR-05-000109, CR-20-000006, CR-17-000052, CR-17-000072, CR-07-000038, CR-10-000050 | Palavras-chave: Articulação; Atuação profissional; CREPOP; Gestão participativa; nota técnica; Participação; Políticas públicas; Psicologia em Saúde; Saúde; Saúde mental; SUAS; SUS; Urgência e emergência

Articular entre Sistema Conselhos, sindicato da categoria, parlamentares, instituições de controle social e Conselho Nacional de Saúde (CNS), para realizar o dimensionamento e construir legislação com o objetivo de garantir a atuação das psicólogas nas equipes mínimas nos três níveis de complexidade da rede de atenção em saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), e rede complementar bem como sobre a ampliação dos procedimentos de psicologia na tabela SUS, promovendo uma saúde mental comunitária, antimanicomial, antiproibicionista, desinstitucionalizante, e não restrita aos serviços especializados.

Proposta 202 (CN-00-000296)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-08-000061, CR-18-000105, CR-11-000041, CR-22-000049, CR-19-000058 | Palavras-chave: Direitos humanos; Diversidade; Educação; Equidade; Exercício profissional; Invisibilidades; Políticas públicas; Psicologia escolar/educacional; Valorização profissional

Que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) articulem-se com as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, Conselhos Municipais e Estaduais de Educação e Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente com vistas a regulamentação da Lei nº 13.935/2019 e a efetiva inserção da categoria nas escolas das redes pública e privada de educação, com a criação de cargo específico para essa atuação, sensibilizando os representantes políticos quanto à obrigatoriedade de concursos públicos e leis que viabilizem estas contratações. Fortalecer, neste contexto, o debate sobre a intervenção da psicologia no processo de escolarização, defendendo uma prática profissional na perspectiva crítica, despatologizante, que contemple condições histórico-sociais tais como classe, território, etnia, raça, cultura, crença, orientação sexual, gênero e condições de acessibilidade.

Proposta 203 (CN-00-000297)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-06-000214, CR-16-000019, CR-09-000014, CR-21-000013, CR-18-000025, CR-03-000208, CR-04-000157, CR-02-000063, CR-16-000125, CR-10-000103 | Palavras-chave: Articulação; Atuação profissional; Democracia; Educação; Formação; Garantia de direitos; Legislação e normas; Orientação; Políticas públicas; Psicologia escolar/educacional; Relações interinstitucionais; Saúde mental; Valorização profissional

Manter e fortalecer a atuação do Sistema Conselhos de Psicologia em prol da regulamentação da Lei nº 13.935/2019, a fim de garantir a presença de psicólogas na educação básica nos estados e municípios, com criação de cargos, provimento via concurso público e definição de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), de modo a garantir condições dignas de trabalho para a psicóloga, construindo referências que possam fundamentar técnica e eticamente práticas psicológicas na educação, numa perspectiva de combate à patologização, a LGBTIfobia, medicalização e judicialização no espaço escolar, posicionando-se de forma contrária às propostas de escolas sem partido e homeschooling e às perspectivas capacitistas.

Proposta 205 (CN-00-000299)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-20-000016 | Palavras-chave: Educação; Psicologia escolar/educacional

Articular com o Congresso Nacional, conselhos profissionais e entidades a garantia e as discussões referentes à permanência dos recursos destinados ao pagamento da remuneração das profissionais da Psicologia na educação, nos subsídios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e posicionamento contra propostas que possam trazer retrocessos as conquistas da atuação profissional na educação básica.

Proposta 206 (CN-00-000300)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-11-000038 | Palavras-chave: Políticas públicas

Mobilizar com os sistemas de conselhos de políticas públicas e movimentos sociais, em diálogo com os representantes políticos, para o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e defesa da Reforma Antimanicomial, promovendo a implantação de eventos temáticos.

Proposta 208 (CN-00-000302)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-04-000132, CR-02-000030, CR-17-000082, CR-11-000054, CR-01-000026, CR-07-000035, CR-19-000048 | Palavras-chave: Assistência social; Avaliação psicológica; Direitos humanos; Fiscalização; Garantia de direitos; Políticas públicas; Saúde mental

Desenvolver estratégias para ampliar a discussão acerca da atuação da Psicologia no campo da saúde mental, de forma articulada com as perspectivas da reforma antimanicomial, do cuidado integral, da despatologização, desmedicalização e desmedicamentação da vida, com base em uma abordagem antimanicomial, antiproibicionista, da redução de danos, dos direitos humanos e da cidadania, pautada na territorialização e suas especificidades garantindo orientação ético-política à categoria, à sociedade e ao Estado e assegurando a fiscalização de denúncias de espaços onde a Psicologia esteja sendo aviltada.

Proposta 209 (CN-00-000303)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-02-000069 | Palavras-chave: Psicologia do trânsito

Que o Sistema Conselhos de Psicologia incentive pesquisas e dialogue com os governos e órgãos normativos/executivos de trânsito para desenvolver, por meio de especialista, ações de suporte e acompanhamento para vítimas e/ou sequelados de sinistro de trânsito,

Proposta 210 (CN-00-000304)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-08-000155, CR-06-000091, CR-05-000091, CR-14-000064, CR-04-000179, CR-04-000181 | Palavras-chave: Atuação profissional; Comunidades terapêuticas; Direitos humanos; Fiscalização; Garantia de direitos; Orientação; Políticas públicas; Psicologia em saúde; Reforma antimanicomial; Saúde; Saúde mental

Que o Sistema Conselhos de Psicologia amplie a divulgação dos relatórios de inspeção nacional em comunidades terapêuticas e hospitais psiquiátricos e realize novas fiscalizações nesses espaços, promovendo ações de fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em exclusão às comunidades terapêuticas ou outros serviços que atuem por meio de práticas que violem os direitos humanos, bem como manter a defesa intransigente destes direitos em programas de atenção ao uso de álcool e outras drogas, apontando abordagens de redução de danos e combatendo a lógica manicomial no tratamento e serviços de atenção psicossocial.

Proposta 211 (CN-00-000305)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-21-000039 | Palavras-chave: Políticas públicas

Que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) mantenha a discussão permanente sobre as políticas públicas que visem a proporcionar a democratização do sistema de assistência à saúde mental na rede de atenção à saúde (Unidade Básica de Saúde [UBS], Centro de Atenção Psicossocial [CAPS], Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas [CAPSad], Centro de Atenção Psicossocial Infantil [CAPSi], hospitais gerais públicos no âmbito do Sistema Único de Saúde [SUS]), buscando maior valorização e fortalecimento da psicóloga dentro do SUS.

Proposta 212 (CN-00-000306)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-06-000132 | Palavras-chave: Articulação; Parcerias; Relações interinstitucionais

Que o Sistema Conselhos de Psicologia, em parceria com o CREPOP, realizem articulação para um mapeamento das associações, movimentos sociais, conselhos e órgãos de controle social, com a finalidade de articular: 1) o fortalecimento do movimento da luta antimanicomial e das políticas públicas do cuidado em liberdade; 2) a ampliação das discussões que fomentem a visibilidade periférica no tocante ao acolhimento em saúde mental no contexto da pandemia e pós-pandemia; 3) a defesa e contribuição com a construção, realização e manutenção das Conferências de Saúde Mental; 4) a defesa, ampliação e fortalecimento das Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Proposta 213 (CN-00-000307)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-17-000056 | Palavras-chave: Políticas públicas; Reforma antimanicomial; Saúde mental; SUS

Intensificar o posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia contrário à “nova política de saúde mental” posta pela Nota Técnica nº 11/2019, defendendo a reforma antimanicomial e a luta antimanicomial, na ampliação dos serviços de base territorial e cuidado em liberdade na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), como os Núcleos Ampliados de Saúde da Família (NASF), e defendendo a definitiva extinção dos hospitais psiquiátricos em um prazo máximo de 5 anos.

Proposta 214 (CN-00-000308)

| Âmbito Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-04-000159, CR-13-000038, CR-13-000061, CR-04-000263 | Palavras-chave: Atuação profissional; Direitos humanos; Gestão; Políticas públicas; Reforma antimanicomial; Saúde mental

Que o Sistema Conselhos de Psicologia mantenha o posicionamento intransigente e inegociável na defesa da extinção definitiva dos hospitais psiquiátricos/manicômios, sendo contrário a todas as formas de retrocessos, exclusão e práticas de violação que humilhem e aniquilem a subjetividade e autonomia dos usuários da saúde mental, posicionando-se fortemente contra o financiamento público de hospitais psiquiátricos em detrimento dos serviços substitutivos estabelecidos na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e demais retrocessos recentes (reabertura de hospitais psiquiátricos, comunidades terapêuticas, tratamentos de eletroconvulsoterapia) nas políticas públicas de saúde mental.

Proposta 215 (CN-00-000309)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-06-000224, CR-05-000027, CR-05-000151, CR-20-000012, CR-20-000065, CR-11-000032, CR-07-000024, CR-19-000052 | Palavras-chave: Atuação profissional; Avaliação Psicológica; CREPOP; Direitos humanos; Exercício profissional; Justiça; LGBTQIA+; Pobreza; Referências técnicas; Saúde mental; Sistema de justiça; Sistema prisional

Que o Sistema Conselhos de Psicologia, em parceria com os órgãos de Defesa de Direitos Humanos, atue para defender e garantir o espaço de atuação ética da Psicologia nos âmbitos do sistema socioeducativo e do sistema prisional, com base na garantia dos direitos humanos, por meio de ações, como: (1) elaboração de referência técnica do CREPOP sobre a atuação de psicólogas nas equipes de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP), de acordo com a Portaria MS nº 94 de 14/01/2014; (2) orientação e fiscalização nas unidades socioeducativas de modo a combater possíveis violações de direitos; (3) ações de enfrentamento da estigmatização da população carcerária e adolescentes do sistema socioeducativo; (4) debates com comunidades periféricas, movimentos sociais, população carcerária, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e suas famílias sobre temas como a criminalização da pobreza, povos indígenas, juventude negra, população feminina e público LGBTQIA+ privado de liberdade e/ou em conflito com a lei, posicionando-se de modo contrário à privatização de estabelecimentos de privação de liberdade e a precarização das equipes de saúdes do âmbito de PNAISP (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade) no Sistema Prisional e PNAISARI (Política Nacional de Atenção Integral a Saúde de Adolescente em Conflito com a Lei em Regime de Internação, Internação Provisória e Semiliberdade), entendendo que se trata de sistemas distintos com suas respectivas especificidades.

Proposta 216 (CN-00-000310)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #2 | Origem: CR-12-000025, CR-11-000043 | Palavras-chave: Direitos humanos; Equidade

Articular fóruns de participação popular e debates que contem com a participação representativa de povos originários e outros movimentos sociais e que possam promover o debate social e político da história do Brasil, entendendo a colonialidade como conjuntos de valores decorrentes de práticas racistas que invisibilizam as questões e lutas da terra, povos indígenas, quilombolas, povos romanis, comunidades tradicionais e demais povos.



CONGRESSO NACIONAL
DA PSICOLOGIA

Eixo 3

O fazer ético
e científico da
Psicologia no trabalho
em saúde mental

Eixo #3 O Fazer Ético e Científico da Psicologia no Trabalho em Saúde Mental

Quantidade de propostas: 66

Proposta 220 (CN-00-000004)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-21-000065 | Palavras-chave: CREPOP

Atualizar as referências técnicas para a prática de psicólogas em programas de atenção às mulheres, em suas diversidades, e em situações de violências, a partir de uma perspectiva interseccional.

Proposta 221 (CN-00-000005)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-04-000016 | Palavras-chave: Atendimento; CREPOP

Criar referências técnicas com o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) sobre o combate ao tráfico de pessoas, o trabalho análogo à escravidão e à exploração do trabalho infantil, em todo o Sistema Conselhos de Psicologia, incentivando debates, considerando o acolhimento e o atendimento humanizado, respeitando a interculturalidade.

Proposta 223 (CN-00-000007)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-04-000169 | Palavras-chave: Atuação profissional; Laicidade; Orientação

Ampliar as discussões éticas, criar estratégias de fiscalização e publicar orientações que reafirmem o compromisso ético-político da Psicologia, fundamentada nos princípios da laicidade e dos direitos humanos, antirracista, antiproibicionista, antimanicomial, anticapacitista, antiLGBTI+fóbico, desencarcerador e do cuidado em liberdade, em especial no enfrentamento às práticas asilares e manicomiais praticadas por comunidades terapêuticas, hospitais psiquiátricos e instituições totais.

Proposta 226 (CN-00-000010)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-17-000059 | Palavras-chave: Educação; Psicologia escolar/educacional; Referências técnicas

Elaborar referências técnicas, por meio do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), para a orientação da atuação de psicólogas na educação superior.

Proposta 228 (CN-00-000013)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-08-000112, CR-17-000007 | Palavras-chave: CREPOP; Direitos humanos; Migrante; Referências técnicas; Refugiado

Promover reflexões sobre as crescentes interfaces entre Psicologia e os fenômenos migratórios, criando, via Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), referências técnicas para atuação de psicólogas no trabalho com pessoas em situação de migração, deslocamento forçado, apatridia, retorno em situação de vulnerabilidade

Proposta 229 (CN-00-000014)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-06-000155, CR-11-000051 | Palavras-chave: Acessibilidade; Formação; Pessoas com deficiência

Articular o diálogo entre o Sistema Conselhos de Psicologia, a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e as Instituições de Ensino Superior, desenvolvendo resoluções e eventos que pautem, em conformidade com a Lei Brasileira de inclusão, a qualidade da formação e da atuação profissional de psicólogas bilíngues em Libras e Braille, com vistas à eliminação de barreiras na comunicação e à inclusão da comunidade surda, de pessoas com baixa visão e demais deficiências, seja na condição de pessoa atendida ou de profissional da Psicologia.

Proposta 230 (CN-00-000015)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-11-000015, CR-07-000063 | Palavras-chave: Acessibilidade; Avaliação psicológica

Que o Sistema Conselhos de Psicologia fomente discussões e pesquisas por meio do CREPOP, sobre a prática da avaliação psicológica para pessoas com deficiências e pessoas surdas, considerando a necessidade de adaptação e validação de testes psicológicos com o SATEPSI e a adequação a tecnologias da informação e comunicação em ambientes virtuais.

Proposta 233 (CN-00-000018)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-22-000017 | Palavras-chave: Orientação; Pandemia

Elaborar orientações técnicas sobre as práticas éticas das profissionais de Psicologia no contexto da pandemia e pós-pandemia de COVID-19, promovendo discussões em diferentes contextos de atuação em políticas públicas.

Proposta 234 (CN-00-000019)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-01-000008, CR-10-000088 | Palavras-chave: Novas práticas; Prática profissional; Práticas integrativas

Ampliar o debate com a categoria e com a formação em Psicologia acerca de novas práticas e PICs que surgem vinculadas a outras profissões sem estarem consolidadas no campo da Psicologia, considerando que tais práticas podem ameaçar direitos e produzir sofrimento psíquico nos sujeitos, com vistas a resguardar direitos no acolhimento do sofrimento psíquico do sujeito. Além disso, que o CFP publique normativa dizendo quais práticas são regulamentadas para que a psicóloga utilize.

Proposta 235 (CN-00-000020)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-22-000044 | Palavras-chave: Psicologia hospitalar

Atualizar as referências sobre os parâmetros éticos e técnicos para atuação profissional da Psicologia no contexto hospitalar (assistencial e de ensino), tendo em vista além do dimensionamento de pacientes por psicólogos, garantir uma práxis pautada nas especificidades da Psicologia da Saúde e Hospitalar, modelos biopsicossociais, e não em modelos biomédicos vigentes.

Proposta 236 (CN-00-000021)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-17-000017 | Palavras-chave: Políticas públicas; Saúde; Saúde mental

Criar referências técnicas para atuação de psicólogas na saúde mental com crianças e adolescentes em hospitais gerais, considerando o expressivo aumento da demanda e a escassa produção literária.

Proposta 238 (CN-00-000023)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-08-000044, CR-20-000062 | Palavras-chave: CREPOP; Psicologia jurídica; Referências técnicas; Sistema de justiça

Elaborar referências técnicas do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) sobre a atuação de psicólogas no Sistema de Justiça, enfocando práticas validadas cientificamente que contemplem outras formas de atuação além da perícia psicológica, reafirmando a laicidade da Psicologia, garantindo os direitos humanos, destacando o antirracismo e antimachismo, e respeitando tanto a intersecção com as políticas públicas quanto às especificidades da atuação das psicólogas neste contexto.

Proposta 239 (CN-00-000024)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-02-000108, CR-07-000013 | Palavras-chave: Resoluções do CFP; Sistema de justiça

Que o Sistema Conselhos de Psicologia fortaleça o debate da Psicologia e suas relações com à Justiça no que tange ao exercício profissional, por meio da revisão das normativas, como as Resoluções CFP nº 17/2012 e CFP nº 8/2010, e construção de orientações que respaldem as práticas das psicólogas na interface com o sistema de justiça, seja na atuação em equipes técnicas, na prática pericial ou em outras formas de inserção.

Proposta 240 (CN-00-000025)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-12-000040, CR-04-000204 | Palavras-chave: Orientação; Psicologia escolar/educacional; Saúde mental

Atualizar a cartilha “Práticas profissionais d as psicólog as escolares em educação inclusiva” e construir campanhas, de conscientização, debates e materiais orientativos para as profissionais que irão atuar na educação, bem como ampliar diálogos com as gestões públicas, de modo a fortalecer a luta pela regulamentação da Lei nº 13.935/2019 e nortear uma atuação profissional promotora da saúde mental que não seja estigmatizante, medicalizante, e normatizante e psicopatologizante, racistas, LGBTfobicas e capacitistas, com posicionamento contra a escola sem partido e homeschooling.

Proposta 241 (CN-00-000026)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-06-000223 | Palavras-chave: Garantia de direitos; Psicologia clínica; Psicoterapia; Supervisão

Promover, com Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), encontros e debates sobre a perspectiva crítica de saúde mental, com psicólogas que atuam na clínica e clínica ampliada, graduandas e estagiárias de diferentes Instituições de Ensino Superior e de áreas diversas, de modo a promover a construção de um pensamento transdisciplinar que contemple discussões sobre as violências estruturais e a produção de sofrimento, considerando classe, raça, orientação sexual, gênero, idade, pessoas com deficiências e pessoas surdas,

Proposta 242 (CN-00-000027)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-17-000053 | Palavras-chave: Nota técnica; Orientação; Políticas públicas; Saúde mental

Formular resolução orientando o trabalho das psicólogas no contexto de atuação na Política sobre Drogas e de Segurança Pública e Sistema Socioeducativo, considerando as especificidades de cada política, na perspectiva de redução de danos, da luta antimanicomial, antiproibicionista, antirracista e contrária à noção de “guerra às drogas”

Proposta 243 (CN-00-000028)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-18-000114 | Palavras-chave: Exercício profissional; Invisibilidades; Segurança

Ampliar o debate sobre atuação das psicólogas na Segurança Pública e Sistema Socioeducativo, considerando suas especificidades, buscando melhor compreensão sobre o contexto de trabalho e refletindo sobre o modelo racista e classista de segurança pública no Brasil usando como base as Referências Técnicas do CREPOP sobre a temática.

Proposta 245 (CN-00-000030)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-21-000053, CR-18-000102, CR-11-000050 | Palavras-chave: Articulação; Atendimento on-line; Exercício profissional; Formação; Orientação

Fortalecer o debate sobre o atendimento mediado pelas tecnologias da informação e da comunicação (TDICs), articulando com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e as Instituições de Ensino Superior, intervenções nos processos de formação profissional e uso de tecnologias, com vistas a formações continuadas, com comprometimento ético, que confirmem suporte e capacitação a estudantes de Psicologia e profissionais que atuam e/ou desejam atuar em ambientes virtuais.

Proposta 247 (CN-00-000032)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-06-000064 | Palavras-chave: Atendimento on-line; Novas práticas; Políticas públicas

Que o Sistema Conselhos de Psicologia considere a utilização de tecnologias da informação e da comunicação (TICs) e TDICs nas políticas públicas, produzindo referências para atuação por meios digitais, via Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), acrescentando a questão das pessoas com deficiências e pessoas surdas.

Proposta 248 (CN-00-000033)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-06-000065, CR-06-000159, CR-06-000228, CR-14-000079, CR-23-000018, CR-11-000004, CR-17-000020, CR-24-000012 | Palavras-chave: Acessibilidade; Articulação; Atendimento; Atendimento on-line; Atuação profissional; Código de ética; Corresponsabilidade; Equidade; Exercício profissional; Formação; Legislação e normas; Normas e orientações; Novas práticas; Participação; Psicologia clínica; Referências técnicas; Resoluções do CFP; Segurança

Que o Sistema Conselhos de Psicologia atualize documentos e resoluções referentes às práticas psicológicas mediadas pelas tecnologias da informação e da comunicação (TICs) e TDICs, resguardando as especificidades de algumas práticas, aprimorando o cadastro no E-Psi, construindo orientações, regulamentações e fiscalizações que orientem práticas éticas de qualidade, a ética e a qualidade técnica nos diversos contextos da prática profissional na modalidade remota e que indiquem as possibilidades e também as limitações do uso de TICs e TDICs, considerando pesquisas e trabalhos científicos, considerando a defesa da inclusão no uso desses instrumentos, a formação das psicólogas, as fronteiras geográficas, as características culturais dos territórios, a desigualdade social de acesso às novas tecnologias e a segurança das informações, contemplando aspectos como: publicidade, contratos, plataformas de atendimento, uso de robôs, sigilo profissional e demais práticas relacionadas ao uso destas tecnologias.

Proposta 251 (CN-00-000036)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-13-000103, CR-10-000044 | Palavras-chave: Avaliação psicológica; Formação

Dialogar com as instituições formadoras, com a ABEP e ABRAPEE, para promover debates e atividades que apontem para uma visão crítica da avaliação psicológica, destacando a necessidade de identificar as finalidades dos processos avaliativos para evitar atuações que visem à naturalização das desigualdades e à hierarquização entre as pessoas, bem como processos excludentes. Considerando, no processo avaliativo, a realidade regional étnica racial, de orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, pessoas com deficiências e pessoas surdas (conforme Resolução CFP nº 9/2018) e, desta forma, minimizar a grande quantidade de demandas éticas oriundas das avaliações psicológicas recebidas no Sistema Conselhos de Psicologia.

Proposta 252 (CN-00-000037)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-05-000148 | Palavras-chave: Avaliação psicológica; CREPOP; Prática profissional

Elaborar documentos orientativos para avaliações psicológicas que são previstas em lei como obrigatórias para realização de procedimentos cirúrgicos.

Proposta 254 (CN-00-000039)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-07-000008 | Palavras-chave: Atuação profissional; Atualização cadastral

Que o Sistema Conselhos de Psicologia promova a discussão da inserção do enfretamento à gordofobia como marcador na Psicologia como ciência e profissão, considerando as interseccionalidades dos marcadores sociais de gênero, raça, territorialidade e classe para a construção de futuras ações de orientação à categoria.

Proposta 256 (CN-00-000041)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-06-000035, CR-13-000089, CR-11-000044, CR-01-000041, CR-22-000045 | Palavras-chave: Articulação; Emergências e desastres; Equidade; Fiscalização; Formação; Normas e orientações; Parcerias; Relações interinstitucionais; Temas emergentes da Psicologia

Que o Sistema Conselhos de Psicologia, em parceria com a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP) e outras entidades relativas à formação, desenvolvam estratégias para defender a formação de qualidade em Psicologia, fortalecendo os espaços pedagógicos das instituições de ensino superior, e incentivando a revisão de projetos político-pedagógicos da graduação, para que os espaços formativos possam ser condizentes com a inclusão das intersecções de marcadores sociais da diferença, pautando temas emergentes da Psicologia e estimulando que a formação profissional da psicóloga se aproxime do Sistema Conselhos.

Proposta 257 (CN-00-000042)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-16-000128 | Palavras-chave: Direitos humanos; Formação; Normas e orientações

Intensificar parcerias com as Instituições de Ensino Superior para ações de orientação a estudantes de Psicologia sobre o Código de Ética e outras normativas da profissão, assim como a laicidade, diversidade religiosa, defesa do estado democrático, defesa dos Direitos Humanos, diversidade de gênero e orientação sexual, questões étnico-raciais, questões das pessoas com deficiências, pessoas surdas e populações minoritárias as implicações do exercício ilegal da profissão por estudantes da psicologia e outros sujeitos.

Proposta 258 (CN-00-000043)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-14-000061 | Palavras-chave: Formação; Políticas públicas; Saúde

Articular, com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), a Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), Ministério da Educação (MEC) uma formação em Psicologia como crítica ético-política e coletiva para proteção dos direitos humanos, com enfoque nas políticas públicas (Saúde Pública, Saúde Coletiva, Saúde Mental Coletiva, Assistência Social, Atenção Psicossocial e Educação Crítica e do Campo), combatendo as lógicas racistas, biomédicas, capacitistas, mercadológicas, patologizantes e desvalorização da psicóloga contemplando os povos originários, camponeses e quilombolas e suas questões territoriais, por meio de ações, articulações e participação focadas na garantia de acesso aos direitos dos grupos expostos à condição de vulnerabilidade.

Proposta 259 (CN-00-000044)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-12-000047, CR-16-000072, CR-04-000168 | Palavras-chave: Atuação profissional; Educação; Formação; Parcerias; Relações interinstitucionais

Que o Sistema Conselhos de Psicologia, em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) e o Ministério da Educação (MEC), combata a precarização do ensino superior em Psicologia no Brasil e articule a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais da Psicologia, defendendo a plena presencialidade nos cursos, a ampliação de pré-requisitos das disciplinas e a supervisão de estágio realizada por psicólogas com registro regular, contratadas como professoras, respeitando o tempo mínimo de supervisão dos estágios obrigatórios conforme orientação da ABEP.

Proposta 260 (CN-00-000045)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-17-000022 | Palavras-chave: Estágio; Formação; Sistema de justiça

Criar mesa de diálogo entre o Conselho Federal de Psicologia, a Fenapsi, os sindicatos de psicólogos e o Conselho Nacional de Justiça, para discussão da atuação das psicólogas no âmbito do sistema de justiça, chamada de prática de "estágio de pós-graduação" pelo poder judiciário, a fim de combater a precarização do ensino-serviço, bem como ampliar o número de psicólogas efetivas.

Proposta 261 (CN-00-000046)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-16-000084 | Palavras-chave: Condições de trabalho; Formação; Orientação

Que o Sistema Conselhos de Psicologia atue com os conselhos de saúde, à Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho (CIRHRT/CNS), à Comissão Nacional de Residências Multiprofissionais em Saúde (CNRMS), ao Fórum Nacional de Apoiadores das Residências Multiprofissional em Saúde e à Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP) trazendo proposições de construção da Política Nacional de Residência do Profissional de Saúde com o objetivo, estratégia e diretrizes relacionadas aos princípios do SUS, garantindo qualidade do ensino e serviços enfrentando sua precarização em respeito à Política Nacional de Humanização (PNH) e à Política do Trabalhador e da Trabalhadora de Saúde (PTTS), endossando a defesa da residência multiprofissional em saúde em nível de pós-graduação lato sensu, sob a forma de ensino em serviço referenciado pelas necessidades a população regional e nacionalmente, marcado pelo compromisso com o SUS público e estatal e com o direito à saúde e à educação.

Proposta 262 (CN-00-000047)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-17-000077, CR-19-000006 | Palavras-chave: ABEP; Educação; Estágio

Que o Sistema Conselhos de Psicologia organize, em parceria com as instituições de formação e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), debates que incentivem práticas em campos de estágio nas áreas de saúde mental, assistência social e educação e também dentro do Sistema Conselhos de Psicologia, considerando as diversas possibilidades do ciclo das políticas públicas (monitoramento, implementação, entre outros), defendendo a presencialidade do ensino em Psicologia,

Proposta 264 (CN-00-000049)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-13-000022 | Palavras-chave: ABEP; Formação

Intensificar juntamente com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e demais entidades do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), a campanha "Psicologia se faz com presença", objetivando alertar e sensibilizar a sociedade para a importância de uma formação qualificada e presencial da profissional de Psicologia.

Proposta 266 (CN-00-000051)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-23-000068 | Palavras-chave: Educação; Formação

Fomentar o diálogo, com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) e comissões de formação dos CRPs, para que as Instituições de Ensino Superior ofereçam, de forma obrigatória, a licenciatura em Psicologia como formação complementar a de bacharel em Psicologia.

Proposta 267 (CN-00-000052)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-23-000070 | Palavras-chave: Educação; Formação

Que o Sistema Conselhos de Psicologia possa atuar em parceria com a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP) e as instituições de ensino, para garantir que as disciplinas de Psicologia sejam ministradas por psicólogas, de acordo com a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, e o Decreto nº 53.464, de 21 de janeiro de 1964.

Proposta 269 (CN-00-000054)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-14-000004, CR-18-000033, CR-07-000031, CR-10-000085 | Palavras-chave: ABEP; Articulação; Branquitude; Estágio; Estudantes/Alunos; Formação; Invisibilidades; Povos tradicionais; Racismo

Que o Sistema Conselhos de Psicologia articule com a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP), a Articulação Nacional de Psicólogas Negras e Pesquisadoras (ANPSINEP), a Articulação Brasileira dos/as Indígenas Psicólogos/as (ABIPSI) e outras articulações e movimentos sociais ligados ao tema, as Instituições de Ensino Superior e o Ministério da Educação (MEC), para incluir a temática das relações étnico-raciais na formação (graduação e pós graduação) das profissionais de Psicologia, por meio de disciplina específica e obrigatória. Além disso, garantir a efetivação da transversalidade do tema nos currículos, ementas das disciplinas, nas pesquisas e na extensão. em uma perspectiva antirracista e de valorização das culturas e das histórias de grupos que sofrem racismo no Brasil e considerando as demandas nacionais, regionais e mesorregionais.

Proposta 270 (CN-00-000055)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-08-000106, CR-02-000016, CR-02-000091 | Palavras-chave: Comunicação; Diversidade; Formação

Que o Sistema Conselhos de Psicologia articule, com o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) e a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP), em diálogo com ANPSINEP e ABIPSI, a consolidação do ensino e de práticas antirracistas a respeito de negros e indígenas, fomentando campanhas pela efetivação da Resolução CFP nº 18/2002 (que estabelece normas de atuação para as psicólogas em relação ao preconceito e à discriminação racial) e das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 de Ensino da História Africana, Afro-Brasileira e Indígena.

Proposta 271 (CN-00-000056)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-07-000078 | Palavras-chave: Formação; Referências técnicas

Que o Sistema Conselhos de Psicologia incentive os cursos de Psicologia a utilizarem em seus planos de ensino as referências técnicas produzidas pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) e sugira a inclusão transversal destas pautas nos cursos de Psicologia.

Proposta 272 (CN-00-000057)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-24-000020 | Palavras-chave: Atendimento; Direitos humanos; Formação

Fomentar o debate, com o Ministério da Educação (MEC) e entidades representativas de formação, sobre a importância de desenvolver projetos de ensino, extensão e pesquisa relacionados às especificidades da região Norte, no contexto das mulheres camponesas, ribeirinhas, indígenas, negras, quilombolas, cis, trans, com deficiência, vítimas de violência contra as mulheres.

Proposta 273 (CN-00-000058)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-02-000086 | Palavras-chave: Saúde Mental

Defender e fortalecer a formação profissional da Psicologia na Saúde, garantindo debates com enfoque nas temáticas do suicídio e autolesão, numa perspectiva antimanicomial, de redução de danos, decolonial, antiLGBTQIfóbica, anticapacitista e interseccional.

Proposta 274 (CN-00-000059)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-01-000023 | Palavras-chave: ABEP; Formação; SUAS; SUS

Ampliar a articulação do Sistema Conselhos de Psicologia, com a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP) e demais instituições competentes, para qualificar a formação de profissionais da Psicologia no âmbito das Políticas Públicas.

Proposta 276 (CN-00-000061)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-16-000012, CR-16-000031, CR-04-000068, CR-23-000008, CR-14-000076, CR-24-000065 |

Palavras-chave: Articulação; Decolonialidade; Direitos humanos; Diversidade; Educação; Exercício profissional; Formação; Justiça; Novas práticas; Orientação; Políticas públicas

Rediscutir, com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), as Instituições de Ensino Superior e o Ministério da Educação (MEC) e as demais entidades representativas de formação as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de Psicologia, promovendo disciplinas e debates sobre diversidade sexual e de gênero, violência contra as mulheres, povos tradicionais, população das águas, população do campo e povos indígenas, pessoas com deficiências, pessoas surdas, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, extrativistas, pomeranos, retireiros de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população defensoras dos direitos humanos, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, pessoas privadas de liberdade, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de migração, deslocamento forçado, apatridia, retorno em situação de vulnerabilidade, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI+, identidades cis dissidentes, mulheres, profissionais do sexo, vítimas de tráfico humano, pessoas em situação de violência sexual, povos refugiados, paneleiras, crianças e adolescentes sem acolhimento e pessoas ameaçadas de morte, direitos humanos, políticas públicas, desencarceramento, práticas de extermínio da população negra, sistema prisional, sistema socioeducativo, desigualdades e opressões pautadas pelo modo de produção capitalista e colonialista, e causadas pelo machismo, racismo contra população negra e racismo contra indígenas, capacitismo e cishétero e patriarcado.

Proposta 278 (CN-00-000063)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-05-000160, CR-13-000026, CR-16-000121, CR-14-000034, CR-10-000052, CR-19-000042, CR-19-000059 | Palavras-chave: Atuação profissional; Código de ética; CREPOP; Direitos humanos; Exercício profissional; Laicidade; Normas e orientações; Relações interinstitucionais

Ampliar e intensificar as discussões de temas relacionados à laicidade no exercício profissional da Psicologia, bem como elaborar referências técnicas para a atuação laica e ética de psicólogas, estimulando o combate ao preconceito e o racismo religioso, de modo a proteger a sociedade de práticas baseadas no fundamentalismo religioso e na moralização da vida de sujeitos e grupos sociais.

Proposta 279 (CN-00-000064)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-16-000085 | Palavras-chave: Laicidade; Resoluções do CFP

Estabelecer, por meio de resolução, os critérios para atuação profissional da psicóloga nas instituições de orientação religiosa, sejam confessionais ou ligadas às políticas públicas, mantidas por grupos religiosos.

Proposta 280 (CN-00-000065)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-08-000030, CR-06-000203, CR-18-000016, CR-03-000215, CR-19-000051 | Palavras-chave: COF e COE; Exercício profissional; Formação; Gestão; Normas e orientações; Novas práticas; Orientação; PICs; Valorização profissional

Que o Sistema Conselhos de Psicologia realize discussões, debates, estudos, referências técnicas e resoluções sobre as práticas integrativas e complementares (PICS).

Proposta 283 (CN-00-000068)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-05-000001, CR-05-000093, CR-19-000005, CR-19-000043, CR-19-000050 | Palavras-chave: ABEP; Atendimento on-line; Branquitude; Decolonialidade; Democracia; Formação; Políticas públicas; Racismo; Resoluções do CFP

Ampliar debates, estudos e pesquisas sobre os fundamentos epistemológicos da Psicologia brasileira e sobre a decolonialidade dos saberes da Psicologia, promovendo discussões sobre a contribuição de psicólogas negras, indígenas e/ou da América Latina aos saberes psicológicos, fomentando debates sobre o sofrimento psicológico causado pelo racismo às populações negras e indígenas e buscando escutar os saberes, as práticas e as epistemologias dos povos tradicionais na formação das psicólogas.

Proposta 284 (CN-00-000069)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-12-000049, CR-02-000106 | Palavras-chave: Psicologia do trânsito

Que o Sistema Conselhos de Psicologia desenvolva ações que reiterem a importância da avaliação psicológica no contexto do trânsito, fomentando estudos e pesquisas a respeito da validade preditiva dos testes psicológicos, com todas as populações como prevê as resoluções do CFP nº 9/2018 e 1/2019 em atenção específica às pessoas com deficiências e às pessoas surdas.

Proposta 285 (CN-00-000070)

*| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-08-000129, CR-12-000052, CR-02-000072 |
Palavras-chave: Psicologia do trânsito*

Articular com o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) a revisão da Resolução nº 425/2012 relativa à avaliação psicológica, com vistas a: a) ampliar o prazo da entrega dos resultados da avaliação para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH); b) garantir que a avaliação para a obtenção CNH seja feita por psicóloga perita especialista em trânsito; c) exigir perícia psicológica nas renovações de todas as categorias existentes e para condutores que se envolvem em acidentes com vítimas; d) regulamentar a distribuição obrigatória, equitativa, imparcial e impessoal dos agendamentos de todos os exames e perícias psicológicas entre psicólogas credenciadas na mesma área de jurisdição do órgão executivo de trânsito; e) combater a desvalorização da categoria e fortalecer os princípios éticos da avaliação psicológica; f) promover a prática psicológica no contexto da promoção da saúde e da educação, com intervenções psicoeducacionais no âmbito da Psicologia do Trânsito.

Proposta 286 (CN-00-000071)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-02-000104, CR-14-000032 | Palavras-chave: Avaliação psicológica; Exercício profissional; Psicologia do trânsito

Que o Sistema Conselhos de Psicologia atualize a Resolução CFP nº 1/2019 sobre a Perícia Psicológica de Condutores de Veículos, em decorrência do surgimento de novas demandas de avaliação para os condutores infratores, conforme previsto no art. 268 do Código de Trânsito Brasileiro (condutores com contribuição para sinistro grave, condutores condenados judicialmente por delito de trânsito e condutores que representem risco para si e a outrem).

Proposta 287 (CN-00-000072)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-11-000055 | Palavras-chave: Saúde

Ampliar o diálogo com as psicólogas da área da Psicologia em Saúde, da Psicologia Hospitalar e da Psicologia Clínica, atuantes nos cuidados paliativos, no contexto das políticas públicas ou no âmbito dos serviços suplementares, com vistas à produção de documentos de orientação a respeito de atuações nos diversos níveis de atenção à saúde (primário, secundário, terciário e quaternário).

Proposta 288 (CN-00-000073)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-05-000168, CR-10-000106 | Palavras-chave: Atuação profissional; Debate nacional; Rede de atenção; Saúde; Saúde suplementar

Ampliar e intensificar o diálogo do Sistema Conselhos de Psicologia com as psicólogas da Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde (SUS) e com profissionais e gestores da saúde pública e suplementar, promovendo espaços de escuta e debate sobre os desafios da atuação da Psicologia na perspectiva da saúde mental e da luta antimanicomial.

Proposta 289 (CN-00-000074)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-18-000079 | Palavras-chave: Articulação; Gestão participativa; SUS

Promover a divulgação e o diálogo sobre a Lei nº 13.438/2017, com outras categorias da área da saúde, de maneira crítica em consonância com a visão dos direitos humanos.

Proposta 290 (CN-00-000075)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-11-000049 | Palavras-chave: Diversidade; Orientação

Atualizar as referências técnicas sobre os contextos de trabalho na Psicologia em Saúde e em Psicologia Hospitalar, em específico o cuidado com os povos tradicionais, população das águas, população do campo e povos indígenas, pessoas com deficiências, pessoas surdas, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, extrativistas, pomeranos, retireiros de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população defensoras dos direitos humanos, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, pessoas privadas de liberdade, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de migração, deslocamento forçado, apatridia, retorno em situação de vulnerabilidade, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI+, identidades cis dissidentes, mulheres, profissionais do sexo, vítimas de tráfico humano, pessoas em situação de violência sexual, povos refugiados, paneleiras, crianças e adolescentes sem acolhimento e pessoas ameaçadas de morte.

Proposta 291 (CN-00-000076)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-20-000008 | Palavras-chave: Psicologia em saúde; Referências técnicas

Organizar referências e normas técnicas para a área da Psicologia da Saúde com povos tradicionais, população das águas, população do campo e povos indígenas, pessoas com deficiências, pessoas surdas, crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, população negra, quilombolas, romanis, povos faxinalenses, catadores de mangaba, quebradeiras de coco de babaçu, povos de terreiro, extrativistas, pomeranos, retireiros de Araguaia, comunidades de fundo de pasto, povos nômades, população defensoras dos direitos humanos, pessoas em situação de rua, pessoas vivendo e convivendo com HIV/AIDS, pessoas privadas de liberdade, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas em situação de migração, deslocamento forçado, apatridia, retorno em situação de vulnerabilidade, pessoas afetadas por riscos, emergências e desastres, e crime ambiental, LGBTI+, identidades cis dissidentes, mulheres, profissionais do sexo, vítimas de tráfico humano, pessoas em situação de violência sexual, povos refugiados, paneleiras, crianças e adolescentes sem acolhimento e pessoas ameaçadas de morte. considerando os seus contextos e regiões a exemplo da região Amazônica.

Proposta 292 (CN-00-000077)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-09-000017 | Palavras-chave: Atestado psicológico; Campanhas; Psicologia clínica; Valorização profissional

Realizar campanhas de valorização da psicóloga, na função de profissional da área clínica, para que os Planos de Saúde valorizem o trabalho da psicóloga na promoção de um atendimento de qualidade ao usuário do serviço, inclusive para que o atestado fornecido pela psicóloga seja aceito pelas empresas/empregadores.

Proposta 293 (CN-00-000078)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-20-000068 | Palavras-chave: Psicologia em saúde; Psicologia hospitalar; Saúde mental

Ampliar, fortalecer e valorizar a atuação da psicóloga clínica, hospitalar e da saúde nos diferentes níveis de atenção (primária, secundária, terciária) como profissional de referência na promoção de saúde mental dos usuários.

Proposta 294 (CN-00-000079)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-07-000065 | Palavras-chave: Avaliação psicológica; Normas e orientações; Psicologia escolar/educacional

Que o Sistema Conselhos de Psicologia promova discussões sobre a interface entre Psicologia e educação inclusiva, na perspectiva da despatologização, na defesa do direito à educação e à emancipação humana por meio do processo de escolarização.

Proposta 296 (CN-00-000081)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-20-000014, CR-01-000022 | Palavras-chave: Divulgação; Educação; Formação; Orientação; Pandemia; Referências técnicas

Atualizar as referências técnicas para atuação de psicólogas na educação básica, conforme preconiza a Lei nº 13.935 /2019, considerando os impactos e desafios trazidos pela pandemia aos processos de ensino e aprendizagem e desenvolvimento, de modo a combater/evitar patologização e medicalização e psicologização de estudantes e profissionais da educação, a partir da consideração das desigualdades sociais e sistemas de opressão ampliados na crise sanitária.

Proposta 298 (CN-00-000083)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-08-000039, CR-18-000006, CR-23-000028 | Palavras-chave: Atuação profissional; Exercício profissional; Legislação e normas; Psicoterapia; Valorização profissional

Que o Sistema Conselhos de Psicologia trabalhe para promover a regulamentação da psicoterapia articulando com o poder Legislativo para assegurar prerrogativas profissionais da psicóloga considerando o CBO (Código Brasileiro de Ocupações), sendo necessária a articulação com o Conselho Federal de Medicina quanto às atividades privativas de cada categoria como prática científica e qualificada, sempre em defesa da sociedade e dos direitos humanos.

Proposta 299 (CN-00-000084)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-08-000057, CR-09-000002, CR-02-000083, CR-13-000031, CR-10-000086, CR-24-000030, CR-19-000034 | Palavras-chave: Atuação profissional; Campanhas; Código de ética; Comunicação; Divulgação; Exercício profissional; Legislação e normas; Normas e orientações; Nota técnica; Orientação; Redes sociais

Fomentar discussões sobre a atuação das psicólogas nas redes sociais, elaborando normativas, diretrizes e referências técnicas que regulamentem a publicidade profissional e divulgação de serviços nas mídias sociais, bem como o compartilhamento de conteúdo por profissionais da Psicologia, pautando-se no Código de Ética, na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), no Marco Legal da Internet e demais legislações vigentes.

Proposta 300 (CN-00-000085)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-16-000008 | Palavras-chave: Atuação profissional; Exercício profissional; Normas e orientações; Resoluções do CFP

Criar resolução normatizando a divulgação de serviços psicológicos em redes sociais, estabelecendo diretrizes e orientando que as divulgações devem respeitar a defesa e garantia dos direitos humanos, conforme Código de Ética Profissional da Psicóloga (CEPP) e atentando aos impactos no exercício profissional.

Proposta 301 (CN-00-000086)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-05-000146 | Palavras-chave: CREPOP; Resoluções do CFP; Sistema de justiça

Que o CFP construa resoluções e referências técnicas acerca da atuação da psicóloga no sistema de justiça, especificando os limites de atuação e produção documental e problematizando o transborde da justiça, considerando e respeitando as especificidades do fazer das diferentes políticas públicas e suas finalidades.

Proposta 302 (CN-00-000087)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-20-000047, CR-04-000244 | Palavras-chave: Exercício profissional; Parcerias; Psicologia organizacional e do trabalho; Relações interinstitucionais; Saúde mental

Que o Sistema Conselhos de Psicologia fortaleça as discussões sobre a prática das psicólogas nas questões relacionadas a saúde mental no trabalho, prevenção de acidentes de trabalho, situações de assédio moral e situações de sofrimento relacionadas ao trabalho e desenvolva, em parceria com as Instituições de Ensino Superior e órgãos governamentais e não governamentais, campanhas educativas e eventos sobre a importância da promoção da saúde mental no trabalho.

Proposta 303 (CN-00-000088)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-05-000169 | Palavras-chave: CREPOP; Equidade; Sistema socioeducativo

Que o Sistema Conselhos de Psicologia promova reflexões e debates sobre a interface das relações raciais na socioeducação.

Proposta 304 (CN-00-000089)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-08-000147 | Palavras-chave: Saúde

Que o Sistema Conselhos de Psicologia, em articulação interinstitucional com órgãos e/ou instituições reguladoras, aprofunde a discussão sobre atuação profissional nas psicoterapias assistidas com psicodélicos, que já possuam comprovação científica e aplicabilidade reconhecidas, objetivando melhores práticas e com vistas à produção de referenciais técnico-operacionais para a atuação.

Proposta 305 (CN-00-000090)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-06-000154, CR-01-000025, CR-05-000090, CR-02-000073, CR-20-000064, CR-04-000265 | Palavras-chave: Articulação; Direitos humanos; Garantia de direitos; Novas práticas; Pesquisa; Políticas públicas; Práticas integrativas; Referências técnicas; Relações interinstitucionais; Saúde; Saúde mental

Que o Sistema Conselhos faça aproximação, interlocuções com demais conselhos de classe profissionais, associações e coletivos de usuários, familiares e profissionais de saúde para promoção de ações de defesa, da pesquisa, debates e orientações qualificadas éticas e politicamente quanto ao uso terapêutico da cannabis, fortalecendo as lutas pela regulamentação no Brasil, apoiando sua inclusão nas práticas integrativas e complementares da saúde (PICs) na perspectiva da redução de danos com realização de levantamento das profissionais inseridas nesta realidade e assim poder fomentar com o sistema Conselhos de Psicologia a legitimação desta prática pelas psicólogas.

Proposta 307 (CN-00-000092)

| Âmbito Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-07-000018 | Palavras-chave: CREPOP; Racismo; Referências técnicas

Que o Sistema Conselhos de Psicologia estruture, no âmbito do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), todo o processo da construção de todas as referências técnicas de forma transversalmente racializada e atenta às interseccionalidades de gênero, sexualidade, classe e deficiência.

Proposta 308 (CN-00-000093)

| Âmbito Regional e Nacional | Eixo #3 | Origem: CR-23-000036 | Palavras-chave: Resoluções do CFP; Temas emergentes da Psicologia

Que o Sistema Conselhos de Psicologia fortaleça e divulgue para a categoria profissional, em eventos diversos, as Resoluções CFP nº 1/1999; nº 18/2002; nº 1/2018, nº 08/2020, nº 8/2022, demais resoluções afins e atualizações, com vistas a eliminar todas as formas de violência, negligência, opressão e discriminação.



CONGRESSO NACIONAL
DA PSICOLOGIA

Moções

Moção 1: "Repúdio à Portaria nº 3.588/2017, que Versa sobre a Nova RAPS"

Destinatários:

- Ministério da Saúde
- Conselho Nacional de Saúde
- Frente Parlamentar da Reforma Psiquiátrica Brasileira
- Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica Brasileira
- Deputada Erika Kokay

Desde a década de 1980, a Psicologia tem participado ativamente dos movimentos de Reforma Sanitária e de Reforma Psiquiátrica Antimanicomial que possibilitaram a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a implantação de uma Rede de Serviços Substitutivos comprometidos com a produção do cuidado em liberdade, da cidadania e da saúde das pessoas com sofrimento mental.

Ao longo desse tempo, a Psicologia tem lutado e reafirmado o seu compromisso com estas políticas públicas de saúde em seus esforços de promoção de justiça social e de afirmação dos direitos humanos; sem esquecer dos efeitos nefastos do abandono, da violação de direitos e dos maus tratos nas vidas das pessoas internadas em hospitais psiquiátricos e atentos às formas contemporâneas de segregação, psicólogas e psicólogos têm contribuído para a sustentação de um modelo de atenção em Saúde Mental capaz de proporcionar o cuidado necessário e o respeito às diferentes e singulares experiências da loucura.

Assim, Delegadas e Delegados presentes no 11º Congresso Nacional da Psicologia REPUDIAM VEEMENTEMENTE e propõem a imediata revogação da PORTARIA nº 3.588 /2017, que: retorna com uma política centrada nos saberes, poderes e práticas psiquiátricas e reafirmam o hospital psiquiátrico como o lócus principal de um suposto tratamento; valoriza práticas ambulatoriais que reforcem os atendimentos com agendas fechadas e iatrogênicos; cria o dispositivo CAPS AD IV, que nada mais é que

um abrigo sanitário; altera os parâmetros de implantação e funcionamento do serviços hospitalares de referência incentivando a internação. Esta Portaria favorece o modelo de atenção com características excludentes, com práticas médico-centradas, que fragilizam o cuidado integral, em rede, em equipe e que é produzido com a participação de familiares e de pessoas com sofrimento mental.

Brasília, 3 de junho de 2022

Moção 2: Apoio à Realização da 5º CNSM – "A Psicologia Brasileira em Defesa da Vida, da Democracia e das Políticas Públicas de Saúde Mental Antimanicomial"

Nós, psicólogas e psicólogos (gues) de todo Brasil, reunidas (os) no 11º CNP, vimos por meio desta solicitar ao Ministério da Saúde a garantia do financiamento a realização da 5º CNSM (Conferência Nacional de Saúde Mental).

Consideramos fundamental a realização da 5º CNSM, pois a última aconteceu há 12 anos, em julho de 2010.

Destacamos também a necessidade de reafirmar os princípios da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial; da Lei nº 10.210/2021; a necessidade do cuidado em liberdade em cumprimento do preconizado na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) antimanicomial.

Nosso posicionamento é contra todos os retrocessos que vem acontecendo nos últimos 5 (cinco) anos; em especial ao disposto na Portaria nº 3.588/2017 e aos incentivos financeiros para as ditas comunidades terapêuticas, que não são organismos de saúde, não são serviços públicos e não respeitam que o estado é laico.

Defendemos o Sistema Único de Saúde (SUS) e o cumprimento das políticas públicas antimanicomiais, observando e cumprindo os princípios da universalidade, integralidade e equidade.

O compromisso de avançar e defender a lei brasileira de inclusão, a política de redução de danos e os princípios da luta antimanicomial e as lutas anti-proibicionistas, configura nosso dever e compromisso à manutenção das conquistas históricas, bem como lutar para a superação deste período de estagnação e o desfinanciamento da RAPS.

Vamos avançar para garantir o cuidado territorializado, em liberdade e com a participação efetiva de usuários/os e familiares.

Destinatários:

- Ministério da Saúde;
- Conselho Nacional de Saúde;
- Frente Parlamentar em Defesa da Luta Antimanicomial;
- Deputada Erika Kokay.

Moção 3: Repúdio à Tortura e Morte de Genivaldo de Jesus Santos

As participantes do 11º CNP repudiam veementemente o ato de atrocidade, tortura e morte de Genivaldo, negro, brasileiro, o nordestino, o sergipano, Genivaldo de Jesus Santos.

A tortura, filmada, registrada, é semelhante ao horror dos campos de concentração da II Guerra Mundial e nos envergonha por desvelar mais uma vez, a guerra que estamos travando contra o Brasil, contra nosso povo. Pior ainda, que nos envergonha e nos causa indignação pela revivência do que se convencionou chamar de Holocausto Brasileiro, ocorrido e ocorrente nos hospitais psiquiátricos de nosso país. Holocausto esse que ceifou milhares de vidas de forma cruel e desumana.

Sufocamento com gás lacrimogêneo, um fato não isolado, que em tempos difíceis de violação de direitos humanos, nos confronta com mais uma cena de horror. Um homem negro, periférico, portador de sofrimento mental que tornou-se suspeito da polícia

federal por não estar de capacete. Este foi seu suposto crime que deflagrou sua condenação imediata e lhe deu sua sentença de morte. Os policiais justificaram sua tortura e assassinato pela conduta de resistência de Genivaldo.

Que o ato de resistir de Genivaldo nos inquiete e produza em nós movimento e posicionamento contra o racismo, contra toda e qualquer forma de exclusão e discriminação.

**NÃO À CÂMARA DE GÁS.
MANICÔMIO NUNCA MAIS.**

Moção 4: Em Defesa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e das (os/es) Trabalhadores (es) do SUAS

Nós, Delegadas do 11º Congresso Nacional da Psicologia, em defesa do Sistema Único de Assistência Social, REIVINDICAMOS a recomposição IMEDIATA do orçamento do Sistema Único de Assistência Social, proposta pela PEC 383/2017 do Deputado Danilo Cabral, a qual em sua súmula versa: "Altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)" e em seu primeiro artigo traz a garantia de um percentual orçamentário vinculado de no mínimo 1 por cento do orçamento da União a ser destinado a esta política, conforme o excerto abaixo :

Art. 1º A Constituição passa a vigorar acrescido do seguinte art. 203-A:

Art. 203-A. A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS)."

§ 1º A União aplicará, anualmente, nunca menos de 1% (um por cento) da receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro no financiamento do Sistema Único de Assistência Social. (SUAS)."

Tal demanda se faz URGENTE tendo em vista o contínuo desfinanciamento das políticas públicas imposto pela Emenda Constitucional 95/2016, que culmina com o DESMONTE do SUAS e da Seguridade Social e inviabiliza a continuidade dos serviços afiançados pela Política Nacional de Assistência Social.

REIVINDICAMOS ainda, a manutenção do orçamento do Controle Social, para que este seja viabilizado e com a garantia da legitimidade das representações como preconiza a LOAS.

REIVINDICAMOS também a retomada da Mesa de Negociação e da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS.

Por fim, REIVINDICAMOS o reconhecimento das(os/es) trabalhadoras(es) das Equipes de Referência do SUAS realizando na prática a garantia do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, jornada máxima de 30 horas, Piso Salarial, contratação por concurso público e garantia da inclusão no Plano Nacional de Imunização enquanto Público prioritário, e não apenas como feito por meio do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que categorizou a PNAS entre os “serviços públicos e atividades essenciais indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade”, sem garantia de condições sanitárias seguras de atuação (falta de EPIs, não priorização nas campanhas de vacinação, etc).

Moção 5: Repúdio à Extinção do Programa Bolsa Família

Esta moção deverá ser apresentada para o plenário e caso seja aprovada para os seguintes destinatários:

Ministério da Cidadania / Secretaria Especial de Desenvolvimento Social;
Conselho Nacional de assistência Social.

O Programa Bolsa Família, desde sua implementação em 2004, se configurou como uma das mais importantes experiências em

política da transferência de renda da América Latina, que juntamente à política de valorização do salário- mínimo, retirou milhares de famílias da extrema pobreza e o Brasil do mapa da fome. Segundo pesquisa do IPEA até 2017, o Bolsa Família contribuiu para a retirada de 3,4 milhões de pessoas da linha da extrema pobreza e 3,2 milhões da linha da pobreza, ou seja, reduziu a pobreza em 15% e a extrema pobreza em 25%, além de reduzir em 10% a desigualdade no país.

O Bolsa Família foi oficialmente extinto a partir do dia 8 de novembro/ 2021 pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, que regulamenta a criação do Auxílio Brasil, um programa que descaracteriza a política de transferência de renda, pois tem objetivos eleitoreiros, e aposta na perspectiva de programas pontuais de “boa vontade” do governo e não na concepção de direitos expressa na política pública, explicitando o desmonte do SUAS que vem sendo encampado pelo governo Bolsonaro. Haja vista a propaganda de aumento do valor dos benefícios, que na verdade, representam apenas a reposição da inflação, sem significar aumento do poder de compras, já que os valores do Bolsa família ficaram congelados desde 2017.

O Auxílio Brasil não é um novo programa de transferência de renda. É um arremedo do programa Bolsa Família, que arruína pilares fundamentais à concepção de garantia do direito de acesso a renda. Auxílio não é política pública, que tem que ter continuidade, Não garante direito! Este nome, “auxílio”, tira a família da concepção do programa, elemento essencial à política de proteção social. Além disto não inclui as famílias sem crianças ou gestantes, excluindo adultos pobres ou população em situação de rua. Ele cria uma cesta de auxílios e bônus que retoma propostas dos anos 1990, com penduricalhos de subsídios para situações diversas.

Em lugar de propor o aperfeiçoamento do Programa Bolsa Família, o governo acaba com ele e cria o Auxílio Brasil, fora das instâncias deliberativas do Sistema Único

de Assistência Social, deixando de fora do debate, avaliações, informações e diretrizes importantes de quem opera a política nos municípios e estados, ou é usuário dela.

Dessa forma, fazemos a defesa que é imprescindível que o governo federal estabeleça o diálogo com os atores da Política de Assistência Social nas instâncias de pactuação e de controle social do SUAS e desta forma se integre ao SUAS, nas esferas municipais e estaduais de execução da política, para os devidos aprimoramentos, sem prejuízo para a população quanto ao acesso, continuidade, aumento de valores e ampliação da cobertura.

Moção 6: “Direito ao Voto” e Ampliação da Participação Estudantil

Para es delegades do 11° CNP,

Nós, estudantes delegades do 11° Congresso Nacional da Psicologia, elaboramos esta moção, em representação dos estudantes, em defesa do direito ao voto e da ampliação da participação estudantil. Entendemos que, por meio da participação ativa em cada unidade federativa, construímos propostas, nos pré-COREPs, COREP, bem como no próprio CNP. Sendo assim, temos propriedade para dialogar, debater e nos expressar através do voto em TODAS as etapas da construção do CNP.

Essa proposta surge sendo indicada por 5 CRPs, sendo eles CRP 16, 01, 14, 15, 24. A proposta seria a número 99 e surgiu no Eixo 1 e Grupo 3, em que ocorreu uma supressão parcial da proposta, sendo reformulada pelo Grupo 3, retirando da proposta que apresentava o direito ao voto dos estudantes .

Primeiramente, devemos partir da reflexão de quem são os estudantes hoje. A partir do processo de democratização do acesso às universidades pela política de cotas – luta construída historicamente pelo Movimento Negro – o perfil de quem ingressa e quem se torna profissional também é muito alterado.

Ingressam mais estudantes negres, povos indígenas e quilombolas, cisdissidentes, pessoas com deficiência e de escolas públicas. Partindo do princípio de que, na atual realidade, faz-se necessária a defesa das universidades públicas e da ciência. O direito a voto é um ato simbólico de defesa e apropriação de um espaço que também é nosso! Acreditamos que essa nova geração de estudantes também potencializa a produção do projeto de psicologia que acreditamos e defendemos.

Nós, enquanto categoria estudantil presentes nesse CNP, somos mulheres, negres, LGBTQIAP+, povos quilombolas e tuçuju, perifériques, pessoas em situação de mobilidade humana internacional, pessoas com deficiência, e defendemos que temos ainda mais a contribuir na construção do Congresso – se conseguíssemos inclusive, votar.

Assim, defendemos o “direito ao voto” pela categoria estudantil, a partir dos próximos pré-COREPS, COREP e CNP, como estudantes do 10° CNP em 2019 também solicitaram. Sendo assim, objetiva-se demonstrar às delegades um novo olhar do fazer político, garantindo que a categoria estudantil possa ter o direito ao voto e também de construir a psicologia e o sistema conselhos. Sabemos que não possuímos registro profissional, todavia, entende-se que se a classe estudantil participa na condição de delegades eleites e têm sua importância dentre todas as configurações que lutam para fazer da psicologia uma profissão melhor a cada dia, para que, dessa forma, se possa garantir e atuar de maneira ética.

É inconcebível pensar em um cargo de delegação estudantil em que não haja a participação democrática de maneira concreta. Votar a aprovação final de propostas também deveria ser direito e tarefa da delegação estudantil. Não somos profissionais, mas se viemos até aqui construir essa autarquia é porque ela também é nossa. Principalmente porque o Sistema Conselhos não é entidade Sindical e não está a serviço apenas da categoria profissional. O Sistema Conselhos, e todas as suas instâncias está a serviço da classe trabalhadora, para

impedir que a Psicologia seja mais uma das ferramentas da classe dominante para alienação de nosso povo enquanto ignora os avanços do sofrimento e das catástrofes produzidas pelo avanço das políticas neoliberais.

O Caderno de Deliberações do CNP de 1998 foi o primeiro Caderno de Deliberações que mencionou os Movimentos Sociais, assim como foi o primeiro e único que apresentou o enfrentamento às políticas neoliberais como pauta. O abandono da luta ao neoliberalismo é o abandono do enfrentamento à estrutura que chancela diversas outras violências estruturais. As entidades da Psicologia abandonaram a Luta de Classe, e a prova disso é que a Classe Estudantil tem voz, mas não vota. Constrói, mas não decide. Produz, mas não goza. Esse é só um dos sintomas do abandono da Luta de Classe.

Descolonizar a Psicologia Brasileira é também escutar a Classe Estudantil que também a produz. É permitir direito à voz e ao voto em locais de delegação. É o não esvaziamento do caráter deliberativo soberano de um processo assemblear. É reconhecer que territórios plurais precisam ser representados por mais pessoas. Precisamos des-enrijecer nossas entidades, reconhecendo a importância do local de fala da Classe Estudantil, pois esse é um local de fala da Classe Trabalhadora Estudantil que sofre na pele os diversos atravessamentos dos desmontes do Estado Democrático de Direito, do SUS, do SUAS, da previdência e dos direitos trabalhistas, em conjunto com as estruturas de violência do Estado, da Sociedade e do Sistema com menos recursos concretos para se proteger.

A partir da garantia do nosso direito a voto, pensamos ser necessário o maior número de delegados estudantes por delegação. Essa maior participação estudantil é primordial para o nosso processo de formação teórico-prático, que instiga o exercício ético-político da profissão, assim como apropriação das normativas técnicas e do compromisso com a transformação social da Psicologia. Defendemos que a garantia de ampliação de estudantes delegados também deve ser

articulada com o fortalecimento das políticas de interiorização do Sistema Conselhos, para contemplar a diversidade regional do país.

Diante disso, propomos assim a alteração do texto do Parágrafo 2 do art. 52 do capítulo IX do regulamento do 11º Congresso Nacional de Psicologia.

§ 2- Poderão participar até cinquenta e quatro estudantes de Psicologia, sendo duas por cada Unidade de Federação, que tenha sido eleita pelo coletivo de estudantes presentes no Corep. As (os) estudantes terão direito a voz nos grupos e na Plenária, sem direito a voto.”

Para a seguinte redação:

§ 2- Poderão participar até cento e oito estudantes de Psicologia, sendo quatro por cada Unidade de Federação, que tenham sido eleitas pelo coletivo de estudantes presentes no COREP. As (os) estudantes terão direito a voz e voto nos grupos e na Plenária de todas as etapas da construção do Congresso Nacional de Psicologia.”

Moção 7: Repúdio e Indignação às Graves e Sistemáticas Violações de Direitos Humanos Praticadas durante a Pandemia de COVID-19

Nós, profissionais e estudantes de Psicologia participantes do 11º CNP, manifestamos o nosso repúdio e indignação às graves e inaceitáveis violações sistemáticas de direitos humanos praticadas durante a pandemia, em decorrência, sobretudo, da política de enfrentamento à esta crise, adotada pelo governo federal brasileiro, que culminaram (dentre outras violações e questões), na perda de mais de 660 mil vidas e ainda contando, as quais têm sido amplamente documentadas e denunciadas por diversos organismos, grupos, órgãos, movimentos sociais, coletivos, instituições e inclusive por documentos provenientes de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Apelamos ao Sistema Conselhos de Psicologia para que se articule

junto à categoria, à tais atores, bem como, a os poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) e demais organismos que se fizerem necessários, realizando debates, incidências, denúncias e demais mobilizações necessárias nos âmbitos nacionais e internacional para que sejam adotadas as medidas necessárias ao enfrentamento à pandemia no contexto atual; para o desenvolvimento e a implantação/ implementação de políticas públicas para o atendimento às pessoas com sequelas decorrentes do pós-covid (síndrome pós-covid/covid longa), às (os) órfãos e a todas as pessoas afetadas e atingidas por este desastre, bem como, a reparação de todas as condutas e situações contrárias aos direitos humanos praticadas no contexto da pandemia de COVID-19, a responsabilização de todos os agentes (públicos e não públicos) envolvidos em tais condutas, situações e violações e a luta por justiça, defesa e garantia do direito à memória de todas as VIDAS ceifadas.

**NÃO ESQUECEREMOS!!! LUTAREMOS
POR JUSTIÇA E REPARAÇÃO!!
PARA QUE NUNCA SE ESQUEÇA!! PARA
QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA!!!**

Moção 8: Reconhecimento e Agradecimento à Equipe de Apoio do XI CNP

Reconhecemos e agradecemos a toda equipe de Apoio do 11º Congresso Nacional de Psicologia, no que se refere à logística oferecida aos delegados e delegadas quanto à hospedagem, serviço de garçons, serviços gerais, equipe de assessoria de eventos tanto nos hotéis, quanto no Centro Internacional de Conferência de Brasília. Especifica – se ainda gratidão à equipe de inclusão do CNP por viabilizar acessibilidade aos delegados e delegadas que necessitam de apoio de acordo com cada limitação. Neste sentido, gratidão a todas as pessoas envolvidas no CNP por meio do colaborador Wesley Ribeiro e da responsável pelo setor de logística Verônica Pierre. E mais uma vez: gratidão todos os trabalhadores

e todas as trabalhadoras, estagiárias e estagiários, voluntários e voluntárias, àqueles e àqueles que direta ou indiretamente viabilizaram a realização deste CNP.

Moção 9: Nossos Passos Vêm de Longe!

Nós, delegadas do 11º CNP, repudiamos todo e qualquer ato de racismo, em destaque a manifestação racista ocorrida no dia 04 de junho de 2022 no plenário do Congresso enquanto uma Mulher Negra se pronunciava.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) em sua Resolução CFP n.º 018/2002, estabelece normas de atuação para psicólogas e psicólogos em torno ao preconceito e à discriminação racial (CPF, 2017). Nesse marco, a Psicologia com a resolução 018 constata o adoecimento psicológico decorrente do racismo e o papel da Psicologia para promoção da saúde mental.

Cabe às profissionais de Psicologia o compromisso ético-político com as pautas étnico-raciais. Existe um conveniente silêncio da identidade racial branca acerca da responsabilidade pelas práticas racistas e dos benefícios simbólicos e materiais acumulados pelo período da escravatura, bem como das desigualdades reiteradas e continuamente mantidas após a falsa abolição. Situação que atualiza a manutenção do racismo e desigualdade racial, a partir da desfaçatez das pessoas brancas em calarem-se cinicamente diante das violências, um modo de acordo tácito que já conhecemos e denunciado por Cida Bento: um pacto da branquitude, um grupo étnico-racial branco narcisista que mais se sente à vontade falar de outros grupos do que de seus modos de produzir e manter violências e assegurar sua humanidade enquanto visa nos destituir das nossas.

Presenciamos neste CNP uma mesa de abertura composta por uma representante de uma associação de psicólogas brasileiras em Portugal. Justamente o país colonizador que

implementou todo o processo de escravização e extermínio da população negra e indígena?

Temos psicólogas negras e indígenas de referência nacional e internacional. O outros países com quem a Psicologia Brasileira mantém estreita relação, mas a representação escolhida para ocupar a mesa foi de Portugal.

Uma representação do quanto temos uma Psicologia colonizada/colonizadora que deixa de fora saberes e fazeres insubmissos aos modos europeizados de fazer ciência. O u seja, a serviço de qual projeto político e de humanidade está a Psicologia?

Enquanto isso, nenhuma representação da Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (es) – ANPSINEP e Articulação Brasileira de Indígenas Psicólogas/os – ABIPSI para composição da mesa de abertura que destacou-se por sua representatividade branca.

Cabe destacar, ainda, os ritmos e músicos que estiveram durante o evento. Sabemos de nossas históricas potencialidades criativas, culturais e artísticas. Sabemos de onde viemos, de nossa musicalidade, de nossas produções rítmicas, da força que os tambores – djembês, os dununs , que eles fazem ressoar em nós as nossas ancestralidades. Mas até neste lugar de conhecimento nós fomos expropriadas de nossa representatividade. Será que não temos pessoas negras e indígenas artistas em Brasília ou em seu entorno para abrilhantar o evento?

Moção 10: Defesa da Jornada de até 30 Horas Semanais para as Psicólogas/os

ÀS/ AOS PARLAMENTARES DO CONGRESSO NACIONAL

Somos mais de 424.000 profissionais no Brasil e o CFP, os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) e a FENAPSI estão em constante diálogo com as psicólogas e

psicólogos de todas as regiões do País e a demanda pela definição da jornada de trabalho em até 30 horas semanais é permanente.

Segue as razões pelas quais solicitamos o apoio de Vossa Excelência ao Projeto:

Os profissionais da Psicologia, em seus vários campos de atuação, sejam eles da área pública ou privada, estão sujeitos a doenças sérias devido ao contexto de sofrimento no trabalho. Lidar com diferentes ordens de estresse, ansiedades, luto, morte, depressão, agressividade, compulsões, transtornos, dificuldades de aprendizagem e muitos conteúdos substancialmente difíceis, que demandam enormes cuidados, são apenas exemplos. O saldo dessa exaustiva e inapropriada jornada de trabalho é, evidentemente, negativo: o esgotamento emocional, a perda do interesse em trabalhar, oscilações de humor e uma sorte de problemas psicossomáticos.

A promoção da qualidade de vida por meio da redução da jornada de trabalho, está intrinsecamente ligada à alta expectativa de vida, ao acesso à cultura e ao desenvolvimento dos povos. Para mais, a jornada de trabalho reduzida permite ao profissional dispensar mais tempo para constantes qualificações que, conseqüentemente, refletem na melhoria da qualidade do serviço oferecido. A redução beneficiará, portanto, a população brasileira. Mensurações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicam que a diminuição de horas de trabalho aumenta a eficiência e, portanto, a produtividade dos trabalhadores. Na mesma pesquisa a OIT afirma que, a despeito dos contra-argumentos que afirmam erroneamente que a redução da jornada de trabalho aumenta os custos para os empregadores, há ganho real na receita por hora trabalhada, além de fazer com que a entrada de bens de capital seja mais atraente. Seria impreciso afirmar que a aprovação do projeto produziria prejuízos aos usuários de serviços de saúde, sejam eles da rede pública ou privada, visto que essa já é a

prática da maioria das profissões da área de saúde, como a Medicina, Odontologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Serviço Social. A redução também contribuirá para pacificação entre legislações municipais e estaduais, que exigem jornadas de trabalho distintas para os profissionais da Psicologia.

A luta por até 30 horas semanais está inteiramente situada no empenho pela valorização do SUS, pela defesa da saúde do povo brasileiro, pela proteção da integralidade e qualidade do atendimento aos usuários assegurados pela Carta Magna, no respeito às decisões de instância democráticas, como as Conferências Nacionais de Saúde que legitimam a reivindicação em nível municipal e estadual. Assim, não se trata apenas de um pleito da categoria, mas da própria saúde e, em nome dela, é que erigimos essa campanha.

Moção 11: Pela Materialização das Práticas Despatologizantes das Vivências Trans, Travestis e Pessoas Não Binárias

Nós, membros da Articulação Nacional de Psicólogues Trans e Travestis, viemos através desta moção denunciar, por mais uma vez, transfobias e invisibilizações recorrentes em alguns eventos deliberativos do Sistema Conselhos de Psicologia ao longo dos anos.

No último CNP, uma estudante de psicologia da delegação da Bahia, pessoa trans, reivindicou no ato do credenciamento, o respeito ao seu nome social no crachá do evento, sendo feita uma retificação apenas a posterior. Ao se expressar em plénaria sobre o acontecimento, a estudante foi inclusive ovacionada por outros participantes após seu discurso.

Tal violência se repete no 11 Congresso Nacional de Psicologia, com um psicólogo da delegação Acre/Rondônia, evidenciando que as estruturas que movem a transfobia, mantêm-se em disputa marcando a tensão no Sistema Conselhos

com as vivências trans e uso e princípios da materialização da autodeterminação.

A partir de construções e disputas próprias a APAF, produzimos uma modificação no regimento eleitoral com a previsão de reservas de vagas para grupos minoritários. Contudo, do modo como foi composto o sistema de preenchimento de dados das chapas para os Conselhos Regionais e Federal, previu uma percepção limitada sobre experiências trans, que não contemplou as identidades de muitas das pessoas que se depararam no momento do preenchimento do espaço “gênero”, apenas com a lógica binária, universalista e patologizante que reconhece apenas como opção válida “homem trans” ou “mulher trans”. Este movimento configura um apagamento/ invisibilização de uma pluralidade de identidades de gênero existentes, perpetuando situações como a transfobia e cissexismo institucionais que acontecem com o discurso apoiados nas limitações das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs).

A busca pela efetividade de um espaço seguro e plural se dá com a inclusão e equidade de pessoas trans, travestis e pessoas não binárias em todas as instâncias que compõem os processos democráticos de organização do Sistema Conselhos.

Pela materialização de práticas que garantam a autodeterminação!

Moção 12: História da Psicologia com a Presença dos Povos Indígenas ou a sua Ausência?

Em comemoração aos 60 anos de regulamentação da Psicologia enquanto ciência e profissão no Brasil, momento este de festividade e manifestação para a categoria, é importante se atentar para uma reflexão crítica do percurso histórico deste saber em contextos indígenas ou a sua ausência por vezes.

A base que fundamenta o nosso fazer ético são os direitos humanos que traz como ato indiscutível o direito à vida e sua implicabilidade dentro desta ótica, quanto está custando a vida indígena? e quais formas a psicologia se interessa por estas presenças?

- 60 anos de psicologia, 11º Congresso Nacional de Psicologia – CNP sendo o segundo com a presença de quatro mulheres indígenas;

- 57 anos de psicologia e somente em 2016 tivemos a primeira indígena conselheira Nita Tuxá, CRP-20;

- Em 2020 tivemos mais uma indígena conselheira, Vanessa Terena, CRP-14;

- São 25 anos da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia e somente em 2020 tivemos a primeira indígena como membra convidada da comissão Thaynara Xerente;

- Em 2021, saiu para consulta a primeira Referência Técnica para a atuação de Psicólogas/os junto aos Povos Indígenas, escrita por especialistas indígenas Nita Tuxá e Ednaldo Xucuru;

- Em 2020, tivemos o marco da constituição da Articulação Brasileira de Indígenas Psicólogas/os – ABIPSI .

Apesar de parecer que esta caminhada se inicia agora, ela é uma caminhada ancestral. Neste sentido, é preciso defendermos e assegurarmos a presença e autonomia desses povos e seus respectivos saberes.

O vazio e o ligamento entre o sujeito e a sua memória e ancestralidade, é a sua própria história. Que possamos neste espaço importante da concepção Pintada de Genipapo e Urucum fazermos história na psicologia para e com indígenas. Ancestralizar para (re)existir!

Moção 13: Moção pela Revogação da Emenda Constitucional 95

A EC- 95 congelou por 20 anos os investimentos públicos em áreas como Saúde, Assistência, Segurança, Educação. Os efeitos já estão sendo sentidos pela população, sobretudo os grupos sociais mais vulneráveis. Muitos parlamentares que votaram sim já se arrependem.

A emenda 95, conhecida como a PEC da Morte (PEC 241/2016 , quando em tramitação na Câmara dos Deputados e PEC 55/2016, no Senado Federal), rompe com o pacto firmado na CF de 88 que versa sobre a garantia de direitos de responsabilidade do estado.

Os investimentos públicos precisam acompanhar o crescimento da demanda e a manutenção deste congelamento já promove e seguirá promovendo efeitos catastróficos em todos os indicadores sociais do país, sobretudo considerando a calamidade pública imposta pela pandemia da COVID-19 e a precarização das condições de vida da população.

É urgente que o Brasil retome o investimento em políticas públicas para sustentar a garantia de direitos e respeitar seu povo. Neste sentido, reivindicamos aos/as parlamentares do Congresso Nacional a revogação da EC- 95.

Moção 14: Repúdio sobre a Exclusão de Psicólogas Imigrantes Formadas no Brasil e não Naturalizadas nas Gestões do Sistema Conselho

A partir desta moção, solicitamos ao Conselho Federal de Psicologia o processo de incidência quanto a reflexão sobre a Lei 5.766/ 71 e a Lei 9.527/ 97 junto ao legislativo e consequente revisão do regimento interno referente a votação de conselheiras/os postulantes a este cargo para as próximas eleições do Sistema Conselho para que as psicólogas de outras nacionalidades formadas e atuante com CRP ativo no Brasil não naturalizadas possam ser elegíveis a esta função.

Segundo as normativas citadas, somente estão elegíveis para o cargo pessoas que possuem nacionalidade brasileira, excluindo psicólogas de outras nacionalidades e que não optaram por realizar a naturalização a concorrerem ao cargo de conselheira.

Destaca-se que em consulta ao Conselho Federal de Psicologia não existem dados atualizados sobre o quantitativo de psicólogas nascidas em outros países cadastradas no sistema conselho. Reforçando a invisibilidade da temática, com isso a omissão deste dado fica impossível mensurar o quantitativo de pessoas excluídas a postularem o cargo de conselheira.

Se queremos uma psicologia que seja plural e diversa, devemos considerar também as psicólogas de outras nacionalidades a exercerem o seu direito de cidadania e de participação social neste espaço democrático. A vedação de participação política de estrangeiros no Brasil é um resquício do revogado Estatuto do Estrangeiro, lei datada na Ditadura Militar que cerceia os direitos políticos e de cidadania da pessoa migrante no Brasil.

Trazemos o relato de uma companheira psicóloga acerca do tema:

“Vim muito pequena ao Brasil, com 2 anos, então isso traz para mim um apagamento da condição de migrante, porque todo mundo assume que eu sou quase brasileira, mas isto é falso. Se fosse brasileira, poderia minimamente ter representatividade no conselho na categoria na qual pertença, que é a psicologia, mas nem isso. Além de não votar nas eleições legislativas além de não poder aspirar a cargos públicos e por aí vai... Teria que me naturalizar obrigatoriamente para poder participar destes espaços e eu resisto” imigrante chilena, psicóloga.

A partir do exposto, convidamos as/os delegadas/os deste Congresso a refletirmos sobre as práticas excludentes da nossa categoria e iniciar a partir desse movimento de repúdio o processo reflexivo quanto a temática.

Moção 15: Repúdio a Condutas Racistas no 11º CNP

Não basta discutirmos pautas sobre racismo e antirracismo sem denunciarmos o que está acontecendo aqui e agora. Vamos direto ao ponto: nos trabalhos de grupo na sexta-feira (03/06/2022) em alguns grupos homens e mulheres pretas tiveram suas falas invalidadas e interrompidas insistentemente. No sábado, dia 04/06/2022, no início da fala da colega Ivani Oliveira, um seleto grupo de psicólogas ensaiou uma vaia e em seguida deixou o auditório,

NÃO IREMOS NOS CALAR!

E não admitimos que condutas assim, racistas, continuem sendo perpetradas entre os nossos, é preciso falar, apontar e constranger. Como bem disse a artista Tatiana Nascimento: “Antirracismo manso é delírio colonial da branquitude”.

Nós, pessoas brancas, temos que ir para além do incômodo da indignação e construir ações. Ser aliada da luta antirracista é estar disposta a abrir mão dos privilégios que a branquitude traz. Falamos tanto em uma psicologia diversa para todos, todas e todes, mas somente com o sistema de cotas estamos vivenciando uma plenária tão plural.

Vale salientar que esta mesma política de cotas foi aprovada em APAF para composição de chapas após muita discussão e resistência pela aceitação, pautada numa inviabilidade de montar grupos diversos afirmando-se não haver psicólogas negras, indígenas, trans, pessoas com deficiência e povos tradicionais, tese que a gente vê ser lindamente derrubada nesse 11º CNP.

Quando eu sou antirracista, abro mão de privilégios e lugares de poder. Uma Psicologia Antirracista significa que a branquitude precisa levantar desse lugar para que uma pessoa preta sente, que o foco saia de nós. E aí eu pergunto: estamos dispostas a abrir mão desse poder?

Nós, branquitude, pedimos retratação formal da mesa de abertura composta

somente por pessoas brancas e pedimos desculpas pelos atos racistas cometidos neste espaço de construção política.

Moção 16: Por uma Ética Antirracista

Um dos objetivos do Congresso Nacional de Psicologia (CNP) é a construção de um espaço de discussão e transformação do funcionamento e das ações dos Conselhos de Psicologia. Sendo assim, acreditamos ser incompatível que este espaço possa se estruturar, produzir, reproduzir e consentir com qualquer forma de discriminação, e aqui em especial a discriminação racial. Neste contexto, nós psicólogos negres, viemos por meio desta moção repudiar veementemente as atitudes racistas que ocorreram ao longo da manifestação do dia 04/06/2022 “Não ando só!”, realizada pelo grupo de psicólogos negres em pesar pelas vidas negras assassinadas neste país que, comunitariamente, almejavam a valoração da Vida Negra e de nossa visibilidade como psicólogos negres, o que torna necessário lembrar do óbvio: atitudes como deboche, vaias e até mesmo falas de menosprezo, nesse contexto, são expressões que caracterizam discriminação racial. E expressões violentas e de silenciamento, que, infelizmente, ocorreram na plenária.

A Psicologia Brasileira como ciência e profissão que se coloca categoricamente contra quaisquer formas de violência, discriminação e preconceitos reafirma seu compromisso ético, cultural, político e social no sentido de não compactuar com quaisquer atitudes, comportamentos, ações ou omissões que possam trazer impactos à subjetividade do outro.

Deste modo: considerando os princípios fundamentais, sobretudo, o artigo II:

O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Considerando que o preconceito racial humilha e a humilhação social faz sofrer;

Art. 5º – Os psicólogos não colaborarão com eventos ou serviços que sejam de natureza discriminatória ou contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias.

Nos faz refletir sobre a atitude ocorrida no dia 04/06/2022 por parte de algumas psicólogas e psicólogos delegados no 11º CNP representa uma violência, haja vista que, não se pode acreditar e aceitar que quem pratica racismo o faz de forma inconsciente, sobretudo, por ser um comportamento socialmente reprovável. Aliás, não se pode mais aceitar que o racismo seja algo corriqueiro em nossa sociedade atual.

O racismo existe. E, conseqüentemente não é porque não o vemos se manifestar o tempo todo que se pode dizer que ele não esteja aí. Infelizmente este não foi o caso, o racismo se fez presente, esteve encarnado e representado por meio de vaias, gestos e de ações com objetivo de silenciar e violentar.

Moção 17: Compromisso com a Reparação às Mulheres do Brasil! Pela Vida das Mulheres, Crianças e Adolescentes.

Nós psicólogas, psicólogos e psicólogas reunidas no 11º CNP, nos solidarizamos com as mulheres / mães atingidas pela violência institucional promovida pelo Estado brasileiro com o uso da Lei de Alienação Parental – LAP, Lei no 12.318/2010, e Lei 14.340/18 de maio deste ano. exigindo urgente revogação dessas leis, posição coerente com as recentes recomendações dos conselhos – CNS e CNDH que, de uma maneira resumida afirmam a necessidade das revogações bem como a adoção de medidas de proibição do uso de termos sem reconhecimento científico, como síndrome de alienação parental, entre outros, e Conselho Nacional de Direitos Humanos. RECOMENDAÇÃO No 62, de 18 de março

de 2022. Recomenda-se a rejeição ao PL no 7.352/2017, bem como a adoção de medidas de proibição do uso de termos sem reconhecimento científico, como síndrome de alienação parental, o qual é proibido e rechaçado por organizações internacionais importantes como OMS, ONU, APA, CIDH, além de contrariar as pesquisas relevantes no nosso país sobre a realidade da violência doméstica e familiar..

Do ponto de vista da nossa profissão e ciência, a LAP deve ser entendida como uma norma medicalizante e patologizante, além de ser manicomial, na medida que prevê tratamento e internação compulsória, contrariando frontalmente a Lei 10.216/2001 (Reforma Psiquiátrica) e a Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a qual o Estado Brasileiro é signatário.

Moção 18: Apoio à Solicitação Estudantil do Direito ao Voto e Participação Ampliada nos Congressos Regionais e Nacional da Psicologia.

Nós, delegadas, delegados e delegades do 11º CNP, manifestamos apoio à solicitação estudantil de ampliação da participação no Congresso Nacional da Psicologia; de assegurar o direito à voz e ao direito ao voto no processo congressual do Sistema Conselhos de Psicologia, que vem sendo reafirmado, a cada triênio, como forma de gestão dos conselhos de psicologia, sendo estratégia de aplicação democrática da Lei nº 5.766/1971. Considerando que os congressos sejam instrumento e estratégia de construção participativa e capilarizada para as diretrizes a serem cumpridas pelos triênios de gestão, e que estudantes contribuem na elaboração de propostas e nos debates prévios ao Plenário do CNP, onde são aprovadas as diretrizes pelas representações regionais eleitas, entre psicólogas, psicólogos e psicólogues regularmente inscritas(os/es), recomendamos que, no próximo triênio sejam consideradas formas legais de: contemplar o voto de estudantes nas etapas de elaboração

de propostas – Pré-Coreps e grupos dos eixos; apoiar a organização autônoma do movimento estudantil para a eleição de representantes para os COREPs e implementar uma forma de participação proporcional com direito ao voto na plenária dos Congressos, de forma representativa do coletivo de estudantes, assegurando o já consolidado direito à voz e em reconhecimento da incidência política de discentes da psicologia no presente e no futuro da profissão. Oportunizar a participação pelo voto à representação estudantil é reafirmar o compromisso da psicologia com o mundo plural e o caráter democrático que almejamos em nossa categoria. As diretrizes e o como faremos a Psicologia é indissociável ao exercício profissional, mas apontar políticas pode e deve requerer novas vezes, de modo que a participação de estudantes é uma possibilidade de se pensar novos paradigmas mais plurais e cada vez mais democráticos.

Moção 19: Pela Revogação da Portaria GM/MS nº 596, de 22 de março de 2022

Em 22 de março de 2022 o Ministério da Saúde promoveu mais um retrocesso nas políticas de saúde mental, mediante a publicação da Portaria nº 596, revogando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017 o Incentivo Financeiro de Custeio Mensal para o Programa de Desinstitucionalização Integrante do Componente Estratégias de Desinstitucionalização da RAPS e o Programa de Desinstitucionalização Integrante do Componente Estratégias de Desinstitucionalização da RAPS, bem como os dispositivos e documentos relacionados à desinstitucionalização da RAPS. Trata-se de estratégias que visam garantir às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, em situação de internação de longa permanência, o cuidado integral por meio de estratégias substitutivas ao modelo hospitalocêntrico, na perspectiva da garantia de direitos com a promoção

de autonomia e o exercício de cidadania, buscando-se sua progressiva inclusão social.

Concomitantemente, em 31 de março de 2022, o Ministério da Cidadania publicou o Edital de Chamamento Público nº 3/2022, a fim de selecionar Organizações da Sociedade Civil (OSC) que prestem atendimento como hospital psiquiátrico, nas modalidades de internação, hospital-dia, ambulatório e/ou pronto atendimento. O termo de colaboração será celebrado com a Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (Senapred) do Ministério da Cidadania para a execução de projetos de cuidado, tratamento e/ou reinserção social de pessoas com problemas decorrentes do uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas. O texto do chamamento desqualifica como “miopia ideológica” a redução de do modelo hospitalocêntrico e psiquiátrico.

A combinação destas duas publicações retira do SUS dispositivos e recursos de cuidado em liberdade do SUS e investe recursos em organizações que sequer fazem parte das políticas de saúde para fortalecer o enclausuramento manicomial em hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas.

Várias organizações já fizeram manifestações contrárias à Portaria 596/ 22, vozes às quais o Sistema Conselhos de Psicologia se une neste ato.

É urgente que a Portaria 596/ 22 seja revogada e que o Edital de Chamamento Público nº 3/2022 do Ministério da Cidadania seja anulado, para garantir o direito ao cuidado em liberdade das pessoas com sofrimento ou transtorno mental e/ou com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. Neste sentido, reivindicamos ao Poder Executivo Nacional a revogação da Portaria 596/ 22 e a anulação do Edital de Chamamento Público nº 3/2022 do Ministério da Cidadania.

Moção 20: Repúdio ao Desfinanciamento dos Dispositivos Públicos da RAPS e ao Investimento Público em Instituições de Caráter Asilar e Institucionalizante

O campo da Saúde Mental, no Sistema Único de Saúde (SUS), tem sofrido retrocessos desde 2017. Como exemplos recentes, a Portaria GM/MS 596/ 22 que propõe cortar o financiamento do Programa de Desinstitucionalização e o lançamento de um edital que direciona investimentos massivos para hospitais psiquiátricos. Entidades de saúde levantaram-se, então, para combater as medidas que, ao isolar pessoas com problemas de saúde mental, contrariam os parâmetros de cuidado comunitário em liberdade, elaborados pela Reforma Psiquiátrica Brasileira.

A luta pelos direitos de pessoas em sofrimento psíquico se intensifica este ano, durante a Conferência Nacional de Saúde Mental, em novembro, e em eventos regionais preparatórios para ela.

Nos primeiros meses da pandemia, quando o distanciamento social foi mais intenso, todos pudemos perceber como o isolamento é adoecedor. O confinamento não pode ser sinônimo de tratamento. Nesse momento, também ficou explícita a importância dos profissionais desse campo. Nesta crise, enquanto trabalhadores de postos de saúde e hospitais lutavam para tratar a COVID-19, as Redes de Atenção Psicossocial (RAPS) agiam bravamente para manter os cuidados das/os usuárias/os mais vulneráveis.

O desmonte das políticas de saúde mental tem em uma de suas bases o financiamento público crescente e desproporcional de comunidades terapêuticas – frequentemente ligadas a grupos políticos religiosos – em detrimento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Não é de hoje que governos buscam pelo controle de corpos, e é preciso compreender que o que está em jogo é a versão atualizada da mercantilização da loucura, ou seja, existem (e sempre existiram)

setores da sociedade interessados em tomar fatias do investimento público e comercializar estruturas hospitalares e manicomial de confinamento e controle dos corpos.

Num país cada vez mais desigual, com retirada de direitos básicos, enormes hiatos separam e segregam populações vulnerabilizadas e marcadas pelos eixos de opressão capacitista, de gênero, raça, classe, sexualidades e outros. Neste aspecto, encaminhamos este pedido pelo fortalecimento e manutenção do financiamento da RAPS, em uma perspectiva de defesa do cuidado em liberdade, em todas as esferas de governo, e a retirada imediata do repasse público financeiro às comunidades terapêuticas.

Moção 21: Repúdio e Indignação ao Descaso e Violações de Direitos Humanos Sofridos ante as Chuvas Intensas em Pernambuco

Nós, profissionais e estudantes de Psicologia participantes do 11º CNP, manifestamos o nosso repúdio e indignação às graves e inaceitáveis violações sistemáticas de direitos humanos praticadas pelo poder público durante o período de chuvas intensas em Pernambuco, sobretudo, da negligência de cuidados permanentes e enfrentamento às situações degradantes vividas pelas populações mais vulnerabilizadas, adotada pelas esferas de governo brasileiro, que culminaram (dentro outras violações e questões), só em maio de 2022, na perda de mais de 120 vidas e mais de nove mil desabrigamentos, e ainda gerando processos de sofrimentos a inúmeras famílias. Apelamos ao Sistema Conselhos de Psicologia para que se articule junto à categoria, bem como aos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) e demais organismos que se fizerem necessários, realizando debates, incidências, denúncias e demais mobilizações necessárias nos âmbitos nacionais e locais para que sejam adotadas as medidas necessárias ao enfrentamento à vulnerabilidade de populações com vivências em comunidades e seus territórios, levando em conta os recortes

interseccionais desta população, caracterizada como negra, periférica, ribeirinhas e de baixo poder econômico, para o desenvolvimento e a implantação/implementação de políticas públicas para ações de prevenção, preparação, resposta e reconstrução frente às enchentes e deslizamentos. O estado de Pernambuco é geograficamente propenso a sofrer com os impactos das fortes chuvas, uma vez que é recortado por diversos rios e mares, e historicamente tem enfrentado situações recorrentes de catástrofes pela falta de políticas públicas adequadas relacionadas a planejamento urbano, redução de risco, entre outros, potencializando danos. Portanto, os desastres não podem ser atribuídos apenas a fenômenos naturais, já que estão diretamente relacionados ao modelo de gestão e desenvolvimento adotados pelo poder público.


AFIRMAMOS QUE DESASTRES
NÃO SÃO NATURAIS!!!

A PSICOLOGIA NA GESTÃO DO RISCO
INTEGRAL E NAS EMERGÊNCIAS E DESASTRES
LUTARÁ POR JUSTIÇA E REPARAÇÃO,
PARA QUE NUNCA SE ESQUEÇA, PARA
QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA!!!

Moção 22: Direito a Acessibilidade de em LIBRAS e a Garantia ao Trabalho dos Intérpretes com Qualidade.

Delegação CRP 17

Venho por meio deste, solicitar essa moção, pois não fui contemplada com o direito a acessibilidade em LIBRAS, vale salientar que em dois momentos deste evento, foi negada a minha condição de acessibilidade. Na sexta-feira dia 03 de junho de 2022, iniciou os grupos de trabalho, onde fui direcionada para o grupo 01 do eixo 03, no momento do destaque, fui me expressar na Língua Brasileira de Sinais para o português, e o intérprete presente não contemplou minha fala. No dia 04 de junho deste mesmo ano, novamente em assembleia, no momento, em que tentei me expressar novamente não fui contemplada, onde



o intérprete absurdamente falou que não estava sendo pago para fazer a versão voz, entendo, que conforme a lei de número 10.436 de 2002 dispõe que as interpretações devem ser realizadas, de duas formas, sendo elas: do português para LIBRAS e da LIBRAS para o português. Então, não compreendo a indisponibilidade da interpretação na versão voz, tendo em vista, que a lei de garantia de acessibilidade existe para sanar as barreiras de comunicação.

ANEXO 1: DELEGAÇÕES PRESENTES NO 11º CNP

Como se define uma delegação de CRP para o CNP?

De acordo com o Regulamento do 11º CNP:

Art. 45. O quórum mínimo para os COREPS será definido a partir dos seguintes critérios:

§ 1º CRITÉRIO PARA BASE FIXA

CRP até 3.000 inscritas : 8 delegadas

CRP de 3.001 a 10.000 inscritas : 12 delegadas

CRP acima de 10.000 inscritas : 15 delegadas

§ 2º CRITÉRIO DE MOBILIZAÇÃO

Para cada dez participantes presentes na hora da votação de delegadas no COREP será garantida a participação de mais uma delegada.

Soma-se esta à base fixa.

Parágrafo único. O número máximo de delegadas por regional será de quarenta delegadas.

Assim, quando o CRP atinge o quórum mínimo de participantes no Corep, ele pode levar essa quantidade de psicólogas pelo critério de base fixa para o CNP. Caso não atinja o quórum mínimo, pode levar ao CNP apenas a quantidade de psicólogas presentes no Corep.

Alcançado o quórum mínimo, o CRP ainda pode aumentar a quantidade de delegadas presentes no CNP, de acordo com o critério de mobilização.

Por isso, a quantidade de psicólogas por delegação de regional varia tanto. Essa variação se dá primeiro pela quantidade de psicólogas inscritas em cada regional e, segundo, pela mobilização do CRP para garantir grande participação da categoria no Corep.

A seguir, podem ser vistas as listas de participantes de cada CRP no CNP:

NOME	CRP	D/E
Adélia Capistrano	CRP-01 (DF)	Delegada(o)
Carolina Saraiva	CRP-01 (DF)	Delegada(o)
Luciano de Sá	CRP-01 (DF)	Delegada(o)
Lura Machado Costa	CRP-01 (DF)	Delegada(o)
Rafael Gonçalves	CRP-01 (DF)	Delegada(o)
Rafael Jefferson de Oliveira	CRP-01 (DF)	Delegada(o)
Thaynara Sousa Silva	CRP-01 (DF)	Delegada(o)
Thessa Guimarães	CRP-01 (DF)	Delegada(o)
Emanuele Páscoa de Jesus	CRP-01 (DF)	Estudante
Roknaldo Pereira dos Santos	CRP-01 (DF)	Estudante
Anamaria Carneiro	CRP-02 (PE)	Delegada(o)
Marcos Mucarbel	CRP-02 (PE)	Delegada(o)
Alda Roberta Campos	CRP-02 (PE)	Delegada(o)
Adriana Paula Miranda	CRP-02 (PE)	Delegada(o)
Maria de Jesus Moura	CRP-02 (PE)	Delegada(o)
Telma Maria de Melo	CRP-02 (PE)	Delegada(o)
Getúlio Sobral	CRP-02 (PE)	Delegada(o)
Larissa Farias	CRP-02 (PE)	Delegada(o)
Daniel Coelho Brandão	CRP-02 (PE)	Delegada(o)
Phillipe Diego Lima	CRP-02 (PE)	Delegada(o)
Daniele Cristine Rabello	CRP-02 (PE)	Delegada(o)
Conceição Costa	CRP-02 (PE)	Delegada(o)
Maria da Conceição Moura	CRP-02 (PE)	Delegada(o)
Geralda Maria da Silva	CRP-02 (PE)	Delegada(o)
Marcos Paulo Cavalcanti	CRP-02 (PE)	Delegada(o)
Whanderson Santana	CRP-02 (PE)	Delegada(o)
Renê Marcelino Júnior	CRP-02 (PE)	Delegada(o)
Renê Marcelino Júnior	CRP-02 (PE)	Delegada(o)
Maria da Conceição Pereira	CRP-02 (PE)	Delegada(o)
Vitória Sthephany Pereira da Silva	CRP-02 (PE)	Estudante
João Fidel Ferreira Marques dos Prazeres	CRP-02 (PE)	Estudante
Aderilson Anunciação de Oliveira	CRP-03 (BA)	Delegada(o)
Ana Caroline Moura Cabral	CRP-03 (BA)	Delegada(o)
Anderson de Jesus Ferreira Sena	CRP-03 (BA)	Delegada(o)
Ariane Moreira de Senna	CRP-03 (BA)	Delegada(o)

NOME	CRP	D/E
Atanael Ribeiro da Silva Weber	CRP-03 (BA)	Delegada(o)
Catiana Nogueira dos Santos	CRP-03 (BA)	Delegada(o)
Eurisa Maria de Santana	CRP-03 (BA)	Delegada(o)
Fabrcia Pereira da Silva	CRP-03 (BA)	Delegada(o)
Itaynara Rodrigues Silva	CRP-03 (BA)	Delegada(o)
Juliana Santos da Silva	CRP-03 (BA)	Delegada(o)
Manoela de Oliveira Lainetti	CRP-03 (BA)	Delegada(o)
Matheus de Souza Santana	CRP-03 (BA)	Delegada(o)
Milena Nogueira Azevedo	CRP-03 (BA)	Delegada(o)
Monaliza Cirino de Oliveira	CRP-03 (BA)	Delegada(o)
Natani Evlin Lima Dias	CRP-03 (BA)	Delegada(o)
Paula Cunha de Jesus	CRP-03 (BA)	Delegada(o)
Priscila Barbosa Lins	CRP-03 (BA)	Delegada(o)
Ritiane Xavier da Silva	CRP-03 (BA)	Delegada(o)
Taciana Albuquerque Rafael	CRP-03 (BA)	Delegada(o)
Washington Luan Gonçaves de Oliveira	CRP-03 (BA)	Delegada(o)
Wellington da Rocha Almeida	CRP-03 (BA)	Delegada(o)
Ageu Reis dos Santos Cardoso	CRP-03 (BA)	Estudante
Iranildes Cerqueira Aquino	CRP-03 (BA)	Estudante
Anderson Nazareno Matos	CRP-04 (MG)	Delegada(o)
Breno Stefano Martins Figueiredo	CRP-04 (MG)	Delegada(o)
Delcio Fernando Guimarães Pereira	CRP-04 (MG)	Delegada(o)
Evely Najjar Capdeville	CRP-04 (MG)	Delegada(o)
Henrique Galhano Balieiro	CRP-04 (MG)	Delegada(o)
Jéssica Gabriella de Souza Isabel	CRP-04 (MG)	Delegada(o)
Liliane Martins	CRP-04 (MG)	Delegada(o)
Lourdes Aparecida Machado	CRP-04 (MG)	Delegada(o)
Ricardo Figueiredo Moretzohn	CRP-04 (MG)	Delegada(o)
Suellen Ananda Fraga	CRP-04 (MG)	Delegada(o)
Cristiane Nogueira	CRP-04 (MG)	Delegada(o)
Natália Gabriele Silva	CRP-04 (MG)	Delegada(o)
Lucinara Oliveira	CRP-04 (MG)	Delegada(o)
Marleide Marques de Castro	CRP-04 (MG)	Delegada(o)
Luis Henrique de Souza Cunha	CRP-04 (MG)	Delegada(o)
Ted Nobre Evangelista	CRP-04 (MG)	Delegada(o)

NOME	CRP	D/E
Celso Francisco Tondin	CRP-04 (MG)	Delegada(o)
Raquel Lázara Alves Severino	CRP-04 (MG)	Delegada(o)
Charles Magalhães de Araújo	CRP-04 (MG)	Delegada(o)
Daniela Aparecida dos Reis	CRP-04 (MG)	Delegada(o)
José Miguel Silva Ocanto	CRP-04 (MG)	Estudante
Tuty Veloso Coura Guimarães	CRP-04 (MG)	Estudante
Céu Silva Cavalcanti	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Julia Horta Nasser	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Caíque Azael Ferreira da Silva	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Conceição de Maria Gama Carvalho Mathias	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Maycon da Silva Pereira	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Juliana Gomes da Silva	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Victoria Antonieta Tapia Gutiérrez	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Francyne dos Santos Andrade	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Viviane Siqueira Martins	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Micael Jayme Casarin Castagna	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Thaís Vargas	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Jorge Peixoto	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Claudia Simoes Carvalho	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Mônica Valéria Affonso Sampaio	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Rodrigo Acioli Moura	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Erika Barbosa de Araújo	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Assucena Alves dos Santos Assis	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Lucas Gabriel de Matos Santos	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Thaís Lourenço	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Luciana Janeiro Silva	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Marinaldo Silva Santos	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Yvanna da Silva Brito	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Luiz Antônio Braga de Farias Júnior	CRP-05 (RJ)	Delegada(o)
Mykaella Moreira dos Anjos	CRP-05 (RJ)	Estudante
Suelen de Lima Thomaz Saturnino	CRP-05 (RJ)	Estudante
Ivani Francisco de Oliveira	CRP-06 (SP)	Delegada(o)
Davi Ruivo Fernandes	CRP-06 (SP)	Delegada(o)
Rodrigo Toledo	CRP-06 (SP)	Delegada(o)

NOME	CRP	D/E
Cinthia Cristina da Rosa Villas Boas	CRP-06 (SP)	Delegada(o)
Celia Zenaide da Silva	CRP-06 (SP)	Delegada(o)
Jéssica dos Santos Moreira Pavanelli	CRP-06 (SP)	Delegada(o)
Gabriela Roma Andrade dos Santos	CRP-06 (SP)	Delegada(o)
Bruno Correia da Mota	CRP-06 (SP)	Delegada(o)
Eduardo de Menezes Pedroso	CRP-06 (SP)	Delegada(o)
Fernanda Lou Sans Magano	CRP-06 (SP)	Delegada(o)
Ione Aparecida Xavier	CRP-06 (SP)	Delegada(o)
Juliana Cristina Bessa	CRP-06 (SP)	Delegada(o)
Lilian Suzuki	CRP-06 (SP)	Delegada(o)
Luciane de Almeida Jabur	CRP-06 (SP)	Delegada(o)
Marcelo Ferreira Schiavo	CRP-06 (SP)	Delegada(o)
Maria da Penha Tamburu Ivanchuk Lopes	CRP-06 (SP)	Delegada(o)
Marília Alves dos Santos	CRP-06 (SP)	Delegada(o)
Mônica Marques dos Santos	CRP-06 (SP)	Delegada(o)
Regiane Aparecida Piva	CRP-06 (SP)	Delegada(o)
Rogério Giannini	CRP-06 (SP)	Delegada(o)
Sandra Elena Sposito	CRP-06 (SP)	Delegada(o)
Tatiane Rosa da Silva	CRP-06 (SP)	Delegada(o)
Wilson Flávio Lourenço Nogueira	CRP-06 (SP)	Delegada(o)
Josivaldo Romão Ferraz	CRP-06 (SP)	Estudante
Marina Marcelino Santos	CRP-06 (SP)	Estudante
Cristina Schwarz	CRP-07 (RS)	Delegada(o)
Denise Silva Motta dos Santos	CRP-07 (RS)	Delegada(o)
Eliana Sardi Bortolon	CRP-07 (RS)	Delegada(o)
Fabiane Konowaluk Santos Machado	CRP-07 (RS)	Delegada(o)
Fernanda Francisca da Silva	CRP-07 (RS)	Delegada(o)
Flavia Flach	CRP-07 (RS)	Delegada(o)
Gilberto Gerson	CRP-07 (RS)	Delegada(o)
Glaucia Maria Dias Fontoura	CRP-07 (RS)	Delegada(o)
Izabel Cristina Dalagno	CRP-07 (RS)	Delegada(o)
Jocelia da Cruz de Almeida	CRP-07 (RS)	Delegada(o)
Maria Dornelles de Araujo Ribeiro	CRP-07 (RS)	Delegada(o)
Maynar Patricia Vorga Leite	CRP-07 (RS)	Delegada(o)
Miriam Cristiane Alves	CRP-07 (RS)	Delegada(o)

NOME	CRP	D/E
Roberta da Silva Gomes	CRP-07 (RS)	Delegada(o)
Samantha Torres	CRP-07 (RS)	Delegada(o)
Sandra Correia	CRP-07 (RS)	Delegada(o)
Thayna Miranda da Silva	CRP-07 (RS)	Delegada(o)
Jordan Severo de Mello	CRP-07 (RS)	Estudante
Edelvan José Girardi	CRP-07 (RS)	Estudante
Gustavo Sousa da Costa	CRP-07 (RS)	Estudante
Paulo César de Oliveira	CRP-08 (PR)	Delegada(o)
Griziele Martins Feitosa	CRP-08 (PR)	Delegada(o)
Sônia de Fátima dos Santos Pego	CRP-08 (PR)	Delegada(o)
Pamela Cristina Salles da Silva	CRP-08 (PR)	Delegada(o)
Suzete Ferreira dos Santos	CRP-08 (PR)	Delegada(o)
Kathia Regina Galdino de Godoy	CRP-08 (PR)	Delegada(o)
Paulo Vitor Palma Navasconi	CRP-08 (PR)	Delegada(o)
Marilda Gonçalves Dias Facci	CRP-08 (PR)	Delegada(o)
Celia Mazza de Souza	CRP-08 (PR)	Delegada(o)
Simone Cristina Gomes	CRP-08 (PR)	Delegada(o)
Sara Gladys Toninato	CRP-08 (PR)	Delegada(o)
Marina de Pol Poniwas	CRP-08 (PR)	Delegada(o)
Fabio Jose Orsini Lopes	CRP-08 (PR)	Delegada(o)
Adriana Tie Maejima	CRP-08 (PR)	Delegada(o)
Joao Batista Martins	CRP-08 (PR)	Delegada(o)
Luccas Danniell Maier Cechetto	CRP-08 (PR)	Delegada(o)
Ana Ligia Bragueto Costa	CRP-08 (PR)	Delegada(o)
Sergio Bezerra Pinto Junior	CRP-08 (PR)	Delegada(o)
Camila Beatriz Klein	CRP-08 (PR)	Delegada(o)
Drielle Sanches	CRP-08 (PR)	Delegada(o)
Carolina Pinheiro Silva de Almeida Prado	CRP-08 (PR)	Estudante
Silvana de Fátima Vicente	CRP-08 (PR)	Estudante
Cândido Renato Alves de Oliveira	CRP-09 (GO)	Delegada(o)
Cleucydia Lima da Costa	CRP-09 (GO)	Delegada(o)
Fabianna Gonçalves Ferreira	CRP-09 (GO)	Delegada(o)
Kassiely Rita Fatima Sobrinho Forzani	CRP-09 (GO)	Delegada(o)
Luciana Bandeira Campos de Oliveira	CRP-09 (GO)	Delegada(o)
Luciano Pinheiro Viana	CRP-09 (GO)	Delegada(o)

NOME	CRP	D/E
Marco Aurelio da Silva Lima	CRP-09 (GO)	Delegada(o)
Mauricio Alves de Sousa	CRP-09 (GO)	Delegada(o)
Rivanara Napoli	CRP-09 (GO)	Delegada(o)
Silvia Patrycia Ferreira de Moraes	CRP-09 (GO)	Delegada(o)
Wadson Arantes Gama	CRP-09 (GO)	Delegada(o)
Karita Thuanne de Melo Pereira	CRP-09 (GO)	Estudante
Alexander Morais de Oliveira	CRP-10 (PA/AP)	Delegada(o)
Andrei Figueiredo de Barbosa	CRP-10 (PA/AP)	Delegada(o)
Antônio Augusto da Costa Severo	CRP-10 (PA/AP)	Delegada(o)
Daiane Gasparetto da Silva	CRP-10 (PA/AP)	Delegada(o)
Eloísa Amorim de Barros	CRP-10 (PA/AP)	Delegada(o)
Felipe Freitas Telles	CRP-10 (PA/AP)	Delegada(o)
Fernanda Teixeira de Barros Neta	CRP-10 (PA/AP)	Delegada(o)
Giane Silva Santos Souza	CRP-10 (PA/AP)	Delegada(o)
Ingrid Sabrina Batista Costa	CRP-10 (PA/AP)	Delegada(o)
João Victor Cordeiro da Rocha	CRP-10 (PA/AP)	Delegada(o)
Larissa Azevedo Mendes	CRP-10 (PA/AP)	Delegada(o)
Laurana Bandeira Ferreira Maciel	CRP-10 (PA/AP)	Delegada(o)
Letícia Maria Soares Palheta	CRP-10 (PA/AP)	Delegada(o)
Lorena Cunha de Souza	CRP-10 (PA/AP)	Delegada(o)
Luis Vagner Dias Caldeira	CRP-10 (PA/AP)	Delegada(o)
Luiz Romano da Motta Araújo Neto	CRP-10 (PA/AP)	Delegada(o)
Paula Carmem Alvarez da Silva Melo	CRP-10 (PA/AP)	Delegada(o)
Raquel Santos Almeida	CRP-10 (PA/AP)	Delegada(o)
Arjunuyra Nascimento Furtado	CRP-10 (PA/AP)	Estudante
Elizabeth de Paula Melo Sullyvan	CRP-10 (PA/AP)	Estudante
Maxwell Guimarães Lima Barros	CRP-10 (PA/AP)	Estudante
Yara Millena Silva Freitas	CRP-10 (PA/AP)	Estudante
Brenda Pinheiro da Silva	CRP-11 (CE)	Delegada(o)
Darlan Aragão Evangelista	CRP-11 (CE)	Delegada(o)
Francisco Claudemi da Silva Campos	CRP-11 (CE)	Delegada(o)
Jheymison de Lima Silva	CRP-11 (CE)	Delegada(o)
Joyce Hilario Maranhão	CRP-11 (CE)	Delegada(o)
José Maria Nogueira Neto	CRP-11 (CE)	Delegada(o)
Jânder Carlos Soares Silva	CRP-11 (CE)	Delegada(o)

NOME	CRP	D/E
Kayline Macêdo Melo	CRP-11 (CE)	Delegada(o)
Larissa Gomes de Freitas	CRP-11 (CE)	Delegada(o)
Meire Nunes Viana	CRP-11 (CE)	Delegada(o)
Mércia Capistrano Oliveira	CRP-11 (CE)	Delegada(o)
Nagela Natasha Lopes Evangelista	CRP-11 (CE)	Delegada(o)
Niveamara Sidrac Lima Barroso	CRP-11 (CE)	Delegada(o)
Rayane Sales Nobre de Lima	CRP-11 (CE)	Delegada(o)
Roberta de Fatima Rocha Sousa	CRP-11 (CE)	Delegada(o)
Rafaela Alves Domingos	CRP-11 (CE)	Delegada(o)
Thatiane Ferreira da Silva	CRP-11 (CE)	Delegada(o)
Gesailton Yago Lucio de Lima	CRP-11 (CE)	Estudante
Quintina Kelley Paulino Nogueira	CRP-11 (CE)	Estudante
Cleidi Mara dos Santos	CRP-12 (SC)	Delegada(o)
Ematuir Teles de Sousa	CRP-12 (SC)	Delegada(o)
Jairo César Lunardi	CRP-12 (SC)	Delegada(o)
Yara Maria Moreira de Faria Hornke	CRP-12 (SC)	Delegada(o)
Karen Regina Niebuhr	CRP-12 (SC)	Delegada(o)
Maurício Nazaro	CRP-12 (SC)	Delegada(o)
Ana Cristina Vieira Cardoso de Vargas	CRP-12 (SC)	Delegada(o)
Cristiane dos Santos	CRP-12 (SC)	Delegada(o)
Geise Presa	CRP-12 (SC)	Delegada(o)
Janaína Henrique	CRP-12 (SC)	Delegada(o)
Leandro Araújo Freitas	CRP-12 (SC)	Delegada(o)
Maria Antonieta Brito Beck	CRP-12 (SC)	Delegada(o)
Norberto Puel	CRP-12 (SC)	Delegada(o)
Pedro Augusto Croce Carlotto	CRP-12 (SC)	Delegada(o)
Sabrina Guidi Valverde	CRP-12 (SC)	Delegada(o)
Sandra Regina de Barros de Souza	CRP-12 (SC)	Delegada(o)
Sarah Gisele Martins Klokner	CRP-12 (SC)	Delegada(o)
Synara Sepúlveda Sales	CRP-12 (SC)	Delegada(o)
Carolina Luisa Floriano	CRP-12 (SC)	Estudante
Henrique Flor Costa	CRP-12 (SC)	Estudante
Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega	CRP-13 (PB)	Delegada(o)
Arethusa Eire Moreira de Farias	CRP-13 (PB)	Delegada(o)
Carla de Sant'Ana Brandão Costa	CRP-13 (PB)	Delegada(o)

NOME	CRP	D/E
Clarissa Paranhos Guedes	CRP-13 (PB)	Delegada(o)
Cristiane Barbosa dos Santos	CRP-13 (PB)	Delegada(o)
Dayane Mirelly Pereira Rodrigues	CRP-13 (PB)	Delegada(o)
Fernanda Prudêncio da Silva	CRP-13 (PB)	Delegada(o)
Geyviane Kelly de Figueiredo Peres	CRP-13 (PB)	Delegada(o)
Giulliana Karla Santos de Lima Marques	CRP-13 (PB)	Delegada(o)
Nádia Patrícia Cordeiro Silva	CRP-13 (PB)	Delegada(o)
Ricard José Bezerra da Silva	CRP-13 (PB)	Delegada(o)
Ricardo Breno Fernandes Goes	CRP-13 (PB)	Delegada(o)
Simone Alves da Silva	CRP-13 (PB)	Delegada(o)
Vinicius Soares de Oliveira	CRP-13 (PB)	Delegada(o)
Maria Luíza Sousa de Albuquerque	CRP-13 (PB)	Estudante
Vanessa Silva de Souza,	CRP-14 (MS)	Delegada(o)
Tathiane Auxiliadora	CRP-14 (MS)	Delegada(o)
Ramos Cortez	CRP-14 (MS)	Delegada(o)
Marcos Costa Martinelle	CRP-14 (MS)	Delegada(o)
Vanilce Farias Gomes	CRP-14 (MS)	Delegada(o)
Maria Cristina Costa Rodrigues	CRP-14 (MS)	Delegada(o)
Walkes Jacques Vargas	CRP-14 (MS)	Delegada(o)
Norma Celiane Cosmo	CRP-14 (MS)	Delegada(o)
Evelin Rodrigues dos Santos Maccarini	CRP-14 (MS)	Delegada(o)
Giovanna Loubet Ávila	CRP-14 (MS)	Delegada(o)
Rosalice Lopes	CRP-14 (MS)	Delegada(o)
Claudia Mariola Moreira	CRP-14 (MS)	Delegada(o)
Jaqueline de Andrade Torres	CRP-14 (MS)	Delegada(o)
Jeferson Camargo Taborda	CRP-14 (MS)	Delegada(o)
Paulo Godofredo Barbosa de Carvalho	CRP-14 (MS)	Delegada(o)
Tanise de Oliveira Fernandes	CRP-14 (MS)	Delegada(o)
Débora Brugnoli Félix	CRP-14 (MS)	Estudante
Herica Cristiny Mesquita Santos Fernandes	CRP-14 (MS)	Estudante
Adriano Roberto Alves da Silva	CRP-15 (AL)	Delegada(o)
Anne Rodrigues Teles	CRP-15 (AL)	Delegada(o)
Bruno Gustavo Lins de Barros	CRP-15 (AL)	Delegada(o)
Christianne Lira de Farias	CRP-15 (AL)	Delegada(o)
Dilma Araujo Lacerda Freire	CRP-15 (AL)	Delegada(o)

NOME	CRP	D/E
Emylia Anna Ferreira Gomes	CRP-15 (AL)	Delegada(o)
Farley de Melo Carneiro	CRP-15 (AL)	Delegada(o)
Gustavo Barbosa Barros	CRP-15 (AL)	Delegada(o)
Laeuza Lucia da Silva Farias	CRP-15 (AL)	Delegada(o)
Leonardo Tenório Lins Pedrosa	CRP-15 (AL)	Delegada(o)
Maurício Luiz Marinho de Melo	CRP-15 (AL)	Delegada(o)
Valdivia Barboza de Oliveira	CRP-15 (AL)	Delegada(o)
Zaira Rafaela Lyra Mendonça	CRP-15 (AL)	Delegada(o)
Renata Kelly Alves de Carvalho Vasconcelos	CRP-15 (AL)	Estudante
Thiago Vinícius Carvalho Vasconcelos	CRP-15 (AL)	Estudante
Sabrina Ribeiro Cordeiro	CRP-16 (ES)	Delegada(o)
Edireusa Fernandes Silva	CRP-16 (ES)	Delegada(o)
Julia Pires	CRP-16 (ES)	Delegada(o)
Julia Carvalho dos Santos	CRP-16 (ES)	Delegada(o)
Rafael Dias Valencio	CRP-16 (ES)	Delegada(o)
Brenda Valéria Soares Rodrigues	CRP-16 (ES)	Delegada(o)
Marina Francisqueto Bernabé	CRP-16 (ES)	Delegada(o)
Diemerson Saquetto	CRP-16 (ES)	Delegada(o)
Danielli Merlo de Melo	CRP-16 (ES)	Delegada(o)
Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro	CRP-16 (ES)	Delegada(o)
Felipe Rafael Kosloski	CRP-16 (ES)	Delegada(o)
Tammy Andrade Motta	CRP-16 (ES)	Delegada(o)
Daniely de Oliveira Lorenzon Pereira	CRP-16 (ES)	Delegada(o)
Adriana Elisa de Alencar Macedo	CRP-16 (ES)	Delegada(o)
Thiago Pereira Machado	CRP-16 (ES)	Delegada(o)
Keli Lopes Santos	CRP-16 (ES)	Delegada(o)
Guilherme Gomes Strelow	CRP-16 (ES)	Estudante
Larissa Comper Scotta	CRP-16 (ES)	Estudante
João Maria Morais da Costa	CRP-17 (RN)	Delegada(o)
Marina Angélica Silva Queiroz	CRP-17 (RN)	Delegada(o)
Natália Campos da Silva	CRP-17 (RN)	Delegada(o)
Rafaela Conceição Olegário Siqueira	CRP-17 (RN)	Delegada(o)
Thiago da Silva Laurentino	CRP-17 (RN)	Delegada(o)
Ana Andrea Barbosa Maux	CRP-17 (RN)	Delegada(o)
Avrairan Fabrícia Alves Caetano Solon	CRP-17 (RN)	Delegada(o)

NOME	CRP	D/E
Carmem Plácida Sousa Cavalcante	CRP-17 (RN)	Delegada(o)
Esequiel Pagnussat	CRP-17 (RN)	Delegada(o)
Flávia Alves da Silva	CRP-17 (RN)	Delegada(o)
Iana Catarina de Araújo Viana	CRP-17 (RN)	Delegada(o)
Keyla Mafalda de Oliveira Amorim	CRP-17 (RN)	Delegada(o)
Pammella Lyenne Barbosa de Carvalho	CRP-17 (RN)	Delegada(o)
Robério Nunes Maia	CRP-17 (RN)	Delegada(o)
Gabrielly Cristina Vieira Oliveira	CRP-17 (RN)	Estudante
Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo	CRP-18 (MT)	Delegada(o)
George Moraes de Luiz	CRP-18 (MT)	Delegada(o)
Joao Henrique Magri Arantes	CRP-18 (MT)	Delegada(o)
Junio Souza Alves	CRP-18 (MT)	Delegada(o)
Jackeline Jardim Mendonça	CRP-18 (MT)	Delegada(o)
Vanessa Rosa Nogueira da Silva	CRP-18 (MT)	Delegada(o)
Cristina Rezende	CRP-18 (MT)	Delegada(o)
Fabiana Tozi Vieira	CRP-18 (MT)	Delegada(o)
Karina Franco Moshage	CRP-18 (MT)	Delegada(o)
Tenylle Fernanda da Silva Nolasco	CRP-18 (MT)	Delegada(o)
Eduardo Cristian Wagner	CRP-18 (MT)	Delegada(o)
Zeni Luersen	CRP-18 (MT)	Delegada(o)
Aurelino Silva da Conceição	CRP-18 (MT)	Delegada(o)
Tatiane da Costa Correa	CRP-18 (MT)	Delegada(o)
Brenda Cabral	CRP-18 (MT)	Estudante
Yedda Letícia Costa Campos de Almeida	CRP-18 (MT)	Estudante
Daiana Santos Vieira Alves	CRP-19 (SE)	Delegada(o)
Edson João da Silva	CRP-19 (SE)	Delegada(o)
Jameson Pereira Silva	CRP-19 (SE)	Delegada(o)
Naldson Melo Santos	CRP-19 (SE)	Delegada(o)
Lidiane de Melo Drapala	CRP-19 (SE)	Delegada(o)
Marcela Montalvão Teti	CRP-19 (SE)	Delegada(o)
Wilson Bispo da Fonseca	CRP-19 (SE)	Delegada(o)
Mário Silvio de Souza Fraga	CRP-19 (SE)	Delegada(o)
Karla Melo Santos	CRP-19 (SE)	Delegada(o)
Cassia Vieira Lima	CRP-19 (SE)	Estudante
Ayda Mirtes Luzeiro Lopes Cruz	CRP-20 (AM/RR)	Delegada(o)

NOME	CRP	D/E
Clauzete Figueiredo Rolim	CRP-20 (AM/RR)	Delegada(o)
Darcleyde Tayne Soares Miranda	CRP-20 (AM/RR)	Delegada(o)
Wal Mendonça	CRP-20 (AM/RR)	Delegada(o)
Joanice da Silva Ribeiro	CRP-20 (AM/RR)	Delegada(o)
João Lucas da Silva Ramos	CRP-20 (AM/RR)	Delegada(o)
João Raimundo dos Santos Silva Júnior	CRP-20 (AM/RR)	Delegada(o)
Marcelo Bentes da Silva	CRP-20 (AM/RR)	Delegada(o)
Maria das Graças Mendonça Sales	CRP-20 (AM/RR)	Delegada(o)
Lucileyde Sandra Alves de Carvalho	CRP-20 (AM/RR)	Delegada(o)
Mônica Maximino	CRP-20 (AM/RR)	Delegada(o)
Iterniza Pereira André	CRP-20 (AM/RR)	Delegada(o)
Renata de Souza e Silva	CRP-20 (AM/RR)	Delegada(o)
Ingrid Melo da Silva	CRP-20 (AM/RR)	Delegada(o)
Ester Naiá Ferreira Melo	CRP-20 (AM/RR)	Estudante
Julianna Sampaio de Araujo	CRP-21 (PI)	Delegada(o)
Rafa Moon Carvalho Pires da Silva	CRP-21 (PI)	Delegada(o)
Lucas Lima Ribeiro	CRP-21 (PI)	Delegada(o)
Flávia Regina Sousa Martins	CRP-21 (PI)	Delegada(o)
Ivana Araujo Pereira Amorim	CRP-21 (PI)	Delegada(o)
Elizandra Ferreira Pires de Carvalho	CRP-21 (PI)	Delegada(o)
Flávia Marcelly de Sousa Mendes da Silva	CRP-21 (PI)	Delegada(o)
Rodrigo Almeida Damasceno	CRP-21 (PI)	Delegada(o)
Denise Villela Delmonte	CRP-21 (PI)	Delegada(o)
Felipe Ferreira de Carvalho	CRP-21 (PI)	Delegada(o)
Liana Karina Santana Araujo	CRP-21 (PI)	Delegada(o)
Eduardo Moita	CRP-21 (PI)	Delegada(o)
Joaquim de Almeida Lemos Neto	CRP-21 (PI)	Delegada(o)
Tanielly de Santana Rocha	CRP-21 (PI)	Delegada(o)
Patricio Washington Araujo Marques	CRP-21 (PI)	Delegada(o)
Maria Fernanda Lima Silva	CRP-21 (PI)	Estudante
Sara Marreiros do Nascimento	CRP-21 (PI)	Estudante
Antonio Francisco Soares Junior	CRP-22 (MA)	Delegada(o)
Bruno Seba	CRP-22 (MA)	Delegada(o)
Fabia Suellen Sousa Ximenes Machado	CRP-22 (MA)	Delegada(o)
Jeime Samara Andrade Mendes	CRP-22 (MA)	Delegada(o)

NOME	CRP	D/E
Joao Lucas Bruno e Silva	CRP-22 (MA)	Delegada(o)
Kiria Karine Lins Martins Ribeiro	CRP-22 (MA)	Delegada(o)
Maria dos Remedios Brito Viana	CRP-22 (MA)	Delegada(o)
Michelle Correa Moucherek	CRP-22 (MA)	Delegada(o)
Péricles de Souza Macedo	CRP-22 (MA)	Delegada(o)
Rejane Cristina Silva Coêlho	CRP-22 (MA)	Delegada(o)
Rosana Mendes Éleres de Figueiredo	CRP-22 (MA)	Delegada(o)
Ariane Rego Azevedo	CRP-22 (MA)	Delegada(o)
Francisco Valberto dos Santos Neto	CRP-22 (MA)	Delegada(o)
Ana Clara Arrais Rosa	CRP-22 (MA)	Estudante
Victória Maria Aquino da Silva	CRP-22 (MA)	Estudante
Anita Coelho dos Santos Teixeira	CRP-23 (TO)	Delegada(o)
Douglas Hermann de Sousa	CRP-23 (TO)	Delegada(o)
Lais Karolinny Almeida Amaral	CRP-23 (TO)	Delegada(o)
Larissa Azevedo	CRP-23 (TO)	Delegada(o)
Edgar Henrique Hein Trapp	CRP-23 (TO)	Delegada(o)
Robenilson Moura Barreto	CRP-23 (TO)	Delegada(o)
Kênia Polva Coelho Ferreira	CRP-23 (TO)	Delegada(o)
Plácido Lúcio Rodrigues Medrado	CRP-23 (TO)	Delegada(o)
Ricardo Furtado	CRP-23 (TO)	Delegada(o)
Karla Milhomem Cardoso	CRP-23 (TO)	Delegada(o)
Arivandre Araújo Guimarães Tavares	CRP-23 (TO)	Delegada(o)
Dom Erick Lopes Amurúz	CRP-24 (AC/RO)	Delegada(o)
Ramon Neves Matos	CRP-24 (AC/RO)	Delegada(o)
Ademir da Costa	CRP-24 (AC/RO)	Delegada(o)
Luciana de Carvalho Rocha	CRP-24 (AC/RO)	Delegada(o)
Aneli Pereira de Araujo Gois	CRP-24 (AC/RO)	Delegada(o)
Cleibson André Nunes Torres	CRP-24 (AC/RO)	Delegada(o)
Ana Caroline Rodrigues da Silva	CRP-24 (AC/RO)	Delegada(o)
Deandrisson de Oliveira Amaral	CRP-24 (AC/RO)	Delegada(o)
Marcelo dos Santos de Almeida	CRP-24 (AC/RO)	Delegada(o)
Vinícius Gomes da Silva	CRP-24 (AC/RO)	Delegada(o)
Denise Elidia da Silva	CRP-24 (AC/RO)	Delegada(o)
Loize Caroline Rodrigues Sampaio	CRP-24 (AC/RO)	Delegada(o)
Daniel Antonio de Toledo Gomes	CRP-24 (AC/RO)	Delegada(o)

NOME	CRP	D/E
Talita Mortari Montysuma Leite	CRP-24 (AC/RO)	Delegada(o)
Celia Almeida dos Santos	CRP-24 (AC/RO)	Delegada(o)
Kassia Geovana Ferreira Costa	CRP-24 (AC/RO)	Estudante
Rodrigo de Paiva Soares	CRP-24 (AC/RO)	Estudante
Tamila Fernandes Ugalde	CRP-24 (AC/RO)	Estudante
Ivo Mauricio Scheffer	CRP-24 (AC/RO)	Estudante

ANEXO 2: LISTA DE PARTICIPANTES POR GRUPOS

Eixo 1 – Grupo 1

NOME	CRP	D/E
Alda Roberta Lemos Campos Boulitreau	CRP-02	Delegada(o)
Anita Coelho dos Santos Teixeira	CRP-23	Delegada(o)
Ariane Rego Azevedo	CRP-22	Delegada(o)
Atanael Ribeiro da Silva Weber	CRP-03	Delegada(o)
Carolina Saraiva	CRP-01	Delegada(o)
Daniel Amancio de Oliveira	CRP-06	Delegada(o)
Deandrison de Oliveira Amaral	CRP-24	Delegada(o)
Deise Zwirtes	CRP-07	Delegada(o)
Eliana Cristina da Silva Arambell	CRP-14	Delegada(o)
Eliana Sardi Bortolon	CRP-07	Delegada(o)
Elizabeth de Paula Melo Sullyvan	CRP-10	Estudante
Emylia Anna Ferreira Gomes	CRP-15	Delegada(o)
Evely Najjar Capdeville	CRP-04	Delegada(o)
Fabiana Tozi Vieira	CRP-18	Delegada(o)
Felipe Rafael Kosloski	CRP-16	Delegada(o)
Ione Aparecida Xavier	CRP-06	Delegada(o)
Irismar Batista de Lima	CRP-13	Delegada(o)
Ivana Araújo Pereira Amorim	CRP-21	Delegada(o)
Ivo Maurício Scheffer	CRP-24	Estudante
João Batista Martins	CRP-08	Delegada(o)
Kiria Karine Lins Martins Ribeiro	CRP-22	Delegada(o)
Larissa Gomes de Freitas	CRP-11	Delegada(o)
Luciana de Carvalho Rocha	CRP-24	Delegada(o)
Luiz Antônio Braga de Farias Júnior	CRP-05	Delegada(o)

NOME	CRP	D/E
Maria da Penha Tamburú Ivanchuk Lopes	CRP-06	Delegada(o)
Marina Marcelino Santos	CRP-06	Estudante
Marinaldo Silva Santos	CRP-05	Delegada(o)
Micael Jayme Casarin Castagna	CRP-05	Delegada(o)
Michelle Correa Moucherek	CRP-22	Delegada(o)
Monaliza Cirino de Oliveira	CRP-03	Delegada(o)
Nágela Natasha Lopes Evangelista	CRP-11	Delegada(o)
Naldson Melo Santos	CRP-19	Delegada(o)
Phillipe Diego do Nascimento Lima	CRP-02	Delegada(o)
Priscila Barbosa Lins	CRP-03	Delegada(o)
Regiane Aparecida Piva	CRP-06	Delegada(o)
Renata de Souza Silva	CRP-20	Delegada(o)
Renata Kelly Alves de Vasconcelos	CRP-15	Delegada(o)
Sabrina Ribeiro Cordeiro	CRP-16	Delegada(o)
Suellen Ananda Fraga	CRP-04	Delegada(o)
Tereza Raquel França Ferreira	CRP-17	Delegada(o)
Thiago da Silva Laurentino	CRP-17	Delegado (o)
Vinícius Soares de Oliveira	CRP-13	Delegada(o)
Wadson Arantes Gama	CRP-09	Delegada(o)
Wilson Bispo da Fonseca	CRP-19	Delegada(o)
Yara Maria Moreira de Faria Hornke	CRP-12	Delegada(o)

Eixo 1 – Grupo 2

NOME	CRP	D/E
Adriano Roberto Alves da Silva	CRP-15	Delegada(o)
Alysson Zenildo Costa Alves	CRP-17	Delegada(o)
Andrei Figueiredo Barbosa	CRP-10	Delegada(o)
Aneli Pereira de Araújo Gois	CRP-24	Delegada(o)
Ayda Mirtes Luzeiro Lopes Cruz	CRP-20	Delegada(o)
Brenda Pinheiro da Silva	CRP-11	Delegada(o)
Catiana Nogueira dos Santos	CRP-03	Delegada(o)
Ceça Costa	CRP-02	Delegada(o)
Célia Mazza de Souza	CRP-08	Delegada(o)
Cinthia Cristina da Rosa Vilas Boas	CRP-06	Delegada(o)

NOME	CRP	D/E
Claudia Simões Carvalho	CRP-05	Delegada(o)
Cristiane Santos de Souza Nogueira	CRP-04	Delegada(o)
Cristina Schwarz	CRP-07	Delegada(o)
Daniely de Oliveira Lorenzon Pereira	CRP-16	Delegada(o)
Dayane Mirelly Pereira Rodrigues	CRP-13	Delegada(o)
Diemerson da Costa Sachetto	CRP-16	Delegada(o)
Edgar Henrique Hein Trapp	CRP-23	Delegada(o)
Eduardo Cristian Wagner	CRP-18	Delegada(o)
Fabio José Orsini Lopes	CRP-08	Delegada(o)
Fernanda Lou Sans Magano	CRP-06	Delegada(o)
Fernanda Teixeira de Barros Neta	CRP-10	Delegada(o)
Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo	CRP-18	Delegada(o)
Gabriella Roma Andrade dos Santos	CRP-06	Delegada(o)
Gabrielly Cristina Vieira Oliviera	CRP-17	Delegada(o)
Giulliana Karla Santos de Lima Marques	CRP-13	Delegada(o)
Gustavo Barbosa Barros	CRP-15	Delegada(o)
Juliana Sampaio de Araújo	CRP-21	Delegada(o)
Karla Milhomem Cardoso	CRP-23	Delegada(o)
Keyla Mafalda de Oliveira Amorim	CRP-17	Delegada(o)
Larissa de Melo Farias	CRP-02	Delegada(o)
Leandro de Araújo Freitas	CRP-12	Delegada(o)
Lucinara Ferreira Barbosa de Oliveira	CRP-04	Delegada(o)
Marcelo Bentes da Silva	CRP-20	Delegada(o)
Mario Silvio de Souza Fraga	CRP-19	Delegada(o)
Marleide Marques de Castro	CRP-04	Delegada(o)
Monica Valéria Affonso Sampaio	CRP-05	Delegada(o)
Norma Celiane Cosmo	CRP-14	Delegada(o)
Rafaela Alves Domingos	CRP-11	Delegada(o)
Rivanara Napoli	CRP-09	Delegada(o)
Roberta de Fatima Rocha Sousa	CRP-11	Delegada(o)
Roknaldo Pereira dos Santos	CRP-01	Estudante
Rosana Mendes Éleres de Figueiredo	CRP-22	Delegada(o)
Tammy Andrade Mota	CRP-16	Delegada(o)
Tatiane Rosa da Silva	CRP-06	Delegada(o)
Vanilce Farias Gomes	CRP-14	Delegada(o)
Viviane Siqueira Martins	CRP-05	Delegada(o)

NOME	CRP	D/E
Washington Luan Gonçalves de Oliveira	CRP-03	Delegada(o)
Zaíra Rafaela Lyra Mendonça	CRP-15	Delegada(o)
Jairo César Lunardi	CRP-12	Delegada(o)

Eixo 1 - Grupo 3

NOME	CRP	D/E
Adriana Paula Barbosa de Miranda	CRP-02	Delegada(o)
Adriana Tie Maejima	CRP-08	Delegada(o)
Ageu Reis dos Santos Cardoso	CRP-03	Estudante
Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega	CRP-13	Delegada(o)
Brenda Cabral	CRP-18	Estudante
Breno Stefano Martins Figueiredo	CRP-04	Delegada(o)
Celso Francisco Todin	CRP-04	Delegada(o)
Charles Magalhães de Araújo	CRP-04	Delegada(o)
Cleibson André Nunes Torres	CRP-24	Delegada(o)
Denise Elidia da Silva	CRP-24	Delegada(o)
Eduardo de Menezes Pedroso	CRP-06	Delegada(o)
Eduardo Moita	CRP-21	Delegada(o)
Evelin Rodrigues dos Santos Maccarini	CRP-14	Delegada(o)
Henrique Galhano Balieiro	CRP-04	Delegada(o)
Ivani Francisco de Oliveira	CRP-06	Delegada(o)
João Lucas Bruno e Silva	CRP-22	Delegada(o)
Jordan Severo de Melo	CRP-07	Delegada(o)
José Maria Nogueira Neto	CRP-11	Delegada(o)
Juliana Gomes da Silva	CRP-05	Delegada(o)
Karen Regina Nuebuhr	CRP-12	Delegada(o)
Kassielly Rita Fatima Sobrinho Farzani	CRP-09	Delegada(o)
Larissa Comper Scotta	CRP-16	Estudante
Leonardo Tenório Lins Pedrosa	CRP-15	Delegada(o)
Lilian Suzuki	CRP-06	Delegada(o)
Luiz Romano da Mota Araújo Neto	CRP-10	Delegada(o)
Marcela Montalvão Teti	CRP-19	Delegada(o)
Marcos Mucarbel Junior	CRP-02	Delegada(o)

NOME	CRP	D/E
Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro	CRP-16	Delegada(o)
Maria Cristina Costa Rodrigues	CRP-14	Delegada(o)
Mônica Maximino	CRP-20	Delegada(o)
Mykaella Moreira dos Anjos	CRP-05	Estudante
Pedro Paulo Gastalho Bicalho	CRP-05	Delegada(o)
Rafael Jefferson de Oliveira	CRP-01	Delegada(o)
Ramon Neves Matos	CRP-24	Delegada(o)
Ricardo Furtado	CRP-23	Delegada(o)
Roberio Nunes Maia	CRP-17	Delegada(o)
Rodrigo Almeida Damasceno	CRP-21	Delegada(o)
Sara Marreiros do Nascimento	CRP-21	Estudante
Silvia Patrycia Ferreira de Moraes	CRP-09	Delegada(o)
Vanessa Silva de Souza	CRP-14	Delegado (o)
Thaynara Sousa Silva	CRP-01	Delegada(o)

Eixo 2 – Grupo 1

NOME	CRP	D/E
Ana Clara Arrais Rosa	CRP-22	Estudante
Ana Lúcia Bragueto Costa	CRP-08	Delegada(o)
Anamaria Cordeiro	CRP-02	Delegada(o)
Bruno Correia da Mota	CRP-06	Delegada(o)
Cláudia Mariola Moreira	CRP-14	Delegada(o)
Cleidi Mara dos Santos	CRP-12	Delegada(o)
Conceição de Maria Gama Carvalho Mathias	CRP-05	Delegada(o)
Cristiane Barbosa dos Santos	CRP-13	Delegada(o)
Daiana Santos Vieira Alves	CRP-19	Delegada(o)
Denise Villela Delmonte	CRP-21	Delegada(o)
Dilma Araújo Lacerda Freira	CRP-15	Delegada(o)
Flávia Flach	CRP-07	Delegada(o)
Francisco Claudemi da Silva Campos	CRP-11	Delegada(o)
Geise Vieira Presa	CRP-12	Delegada(o)
Giane Silva Santos Souza	CRP-10	Delegada(o)
Griziele Martins Feitosa	CRP-08	Delegada(o)
Ingrid Melo da Silva	CRP-20	Delegada(o)
Iranildes Cerqueira Aquino	CRP-03	Estudante
Jéssica Gabriela de Souza Isabel	CRP-04	Delegada(o)
Jesus Moura	CRP-02	Delegada(o)
João Henrique Magri Arantes	CRP-18	Delegada(o)
José Miguel Silva Ocanto	CRP-04	Estudante
Júlia Carvalho dos Santos	CRP-16	Delegada(o)
Ivana Araújo Pereira Amorim	CRP-21	Delegada(o)
Larissa Azevedo Mendes	CRP-10	Delegada(o)
Lidiane de Melo Drapala	CRP-19	Delegada(o)
Loize Caroline Rodrigues Sampaio	CRP-24	Delegada(o)
Luciana Janeiro Silva	CRP-05	Delegada(o)
Lura Machado Costa	CRP-01	Delegada(o)
Maria dos Remédios Brito Viana	CRP-22	Delegada(o)
Maria Fernanda Lima Silva	CRP-21	Estudante
Maria Luíza Sousa Albuquerque	CRP-13	Delegada(o)
Marilda Gonçalves Dias Facci	CRP-08	Delegada(o)

NOME	CRP	D/E
Maria Alves dos Santos	CRP-06	Delegada(o)
Maurício Alves de Sousa	CRP-09	Delegada(o)
Natália Campos da Silva	CRP-17	Delegada(o)
Quintina KelleyN Paulino Nogueira	CRP-11	Estudante
Rejane Cristina Silva Coêlho	CRP-22	Delegada(o)
Ricardo Breno Fernandes Goes	CRP-13	Delegada(o)
Samantha Torres	CRP-07	Delegada(o)
Suelen de Lima Thomaz Saturnino	CRP-05	Estudante
Tamila Fernandes Ugalde	CRP-24	Estudante
Tanielly de Santana Rocha	CRP-21	Delegada(o)
Tathiane Auxiliadora Ramos Cortez	CRP-14	Delegada(o)
Thaís Vargas	CRP-05	Delegada(o)
Victoria Antonieta Tapia Gutiérrez	CRP-05	Delegada(o)
Wellington da Rocha Almeida	CRP-03	Delegada(o)
Yvanna da Silva Brito	CRP-05	Delegada(o)
Flávia Cristina Silveira Lemos	Convidada Abep	
João Fidel Ferreira Marques	CRP-02	Estudante
Vanessa de S Souza	CRP-14	Delegada(o)
Rodrigo de Paiva Soares	CRP-24	Estudante

Eixo 2 – Grupo 2

NOME	CRP	D/E
Adriana Elisa de Alencar Macedo	CRP-16	Delegada(o)
Alexander Moraes de Oliveira	CRP-10	Delegada(o)
Assucena Alves dos Santos Assis	CRP-05	Delegada(o)
Camila Beatriz Klein	CRP-08	Delegada(o)
Cassia Vieira Lima	CRP-19	Delegada(o)
Celia Zenaide	CRP-06	Delegada(o)
Cleni da Fatima Silva Machado Pilz	CRP-07	Delegada(o)
Edireusa Fernandes Silva	CRP-16	Delegada(o)
Ester Naiá Ferreira Melo	CRP-20	Estudante
Francisco Valberto dos Santos Neto	CRP-22	Delegada(o)
George Moraes de Luiz	CRP-18	Delegada(o)

NOME	CRP	D/E
Geyviane Kelly de Figueiredo Peres	CRP-13	Delegada(o)
Iana Catarina de Araújo Viana	CRP-17	Delegada(o)
Igo Gabriel dos Santos Ribeiro	Convocado Anpsinep	
Jairo Cesar Lunardi	CRP-12	Delegada(o)
Jeferson Camargo Taborda	CRP-14	Delegada(o)
Jheymison de Lima Silva	CRP-11	Delegada(o)
Joaquim de Almeida Lemos Neto	CRP-21	Delegada(o)
Jorge Antônio Tavares Peixoto	CRP-05	Delegada(o)
Júlia Pires	CRP-16	Delegada(o)
Larissa Azevedo	CRP-23	Delegada(o)
Liana Karina Santana Araújo	CRP-21	Delegada(o)
Liliane Cristina Martins	CRP-04	Delegada(o)
Lorena Cunha de Souza	CRP-10	Delegada(o)
Lucas Gabriel de Matos Santos	CRP-05	Delegada(o)
Luciana Bandeira Campos de Oliveira	CRP-09	Delegada(o)
Luis Vagner Dias Caldeira	CRP-10	Delegada(o)
Maria da Conceição Correia Pereira	CRP-02	Delegada(o)
Marina de Pol Poniwas	CRP-08	Delegada(o)
Matheus de Souza Santana	CRP-03	Delegada(o)
Maurício Luiz Marinho de Melo	CRP-15	Delegada(o)
Maxwell Guimarães Lima Barros	CRP-10	Estudante
Maycon da Silva Pereira	CRP-05	Delegada(o)
Paulo Vitor Palma Navasconi	CRP-08	Delegada(o)
Rafa Energia	CRP-01	Delegada(o)
Rogério Giannini	CRP-06	Delegada(o)
Simone Cristina Gomes	CRP-08	Delegada(o)
Talita Mortari Montysuma Leite	CRP-24	Delegada(o)
Tanise de Oliveira Fernandes	CRP-14	Delegada(o)
Telma Maria Albuquerque Gonçalves de Melo	CRP-02	Delegado (o)
Thayna Miranda da Silva	CRP-07	Delegada(o)
Thessa Guimarães	CRP-01	Delegada(o)
Tuty Veloso Coura Guimarães	CRP-04	Estudante
Vitória Sthephany Pereira da Silva	CRP-02	Estudante
Walkes Jacques Vargas	CRP-14	Delegada(o)
Wilson Flávio Lourenço Nogueira	CRP-06	Delegada(o)
Zeni Luersen	CRP-18	Delegada(o)

Eixo 2 – Grupo 3

NOME	CRP	D/E
Ana Andrea Barbosa Maux	CRP-17	Delegada(o)
Anne Rodrigues Teles	CRP-15	Delegada(o)
Antônio Augusto da Costa Severo	CRP-10	Delegada(o)
Arjunuyra Nascimento Furtado	CRP-10	Estudante
Caíque Azael Ferreira da Silva	CRP-05	Delegada(o)
Carmem Placida Sousa Cavalcante	CRP-17	Delegada(o)
Carolina Pinheiro Silva de Almeida Prado	CRP-08	Estudante
Céu Silva Cavalcanti	CRP-05	Delegada(o)
Cristiani dos Santos	CRP-12	Delegada(o)
Daiane Gasparetto da Silva	CRP-10	Delegada(o)
Darlan Aragão Evangelista	CRP-11	Delegada(o)
Edson João da Silva	CRP-19	Delegada(o)
Ematuir Teles de Sousa	CRP-12	Delegada(o)
Erika Barbosa de Araújo	CRP-05	Delegada(o)
Jackeline Jardim Mendonça	CRP-18	Delegada(o)
Joyce Hilario Maranhão	CRP-11	Delegada(o)
Kathia Regina Galdino de Godoy	CRP-08	Delegada(o)
Keli Lopes Santos	CRP-16	Delegada(o)
Letícia Maria Soares Palheta	CRP-10	Delegada(o)
Luciane de Almeida Jabur	CRP-06	Delegada(o)
Juliana de Barros Guimarães	Convidada Abrapsit	
Luciano de Sá Barbosa	CRP-01	Delegada(o)
Marcelo dos Santos Almeida	CRP-24	Delegada(o)
Marco Aurélio da Silva Lima	CRP-09	Delegada(o)
Maria das Graças Mendonça Sales	CRP-20	Delegada(o)
Marina Angélica Silva Queiroz	CRP-17	Delegada(o)
Maynar Patrícia Varga Leite	CRP-07	Delegada(o)

NOME	CRP	D/E
Mônica Marques dos Santos	CRP-06	Delegada(o)
Nádia Patrícia Cordeiro Silva	CRP-13	Delegada(o)
Natani Evlin Lima Dias	CRP-03	Delegada(o)
Patrício Washington Araújo Marques	CRP-21	Delegada(o)
Péricles de Souza Macedo	CRP-22	Delegada(o)
Plácido Lúcio Rodrigues Medrado	CRP-23	Delegada(o)
Rafael Carvalho Pires da Silva	CRP-21	Delegada(o)
Ricard José Bezerra da Silva	CRP-13	Delegada(o)
Ritiane Xavier da Silva	CRP-03	Delegada(o)
Rosalice Lopes	CRP-14	Delegada(o)
Sandra Correia	CRP-07	Delegada(o)
Valdivia Barbosa de Oliveira	CRP-15	Delegada(o)
Vanessa Rosa Nogueira da Silva	CRP-18	Delegado (o)
Wal Mendonça	CRP-20	Delegada(o)
Yedda Letícia Costa Campos de Almeida	CRP-18	Estudante
Itaynara Rodrigues Silva	CRP-03	Delegada(o)
Marilda Gonçalves Dias Facci	CRP-08	Delegada(o)

Eixo 3 – Grupo 1

NOME	CRP	D/E
Adélia Benetti de Paula Capistrano	CRP-01	Delegada(o)
Ademir da Costa	CRP-24	Delegada(o)
Alisson Armando Fontes de Carvalho	CRP-19	Delegada(o)
Ana Cristina Cardoso de Vargas	CRP-12	Estudante
Antônio Francisco Soares Júnior	CRP-22	Delegada(o)
Célia Almeida dos Santos	CRP-24	Delegada(o)
Christianne Lira de Farias	CRP-15	Delegada(o)
Cleucydia Lima da Costa	CRP-09	Delegada(o)
Cristina Rezende	CRP-18	Delegada(o)
Danielle Merlo de Melo	CRP-16	Delegada(o)
Davi Ruivo	CRP-06	Delegada(o)
Délcio Fernando Guimarães Pereira	CRP-04	Delegada(o)
Douglas Hermann de Sousa	CRP-23	Delegada(o)
Eurisa Maria de Santana	CRP-03	Delegada(o)
Felipe Ferreira de Carvalho	CRP-21	Delegada(o)
Fernanda Francisco da Silva	CRP-07	Delegada(o)
Fernanda Prudêncio da Silva	CRP-13	Delegada(o)
Flávia Regina Sousa Martins	CRP-21	Delegada(o)
Francyane dos Santos Andrade	CRP-05	Delegada(o)
Gesailton Yago Lucio de Lima	CRP-11	Estudante
Guilherme Gomes Strelow	CRP-16	Estudante
Izabel Cristina Dalagno	CRP-07	Delegada(o)
Jeime Samara Andrade Mendes	CRP-22	Delegada(o)
Joanice da Silva Ribeiro	CRP-20	Delegada(o)
João Lucas da Silva Ramos	CRP-20	Delegada(o)
Ilailson Rocha da Silveira	CRP-03	Delegada(o)
Juliana Santos da Silva	CRP-03	Delegada(o)
Lourana Bandeira Ferreira Maciel	CRP-10	Delegada(o)
Lilian Alves	CRP-02	Delegada(o)
Lourdes Aparecida Machado	CRP-04	Delegada(o)
Luccas Daniel Maier Cechetto	CRP-08	Delegada(o)
Mab Marques	Convidada ABP	
Marcos Costa Martinelle	CRP-14	Delegada(o)

NOME	CRP	D/E
Maria Dornelles de Araújo Ribeiro	CRP-07	Delegada(o)
Mauricio Nazaro	CRP-12	Delegada(o)
Miriam Cristiane Alves	CRP-07	Delegada(o)
Niveamara Sidrac Lima Barroso	CRP-11	Delegada(o)
Norberto Puel	CRP-12	Delegada(o)
Paula Cunha de Jesus	CRP-03	Delegada(o)
Rafaela Conceição Olegário Siqueira	CRP-17	Delegado (o)
Rayane Sales Nobre de Lima	CRP-11	Delegada(o)
Renê Marcelino da Silva Júnior	CRP-02	Delegada(o)
Ricardo Figueiredo Moretzsohn	CRP-04	Delegada(o)
Simone Alves da Silva	CRP-13	Delegada(o)
Sonia de Fátima dos Santos Pego	CRP-08	Delegada(o)
Tatiane da Costa Correa	CRP-18	Delegada(o)
Tenyelle Fernanda da Silva Nolasco	CRP-18	Delegada(o)
Thaís Lourenço	CRP-05	Delegada(o)
Thiago Vinícius Pontes Paes	CRP-15	Delegada(o)
Yara Milena Silva Freitas	CRP-10	Delegada(o)
Marcos Paulo Cavalcanti dos Santis	CRP-02	Delegada(o)

Eixo 3 – Grupo 2

NOME	CRP	D/E
Anderson de Jesus Ferreira Sena	CRP-03	Delegada(o)
Arethusa Eire Moreira de Farias	CRP-13	Delegada(o)
Ariane Sena	CRP-03	Delegada(o)
Avrairan Fabrícia Alves Caetano Solon	CRP-17	Estudante
Bruno Gustavo Lins de Barros	CRP-15	Delegada(o)
Bruno Seba	CRP-22	Delegada(o)
Carolina Luiza Floriano	CRP-12	Delegada(o)
Clauzete Figueiredo Rolim	CRP-20	Delegada(o)
Daiane Bentivi	Convidada SBPOT	
Daniel Antônio de Toledo Gomes	CRP-24	Delegada(o)
Daniel Coelho Silva Brandão	CRP-02	Delegada(o)
Débora Brugnoli Félix	CRP-14	Delegada(o)

NOME	CRP	D/E
Drielle Sanches	CRP-08	Delegada(o)
Eloísa Amorim de Barros	CRP-10	Delegada(o)
Fabiane Konowaluk Santos Machado	CRP-07	Delegada(o)
Flávia Alves da Silva	CRP-17	Delegada(o)
Getúlio Sobral	CRP-02	Delegada(o)
Gilberto Gerson	CRP-07	Delegada(o)
Herica Cristiny Mesquita Santos Fernandes	CRP-14	Estudante
Itaynara Tuxá	CRP-03	Delegada(o)
Jânder Carlos Soares Silva	CRP-11	Delegada(o)
João Maria Morais da Costa	CRP-17	Delegada(o)
João Victor Cordeiro da Rocha	CRP-10	Delegada(o)
Josivaldo Romão Ferraz	CRP-06	Estudante
Junio Souza Alves	CRP-18	Delegada(o)
Karita Thuanne de Melo Pereira	CRP-09	Estudante
Karla Melo Santos	CRP-19	Delegada(o)
Kayline Macêdo Melo	CRP-11	Delegada(o)
Lais Karolinny Almeida Amaral	CRP-23	Delegada(o)
Lucas Lima Ribeiro	CRP-21	Delegada(o)
Luciano Pinheiro Vuana	CRP-09	Delegada(o)
Lucileyde Sandra Alves de Carvalho	CRP-20	Delegada(o)
Manoela de Oliveira Lainetti	CRP-03	Delegada(o)
Marcelo Ferreira Schiavo	CRP-06	Delegada(o)
Maria da Conceição Ferreira de Moura	CRP-02	Delegada(o)
Marina Francisqueto Bernabé	CRP-16	Delegada(o)
Milena Azevedo	CRP-03	Delegada(o)
Natalia Gabriele Silva Oliveira	CRP-04	Delegada(o)
Rafael Dias Valencio	CRP-16	Delegada(o)
Raquel Lazara Alves Severino	CRP-04	Delegado (o)
Rodrigo Acioli Moura	CRP-05	Delegada(o)
Sandra Regina de Barros Souza	CRP-12	Delegada(o)
Sara Glayds Toniato	CRP-08	Delegada(o)
Sergio Bezerra Pinto Junior	CRP-08	Delegada(o)
Silvana de Fátima Valente	CRP-08	Delegada(o)
Synara Sepúlveda Sales	CRP-12	Delegada(o)
Ted Nobre Evangelista	CRP-04	Delegada (o)
Vinícius Gomes da Silva	CRP-24	Delegada(o)

Eixo 3 – Grupo 3

NOME	CRP	D/E
Aderilson Anunciação de Oliveira	CRP-03	Delegada(o)
Ana Caroline Rodrigues da Silva	CRP-24	Delegada(o)
Anderson Nazareno Matos	CRP-04	Delegada(o)
Aurelino Silva da Conceição	CRP-18	Estudante
Brenda Valeria Soares Rodrigues	CRP-16	Delegada(o)
Clarissa Paranhos Guedes	CRP-13	Delegada(o)
Daniela Aparecida dos Reis	CRP-04	Delegada(o)
Daniele Cristine Cavalcanti Rabelo	CRP-02	Delegada(o)
Dom Lopes Amurúz	CRP-24	Delegada(o)
Edelvan José Girardi	CRP-07	Delegada(o)
Elizandra Ferreira Pires de Carvalho	CRP-21	Delegada(o)
Emanuele Páscoa de Jesus	CRP-01	Estudante
Esequiel Pagnussat	CRP-17	Delegada(o)
Fabia Suellen Sousa Ximenes Machado	CRP-22	Delegada(o)
Fabianna Gonçalves Ferreira	CRP-09	Delegada(o)
Fabírcia Pereira da Silva	CRP-03	Delegada(o)
Farley de Melo Carneiro	CRP-15	Delegada(o)
Filipe Degani Carneiro	Convidado SBHP	
Flávia Marcelly de Sousa Mendes da Silva	CRP-21	Delegada(o)
Geralda Maria da Silva	CRP-02	Delegada(o)
Giovanna Laubet Ávila	CRP-14	
Glaucia Maria Dias Fontoura	CRP-07	Delegada(o)
Ingrid Sabrina	CRP-10	Delegada(o)
Jameson Pereira Silva	CRP-19	Delegada(o)
Janaina Henrique	CRP-12	Delegada(o)
Jaqueline de Andrade Torres	CRP-12	Delegada(o)
Henrique Flor Costa	CRP-12	Estudante
Jessica dos Santos Pavanelli	CRP-06	Delegada(o)
João Raimundo dos Santos Silva Júnior	CRP-20	Delegada(o)
Jocelia da Cruz de Almeida	CRP-07	Delegada(o)
Julia Horta Nasser	CRP-05	Delegada(o)
Juliana Cristina Bessa	CRP-06	Delegada(o)
Karina Franco Moshage	CRP-18	Delegada(o)

NOME	CRP	D/E
Kassia Geovana Ferreira Costa	CRP-24	Estudante
Kênia Polva Coelho Ferreira	CRP-23	Delegada(o)
Laeuza Lucia da Silva Farias	CRP-15	Delegada(o)
Luis Henrique de Souza Cunha	CRP-04	Delegada(o)
Marcossuel Gomes Acioles	CRP-11	Delegada(o)
Maria Antonieta Brito Beck	CRP-12	Delegada(o)
Mércia Capistrano Oliveira	CRP-11	Delegado (o)
Pamela Cristina Salles da Silva	CRP-08	Delegada(o)
Paulo Cesar de Oliveira	CRP-08	Delegada(o)
Pedro Augusto Croce Carlotto	CRP-12	Delegada(o)
Simone Ciotta	CRP-12	Delegada(o)
Sandra Elena Sposito	CRP-06	Delegada(o)
Sarah Gisele Klokner	CRP-12	Delegada(o)
Suzete Ferreira dos Santos	CRP-08	Delegada(o)
Taciana Albuquerque Rafael	CRP-03	Delegada(o)
Thatiane Ferreira da Silva	CRP-11	Delegada(o)
Thiago Pereira Machado	CRP-16	Delegada(o)
Victória Maria Aquino da Silva	CRP-22	Estudante
Whanderson Miranda de Santana	CRP-02	Delegada(o)
Niza Pereira André	CRP-20	Delegada(o)

ANEXO 3: LISTA DE CONVIDADOS E REPRESENTANTES NA ABERTURA DO 11º CNP

- **Ana Lúgia Bragueto Costa** – Secretária tesoureira da União Latino Americana de Entidades da Psicologia (Ulapsi)
- **Céu Cavalcanti** – Diretora da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso)
- **Érika Kokay** – Psicóloga e Deputada Federal
- **Fernanda Magano** – Integrante da Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde (CNS)
- **Filipe Degani** – Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de História da Psicologia (SBPH)
- **Flavia Cristina Silveira Lemos** – Diretora da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep)
- **Igo Gabriel dos Santos Ribeiro** – Articulação Nacional de Psicólogas Negras e Pesquisadoras(es) (Anpsinep)
- **Juliana Guimarães** – Representante do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) e Diretora da Associação Brasileira de Psicologia de Tráfego (Abrapsit)
- **Mab Marques** – Presidente de Direção da Associação de Psicólogos Brasileiros em Portugal (APBP)
- **Tatiana Augusto Furtado Gomes** – Representante do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA)



Conselho
Federal de
Psicologia

Conselhos
Regionais de
Psicologia

